

Panorama das Operações Parcerias Público Privadas a nível municipal 2020



Apresentação

O presente relatório anual procura sintetizar o atual panorama das Parcerias Público-Privadas (PPP), a nível municipal tendo, como referência, as informações prestadas pelos municípios sobre a celebração de parcerias contratuais e a constituição de sociedades em parceria, no âmbito da implementação, pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), do Registo Central de Operações PPP e Concessões Municipais, em conformidade com as disposições sobre obrigações de informação, consagradas no n.º 5 do artigo 78.º da Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (diploma que veio alterar a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Lei das Finanças Locais).

As parcerias dos municípios com o setor privado foram materializadas, predominantemente, através de contratos de concessão e sociedades em parceria de capital misto. O relatório referente a 2020 cobre um universo de 94 parcerias contratuais e 35 parcerias de natureza societária ou institucional da iniciativa de 75 municípios.

De um modo geral, as operações PPP apresentam as seguintes características:

- Associação duradoura de cooperação entre o ente público e o operador privado;
- Envolvimento do operador privado em várias fases do desenvolvimento do empreendimento ou prestação do serviço;
- Recurso ao financiamento privado;
- Partilha e/ou transferência de riscos para o parceiro privado, num quadro de optimização da afectação dos riscos entre as partes.

A atividade PPP, a nível municipal, evoluiu em crescendo, sobretudo ao longo da década passada. Desde então, no entanto, praticamente estagnou, tendo mesmo conhecido a descontinuidade de várias operações, nomeadamente, no referente segmento de sociedades em parceria. Alguns processos de descontinuidade encontram-se ainda em curso resultando, em boa parte, da necessidade de ajustar as operações ao enquadramento legal, consagrado no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).

Na perspetiva da incidência orçamental das parcerias municipais, constata-se que certas montagens PPP, recorrendo ao financiamento prévio privado, estabelecem um relacionamento financeiro entre o parceiro privado e o município (ou empresa local de natureza municipal), implicando a assunção de compromissos orçamentais plurianuais. Com base na informação prestada, o relatório apresenta alguns elementos caracterizadores de cada operação PPP, bem como, a sua relevância orçamental, para efeitos de acompanhamento financeiro.

ÍNDICE

Sumário executivo	5
1. Aspectos conceptuais sobre a abordagem PPP	12
2. Sinopse do panorama PPP, a nível municipal	19
3. Identificação das parcerias contratuais e institucionais (sociedades em parceria)	24
4. Modelo de afetação das responsabilidades de investimento	27
5. Relevância orçamental das parcerias	30
6. Parcerias contratuais - Alterações e aditamentos aos contratos	32
7. Sociedades em parceria e contratos conexos de longa duração.....	34
8. Responsabilidades financeiras das sociedades em parceria	36

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução da definição PPP	15
Quadro 2 - Responsabilidades transferíveis para o parceiro privado	16
Quadro 3 - Características PPP <i>versus</i> definição PPP	17

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Parcerias contratuais e institucionais – impacto orçamental	9
Tabela 2 - Parcerias contratuais e institucionais, a nível municipal	22
Tabela 3 - Parcerias contratuais e institucionais, por domínio de atuação	25
Tabela 4 - Sinopse do universo PPP em análise	26
Tabela 5 - Sinopse dos modelos de afetação das responsabilidades de investimento	29
Tabela 6 - Parcerias contratuais - Sinopse das alterações e aditamentos aos contratos	33
Tabela 7 - Sociedades em parceria tipo <i>sociedade-veículo</i>	35

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 - Parcerias contratuais e institucionais, por município	38
Anexo 2 - Parcerias contratuais e institucionais descontinuadas, por município	50
Anexo 3 - Parcerias municipais	52
Anexo 4 - Parcerias municipais de natureza contratual.....	56
Anexo 5 - Parcerias municipais de natureza institucional (sociedades em parceria).....	67
Anexo 6 - Parcerias contratuais – Afetação das responsabilidades de investimento	75
Anexo 7 - Parcerias institucionais – Afetação das responsabilidades de investimento.....	85
Anexo 8 - Parcerias contratuais – Incidência orçamental direta	91
Anexo 9 - Parcerias institucionais – Incidência orçamental direta	101
Anexo 10 - Parcerias contratuais – Alterações e aditamentos aos contratos	107
Anexo 11 - Sociedades em parceria com participação direta municipal – “Sociedades veículo” e contratos de longa duração conexos	116
Anexo 12 - Sociedades em parceria com participação indireta municipal – “Sociedades veículo” e contratos de longa duração conexos	119
Anexo 13 - Responsabilidades financeiras das sociedades em parceria	121
Anexo 14 - Parcerias contratuais – Incidência orçamental - Encargos suportados - Despesa plurianual	132
Anexo 15 - Parcerias institucionais – Incidência orçamental - Encargos suportados - Despesa plurianual .	136

Sumário executivo

O presente relatório sobre o Panorama de Operações das Parcerias Público-Privadas (PPP), a nível municipal (2020), cobre **94 parcerias contratuais e 35 parcerias de natureza societária ou institucional, lançadas por 75 municípios**, evidenciando que o uso de parcerias com operadores privados foi prosseguido sob uma variedade de figurinos e estruturas contratuais¹. O universo de parcerias identificado e em acompanhamento é considerado como sendo bastante representativo da prática PPP, a nível municipal, nas últimas duas décadas.

O recurso dos municípios à celebração de parcerias contratuais começou a ganhar expressão na segunda metade da década de 90, com a abertura do setor das águas e resíduos à iniciativa privada. As parcerias institucionais emergiram, sobretudo, na segunda metade da década passada, sob a forma de sociedades de capital misto com participação direta ou indirecta dos municípios. O pico do recurso a operações PPP situou-se no triénio 2006-2009, tendo-se, entretanto, observado uma forte travagem no lançamento de novas parcerias a partir do início da década. Entretanto, algumas operações de tipo PPP começaram a ser descontinuadas e outras a ser sujeitas a alteração, em função de novos enquadramentos jurídicos e regulatórios.

O estabelecimento de PPP's, por parte dos municípios, foi efetuado com base no regime jurídico em vigor para a contratação pública, não existindo um quadro jurídico geral com regras e procedimentos para as parcerias de âmbito municipal. A celebração de contratos com características PPP encontra-se sujeita a visto prévio do Tribunal de Contas (TC), podendo a sua execução ser objeto de auditorias de gestão. Por seu turno, a Inspeção Geral das Finanças (IGF) dispõe de competência para assegurar a fiscalização financeira dos contratos com operações PPP. Por outro lado, algumas PPP municipais estão sujeitas a regulação sectorial, por parte de entidade administrativa independente, dotada de funções de regulação e supervisão, como acontece nas áreas dos transportes públicos e do ambiente, este último, relativo aos serviços de águas e resíduos, respetivamente, com o Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT) e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Desde 2016, de acordo com as regras de execução orçamental, a Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) criou um Registo Central de PPP's e Concessões Municipais, com vista ao acompanhamento financeiro trimestral da celebração e execução dos contratos municipais, em regime de parceria público-privada e

¹ O presente relatório não engloba as concessões municipais de distribuição da energia, uma vez que foram celebradas num enquadramento jurídico específico e numa época de pré-participação do sector privado no financiamento e gestão de infraestruturas e serviços públicos. Estas concessões encontram-se ainda em vigor nos 278 municípios do continente, sendo o concessionário a EDP Distribuição- Energia, SA (atual E-Redes, SA).

concessão. Nesta matéria, a Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, diploma que procedeu a um conjunto de alterações à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais) veio, através do n.º 5 do artigo 78.º, instituir o carácter permanente, relativamente às obrigações de reporte de informação, por parte dos municípios, bem como, o respetivo acompanhamento financeiro, por parte da DGAL.

Por sua vez, por despacho conjunto² dos Secretários de Estado das Autarquias Locais e Adjunto e das Finanças determinou-se que, em articulação com a DGAL, a Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP) do Ministério das Finanças passou também a acompanhar o universo dos processos de parceria público-privadas locais, tendo, particularmente em vista, a identificação de riscos orçamentais e de passivos financeiros contingentes.

De acordo com o referido despacho, a UTAP poderá, ainda, prestar apoio técnico especializado em matérias jurídica e financeira, sempre que tal seja solicitado pelas entidades do subsector local ao membro do Governo que tutela a DGAL, sendo que, este solicitará tal apoio ao membro do Governo que tutela a UTAP, para efeitos da estruturação ou renegociação de projetos em modalidade de PPP.

Em termos de prática PPP, observa-se que as **parcerias contratuais são predominantes e que a experiência, na vertente das parcerias institucionais, foi significativa e inovadora.**

Considerando os domínios de atuação municipal (Tabela 1), as parcerias contratuais são preponderantes nas áreas do ambiente e saneamento básico (contratos de concessão dos serviços de abastecimento de água e saneamento, contratos de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana) e do equipamento urbano (concessões de estacionamento público, parques de estacionamento e complexos funerários). As parcerias institucionais, sob a forma de sociedades em parceria, foram prosseguidas pelos municípios com diferentes formatos, através de participações sociais diretas e indiretas significativas, surgindo, sobretudo, no âmbito da promoção do desenvolvimento e da educação.

Um modelo inovador e replicado de parceria institucional, envolveu a criação de uma sociedade em parceria, por parte do município ou de uma empresa local de natureza municipal (tipicamente com participação social de 49%), cujo objeto visava prosseguir projetos inseridos no âmbito das atribuições e competências municipais, cabendo à sociedade em parceria construir, financiar e disponibilizar ou explorar as infraestruturas ou equipamentos municipais necessários. Este modelo, ancorava-se não só na criação da sociedade em parceria (como *sociedade-veículo*, para a captação de financiamento bancário), como

² Despacho Conjunto n.º 4872/2017, dos Secretários de Estado das Autarquias Locais e Adjunto e das Finanças.

também, na celebração de contratos de longa duração, entre a *sociedade-veículo* e o município (contratos de arrendamento para fins habitacionais ou de cessão de exploração ou, ainda, de locação comercial).

A montagem deste **modelo de parceria institucional** conjuga, tipicamente, vários instrumentos jurídicos, com vista a regular a relação entre os parceiros envolvidos, nomeadamente:

- Um acordo de cooperação técnica, económica e financeira entre os acionistas;
- Um ou mais contratos de cedência de direitos de superfície do município (ou de empresa municipal quando esta é a entidade local participante (ELP));
- Um ou mais contratos de arrendamento (ou de cessão de exploração) das infraestruturas ou equipamentos disponibilizados pela sociedade ao município (ou a uma empresa local de natureza municipal).

Do universo de 35 sociedades em parceria que se encontram em acompanhamento, 15 sociedades correspondem ao figurino de *sociedade-veículo* (Anexos 11 e 12), tendo recorrido à celebração de contratos de longa duração conexos com a montagem da parceria. Neste desenho, é tipicamente gerado um relacionamento financeiro entre a *sociedade-veículo* e o município (ou ELP), observando-se incidência orçamental plurianual do lado da despesa.

Parte destas parcerias ainda se encontram ativas, enquanto outras encontram-se em processo de dissolução ou transformação, em decorrência da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que veio a consagrar o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais. Entretanto, algumas *sociedades-veículo* criadas já foram descontinuadas³.

Para além do modelo em apreço, algumas parcerias institucionais representam empresas locais de natureza municipal com participação privada (5), em que o município detém a maioria do capital social, e noutras consubstanciam meras participações sociais relevantes em sociedades de direito privado, assumidas de forma *ad hoc*, sem ter por base um modelo típico (14)⁴.

³ Em 2020, o município de Oeiras procedeu ao envio do comprovativo de pagamento, efetuado no início do ano anterior, de uma indemnização, no valor de 9 milhões de euros, na sequência da dissolução e liquidação, por decisão judicial, da sociedade em parceria *OeirasExpo, SA*.

⁴ Apesar do município de Cabeceiras de Basto ter efetuado o registo, em 2019, via aplicação *RPC – PPP e Concessões*, da (já existente) sociedade em parceria *Basto Vida - Serviços de ação social e cuidados de saúde cooperativa I.P.R.*, os dados referentes à caracterização da sociedade encontram-se por reportar, não sendo, dessa forma, possível identificar qual a entidade local participante envolvida nesta operação (município ou empresa municipal).

As operações PPP baseiam-se no recurso ao financiamento prévio privado, mas podem variar no tocante ao modelo de afetação das responsabilidades, em matéria de financiamento e execução de investimentos. Esta responsabilidade pode ser cometida, no todo ou em parte, ao parceiro privado, ou mesmo, recair, numa parte substancial, na entidade local concedente ou participante. Com efeito, certos investimentos e financiamentos correlacionados com a parceria (investimentos conexos e complementares) podem ser assumidos pela entidade local concedente ou participante, não sendo incluídos no âmbito das responsabilidades de investimento, financiamento e execução do parceiro privado.

Nestes termos, são de considerar **três modelos distintos de afetação de responsabilidades de investimento e dos correspondentes riscos**:

- Modelo I - A responsabilidade cabe integralmente ao parceiro privado
- Modelo II - A responsabilidade é partilhada entre os parceiros
- Modelo III - A responsabilidade fica retida no parceiro público.

Nesta matéria, evidencia-se que, em geral, o financiamento e a execução de investimentos têm sido cometidos, no essencial, ao operador privado (Modelo I), quer no respeitante a parcerias contratuais, quer no referente a sociedades em parceria, observando-se, ainda que em alguns casos, essa responsabilidade foi originalmente partilhada (Modelo II), nomeadamente, no domínio do abastecimento de água e saneamento. As operações em que o financiamento e execução de investimentos ficaram retidos na entidade local concedente ou participante são diminutas, tendo o Modelo III praticamente caído em desuso.

O panorama PPP, a nível municipal, contempla uma diversidade de modelos e estruturas contratuais, com implicações orçamentais diferenciadas, quer do lado da receita, quer do lado da despesa do município.

No respeitante à incidência orçamental (Tabela 1), constata-se que a **generalidade das parcerias contratuais é financeiramente auto-sustentável (67) e, na sua maioria, contemplam um mecanismo de retribuição a favor do município (68)**. As parcerias com retribuição envolvem serviços e equipamentos tarifáveis em que existe cobrança ao utente ou utilizador, como é o caso das concessões de abastecimento de água e saneamento, de estacionamento público, de parques de estacionamento e de complexos funerários, sendo geradoras de receita.

Algumas **parcerias contratuais configuram operações a cargo do município, em exclusivo (11)**, tendo repercussões orçamentais de carácter plurianual. Na sua maioria, centram-se no domínio do ambiente e saneamento básico e correspondem a contratos de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana, cuja duração é longa. Todavia, é de notar que, em conexão com estes serviços, a

generalidade dos municípios aplica taxas aos munícipes e utilizadores, de acordo com o princípio do utilizador-pagador. Por outro lado, constata-se que em **13 parcerias contratuais**, há lugar a **contributos financeiros, por parte dos municípios, prefigurando parcerias contratuais parcialmente a cargo das entidades locais contratantes.**

No que concerne às **parcerias sob forma societária**, é de referir que **cerca de metade têm repercussões orçamentais (18)**, das quais **12 estão a cargo, em exclusivo, do município ou de empresa local de natureza municipal.** De notar que, as parcerias baseadas no modelo *sociedade veículo + contratos de arrendamento ou de cessão de exploração* encontram-se, tipicamente, a cargo da entidade local participante ou contratante, gerando compromissos e encargos plurianuais. Com a implementação do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (em 2012), parte destas parcerias têm vindo a ser progressivamente desactivadas ou transformadas, cabendo aos municípios assumirem os compromissos contratuais e financeiros resultantes destas parcerias.

Tabela 1 - Parcerias contratuais e institucionais – impacto orçamental

Categoria de parcerias	Domínios de atuação	Parcerias (n.º)	Incidência direta do lado da despesa			Lado da receita	
			Parcerias financeiramente auto-sustentáveis (n.º)	Parcerias parcialmente a cargo da ELC/ELC (n.º)	Parcerias a cargo da ELC/ELP (n.º)	ND (n.º)	Parcerias com retribuição a favor da ELC/ELP (n.º)
Parcerias contratuais	Ambiente e saneamento básico	38	22	6	10	-	23
	Equipamento rural e urbano	42	39	1	-	2	37
	Património, cultura e ciência	1	1	-	-	-	1
	Promoção do desenvolvimento e turismo	2	1	1	-	-	2
	Saúde	1	1	-	-	-	1
	Tempos livres e desporto	1	1	-	-	-	1
	Transportes e comunicações	9	2	5	1	1	3
Parcerias institucionais	Ação Social	1	-	-	-	1	-
	Ambiente e saneamento básico	1	-	1	-	-	1
	Educação e formação	7	5	-	2	-	1
	Equipamento rural e urbano	5	1	-	4	-	3
	Habitação	1	-	-	-	1	-
	Promoção do desenvolvimento e turismo	15	2	5	3	5	-
	Tempos livres e desporto	5	1	-	3	1	-
Total		129	76	19	23	11	73

Fonte: Aplicação *RPC – Registo PPP e Concessões*. Nota: ND – Não disponível.

Durante a vigência de uma parceria, podem ocorrer alterações ou aditamentos ao contrato original, com base em motivação diversa e diferente fundamentação, por iniciativa de uma ou ambas as partes. Essas modificações revestem-se de particular acuidade, quando requerem a reposição do equilíbrio financeiro do operador ou parceiro privado e podem comportar implicações financeiras para a entidade pública contratante.

Um número significativo das parcerias contratuais em análise conheceu alterações e aditamentos aos contratos iniciais, merecendo particular destaque as concessões no domínio do abastecimento de água e saneamento⁵. No conjunto, 40 contratos de parceria conheceram alterações e aditamentos e 20 foram objecto de reposições do equilíbrio financeiro. Nas parcerias contratuais relativas abastecimento de água e saneamento, foram vários os contratos que conheceram alterações e aditamentos (23 em 38), assim como foram objecto de reposições do equilíbrio financeiro (17 em 38). De notar que, neste domínio de atuação, em um espaço de tempo relativamente curto, algumas parcerias contratuais já experimentaram várias alterações ou aditamentos e mais do que uma operação de reequilíbrio financeiro.

O tema das responsabilidades financeiras das sociedades em parceria merece também especial atenção, designadamente, em sede de acompanhamento do sector empresarial local e de impacto no endividamento municipal.

De referir que, as sociedades em parceria sob a forma de *sociedades veículo* permitiram mobilizar e alavancar financiamentos bancários significativos, com níveis baixos de capital social. Várias destas sociedades em parceria foram já descontinuadas e outras encontram-se em processos de dissolução, transformação ou internalização. Em consequência, alguns dos municípios envolvidos tiveram e terão de reconhecer e satisfazer os compromissos plurianuais, decorrentes do serviço da dívida dessas sociedades.

Em termos de perspetiva, espera-se que, no decurso dos próximos anos, se desenvolva um novo ciclo de lançamento de operações municipais em parceria com operadores privados.

Assim, ao abrigo do novo regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros⁶, os municípios, enquanto autoridades de transportes, encetaram procedimentos concursais, com vista à contratualização das respectivas redes e serviços de transporte coletivo público de passageiros, designadamente, mediante contratos de concessão de serviço público.

⁵ Em larga medida, as alterações verificadas decorreram da adaptação ao novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água (Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de agosto).

⁶ Decreto n.º 5947/2017, de 6 de julho.

A preparação dos mesmos implicou à observação e cumprimento, entre outros, dos princípios e normas aplicáveis, relativos à conceção, preparação, lançamento, adjudicação e alteração de parcerias público-privadas (Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio), sendo de destacar a análise custo-benefício da operação e organização institucional, o nível de risco a incorrer e partilhar, o *value for money* para o erário público e a comportabilidade orçamental da despesa associada.

De referir ainda que, no âmbito do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, foram iniciados novos procedimentos relativos à implementação/contratualização de serviços essenciais, no âmbito da Pandemia Covid-19, que implicaram a modificação de contratos em vigor ou implementação de novos contratos, quanto a operadores autorizados a operar no mercado.

Por outro lado, antecipando o termo dos contratos municipais de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão (BT) atribuídos à EDP na década de 80⁷, a Lei n.º 31/2017, de 31 de maio, veio aprovar os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para a atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade em BT.

De acordo com a consagração legal, os procedimentos concursais para a atribuição de concessões municipais, da atividade de distribuição de energia elétrica, em BT, no território continental, deveriam ter sido lançados de forma sincronizada, em 2019, abrangendo todos os municípios ou entidades intermunicipais que não optassem pela gestão direta da atividade.

Por sua vez, e com vista ao combate às alterações climáticas Portugal, através da sua participação no Acordo de Paris (2016), assumiu o compromisso de transitar para uma economia neutra em carbono até 2050. Uma das prioridades presente no Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) assenta no crescente recurso a fontes de energia renovável, nomeadamente, a solar.

Nesse sentido, e dando continuidade ao processo já existente de leilões de energia solar – o primeiro ocorreu em julho de 2019 -, para decidir que entidades irão, futuramente, ficar responsáveis pelas redes em B.T., em agosto ocorreu o único leilão de 2020, estando previsto a ocorrência de, pelo menos, mais um leilão, para centrais solares flutuantes, ao longo de 2021.

Consequentemente, os procedimentos concursais, inicialmente previstos, acabaram por ser adiados.

⁷ A primeira concessão terminou em 2016, seguindo-se algumas outras em 2017, sendo que a grande maioria termina em 2021 e 2022.

1. Aspetos conceptuais sobre a abordagem PPP

A abordagem PPP constitui uma opção de provisão e financiamento de infraestruturas e serviços públicos que alguns municípios adoptaram, de modo variável, sem um enquadramento legal particular e específico para o setor local⁸.

A opção PPP é reconhecidamente de “geometria variável”, não correspondendo a um tipo de contrato único, nem a uma estrutura contratual “padrão” ou um modelo *standard* válido para todas as circunstâncias. As PPP’s podem ser materializadas através de vários tipos de contrato e podem assumir variadas formas, em matéria de repartição de responsabilidades entre parceiros público e privado e em termos de afetação de riscos. Com efeito, as PPP’s baseiam-se no princípio da transferência e partilha de risco entre os parceiros, sendo admissíveis diferentes matrizes de afetação de responsabilidades e de transferência e partilha de risco.

A diversidade do panorama PPP evidencia montagens típicas, assim como formas atípicas e “híbridas”. As parcerias podem ser prosseguidas com base numa relação contratual, tendo como alicerce um contrato de longa duração entre os parceiros (parcerias de natureza contratual), ou podem ser ancoradas numa sociedade comum detida em parceria (parcerias de natureza institucional)⁹.

As parcerias podem assentar num contrato, numa união de contratos ou numa conjugação de contratos que configuram um quadro jurídico estável, dentro do qual o parceiro privado pode assumir responsabilidades e riscos, captar e ressarcir o financiamento necessário e remunerar os capitais investidos. Ou seja, que modela um caso de negócio (*business case*) viável e suscetível de ser financiável pela banca.

As fontes e modalidades de financiamento privado também são diversas, sendo, entre nós, predominantemente estruturadas por empréstimos bancários de longo prazo com elevado nível de *gearing*.

Baseando-se no recurso ao financiamento privado, certas montagens PPP podem ter incidência orçamental. Na vertente da despesa, alguns desenhos PPP decorrem inteiramente a cargo do parceiro público e, noutros casos, a sua viabilidade implica o envolvimento financeiro parcial do ente público. Daqui decorre, em regra, a assunção de compromissos orçamentais de carácter plurianual, por parte do parceiro público, ao longo da

⁸ O Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de abril, que consagrou o regime jurídico PPP, estabeleceu várias normas gerais aplicáveis à intervenção do Estado na definição, concepção, preparação, concurso, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento global das parcerias público-privadas, mas não abordou as PPP’s de iniciativa local. As sucessivas revisões do diploma, também não acolheram quaisquer disposições relativas às PPP’s locais.

⁹ *Livro Verde sobre as Parcerias Público-Privadas e o Direito Comunitário em Matéria de Contratos Públicos e Concessões*, Bruxelas, 30.4.2004, COM (2004) 327 final.

vigência da parceria. Do lado da receita, e embora algumas parcerias público-privadas não comportem encargos para o ente público, sendo parcerias financeiramente auto-sustentáveis, algumas destas podem mesmo contemplar uma retribuição do parceiro privado a favor do parceiro público, em termos de um pagamento inicial e/ou de pagamentos periódicos e regulares.

Deste modo, a generalidade das parcerias envolve um relacionamento financeiro entre o parceiro público e o parceiro privado. No caso em que um ente público recorre a diferentes formas de parceria, dispondo de uma carteira de parcerias, importa considerar a incidência orçamental do conjunto da carteira de operações PPP.

O *Livro Verde sobre as PPP's*¹⁰ identifica, sobretudo, quatro características que enformam as montagens PPP:

- Associação duradoura entre os parceiros público e privado: Independentemente de uma parceria ser contratual ou institucional, a relação de cooperação que se estabelece entre os parceiros público e privado no quadro de uma parceria, há-de ter um carácter duradouro, ou seja, de longo prazo, sendo materializada através de contrato ou de uma sociedade comum;
- Recurso ao financiamento privado: Uma operação em regime PPP envolve, tipicamente, o recurso ao financiamento prévio privado, cabendo ao parceiro privado assegurar a respetiva montagem financeira e o conseqüente serviço de dívida. A par do recurso a fontes privadas de financiamento, a estruturação financeira da parceria pode implicar a mobilização de financiamentos públicos de natureza variada ou implicar pagamentos públicos regulares ao parceiro privado (caso de uma parceria, integralmente, a cargo do parceiro público);
- Envolvimento do parceiro privado nas várias fases do ciclo do projeto ou serviço: Uma parceria assenta numa lógica de contratação global de um projeto ou serviço ao parceiro privado, assumindo este, responsabilidades nas sucessivas fases da fileira conceção, construção, manutenção, gestão, operação e exploração. A ênfase é colocada na prestação de serviços, em termos de longo prazo e não na mera construção de ativos infraestruturais ou equipamentos, uma vez que, é aquela função que confere o carácter duradouro à parceria;
- Transferência e partilha de riscos entre o parceiro público e o parceiro privado: Uma operação PPP pressupõe uma transferência substantiva de responsabilidades e de riscos para o parceiro privado, admitindo uma partilha de riscos entre os parceiros, com vista a estabelecer uma afetação otimizada dos riscos envolvidos.

¹⁰ *Livro Verde sobre as parcerias público-privadas e o direito comunitário em matéria de contratos públicos e concessões*, Bruxelas, 30-04-2004, COM (2004) 327 final.

Considerando as características enunciadas, as operações PPP assumem configurações diversas cometendo, aos operadores privados, várias responsabilidades, nomeadamente, a conceção, o financiamento, a construção, a renovação e a exploração de uma obra ou a prestação de um ou mais serviços.

Nesta linha, um dos modelos mais divulgado é o do *modelo concessório*, em que se estabelece uma relação direta entre o parceiro privado e o utente final sendo que, o parceiro privado presta um serviço à comunidade no lugar do parceiro público, mas sob o seu controlo. Este modelo caracteriza-se, tradicionalmente, pelo modo de remuneração do concessionário (parceiro privado), baseado na cobrança do serviço prestado ao utente (através de taxas, tarifas ou preços). Frequentemente, a cobrança de taxas aos utentes do serviço é acompanhada de contribuições financeiras por parte do concedente ao concessionário (por exemplo, subvenções), de modo a assegurar a viabilidade económico-financeira da concessão e a suportabilidade social das taxas praticadas. Nestes casos, o envolvimento financeiro do concedente configura uma partilha de risco entre os parceiros público e privado.

Em outros modelos, recorrendo às modernas técnicas concessórias, o parceiro privado é incumbido da construção e gestão de infraestruturas e equipamentos para as administrações públicas, permanecendo os encargos afetos à parceria, integralmente a cargo do parceiro público. Neste modelo, a remuneração do parceiro privado assenta em pagamentos regulares, efetuados pelo parceiro público ao parceiro privado, ao invés da cobrança do serviço no ponto de consumo. O mecanismo de pagamento ao parceiro privado, pode ter diferentes formatos, desde pagamentos periódicos fixos, até pagamentos em parte variáveis, em função de vários elementos como: a disponibilidade da obra, a frequência da sua utilização e o cumprimento de níveis de desempenho, em termos da prestação dos serviços associados.

O regime jurídico PPP (2012)¹¹, que estabelece as normas gerais aplicáveis à intervenção do Estado nesta matéria, define a PPP como “o contrato ou a união de contratos por via dos quais entidades privadas, designadas por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público, a assegurar, mediante contrapartida, o desenvolvimento de uma atividade tendente à satisfação de uma necessidade coletiva, em que a responsabilidade pelo investimento, financiamento, exploração e riscos associados, incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado”.

A definição mais recente, constitui uma evolução face à anterior formulação, incorporando duas referências adicionais, relativamente à contrapartida e riscos associados. O Quadro 1 apresenta a evolução da definição desde a sua consagração inicial.

¹¹ Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio.

Da definição PPP, decorre que a parceria deverá visar o desenvolvimento de uma atividade tendente à satisfação de uma necessidade coletiva, sendo pressuposto que cabe ao lado público ter a iniciativa de lançar a parceria e estabelecer as respetivas condições de partida. A disponibilização de um bem ou a prestação de um serviço, com à vista satisfação de uma necessidade coletiva, pode ser efetuada diretamente ao público ou a uma entidade pública.

Quadro 1 - Evolução da definição PPP

Diploma	Definição	Observações
DL n.º 86/2003, de 26 de abril (n.º 1, artigo 2.º)	Para os efeitos do presente diploma, entende-se por parceria público-privada o contrato ou a união de contratos, por via dos quais entidades privadas, designadas por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público, a assegurar o desenvolvimento de uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva, e em que o financiamento e a responsabilidade pelo investimento e pela exploração incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado.	
DL n.º 141/2006, de 27 de julho (n.º 1, artigo 2.º)	Para os efeitos do presente diploma, entende-se por parceria público-privada o contrato ou a união de contratos, por via dos quais entidades privadas, designadas por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público, a assegurar o desenvolvimento de uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva, e em que o financiamento e a responsabilidade pelo investimento e pela exploração incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado.	Sem alteração
DL n.º 111/2012, de 23 de maio (n.º 1, artigo 2.º)	Para os efeitos do presente diploma, entende-se por parceria público-privada, adiante abreviadamente designada por parceria, o contrato ou a união de contratos por via dos quais entidades privadas, designadas por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público, a assegurar, mediante contrapartida , o desenvolvimento de uma atividade tendente à satisfação de uma necessidade coletiva, em que a responsabilidade pelo investimento, financiamento, exploração, e riscos associados , incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado.	Com aditamentos: - Mediante contrapartida - Riscos associados

A atividade priorizada, com vista à satisfação da necessidade coletiva, terá de assentar numa relação duradoura com o parceiro privado, pelo que, há-de centrar-se na prestação de um ou vários serviços, a longo prazo, e traduzir uma contratação global que, em grau variável, compreenda a conceção, construção e financiamento dos investimentos requeridos. A essência de uma parceria reside, pois, na prestação de serviços e não na mera conceção e construção de infraestruturas, instalações e equipamentos.

Nos termos legais, uma parceria deverá ser regulada por contrato (ou uma união de contratos), podendo ainda conjugar e articular vários contratos, que estabeleçam uma estrutura jurídica susceptível de conferir viabilidade financeira à parceria. O regime jurídico PPP identifica, entre outros, um elenco de instrumentos contratuais a considerar, nomeadamente:

- Contrato de concessão ou de subconcessão de obras públicas;
- Contrato de concessão ou de subconcessão de serviço público;
- Contrato de fornecimento contínuo;

- Contrato de prestação de serviços;
- Contrato de gestão;
- Contrato de colaboração.

No âmbito da montagem da parceria, a responsabilidade pelo investimento, financiamento, exploração e riscos associados é da incumbência do parceiro privado, na sua totalidade, ou apenas em parte. As responsabilidades transferíveis, no todo ou em parte, para o parceiro privado, correspondem a várias funções e riscos, sendo a matriz de responsabilidades e riscos a transferir definidas de acordo com cada caso e circunstâncias (Quadro 2).

Quadro 2 - Responsabilidades transferíveis para o parceiro privado

Responsabilidades	Fileira de funções	Riscos
Investimento	Conceção, construção, manutenção, substituição, renovação, reabilitação e expansão	Riscos de conceção e construção
Financiamento ¹²	Financiamento prévio dos investimentos requeridos	Risco de financiamento
Exploração	Operação e prestação do serviço (ou serviços) e respetiva cobrança aos utentes e/ou ao parceiro público	Riscos de utilização, <i>performance</i> , procura e mercado

O desenho da parceria contempla, ainda, uma contrapartida financeira entre os parceiros envolvidos, dando origem a um relacionamento financeiro que pode fluir em duplo sentido. Quando o ónus financeiro da parceria (despesa) está a cargo do parceiro público, este deverá assegurar a respetiva contrapartida financeira, sob a forma de pagamentos regulares. Nos casos em que a parceria é subvencionada, cabe também ao parceiro público providenciar a contrapartida financeira, mediante uma fórmula apropriada, com base em desembolsos periódicos. Em outros casos, como é comum no *modelo concessório*, o elemento de contrapartida financeira pode ser fixado a favor do parceiro público, sob a forma de uma retribuição única ou regular, durante a respetiva vigência.

De notar que, o regime jurídico PPP não tipifica, expressamente, as PPP de natureza institucional e o seu âmbito de aplicação não abarca as autarquias locais. Por sua vez, no que concerne à administração local, observa-se que, ainda não existe um quadro normativo congénere ou um conjunto de normas específicas que aborde as operações PPP de iniciativa local.

¹² O n.º 2, do artigo 15.º, do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, estipula que, no procedimento para a formação do contrato de parceria, pode ser segregada e autonomizada a componente de financiamento, com respeito aos princípios aplicáveis à contratação pública.

No Quadro 3, procura-se estabelecer a correspondência entre quatro características PPP, identificadas no Livro Verde da Comissão Europeia sobre as parcerias público-privadas (2004)¹³ e os elementos da definição PPP em vigor.

Importa assinalar que as características PPP (Livro Verde) e a definição PPP (regime geral PPP), pressupondo ou explicitando o estabelecimento de uma contrapartida entre os parceiros, não atendem ao modo de remuneração do parceiro privado (pelos utentes e/ou pela entidade pública contratante), nem à eventual retribuição do parceiro público pelo parceiro privado.

O Código de Contratos Públicos (CCP) acolheu, pela primeira vez, regras aplicáveis às PPP's, mas não definiu o conceito PPP, remetendo para diploma próprio a respectiva definição. O conceito PPP encontra-se, assim, definido em legislação própria - Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio -, sendo que a definição do normativo consagra um conceito amplo PPP.

De acordo com o regime geral PPP, a escolha do procedimento para a formação do contrato de parceria deve observar o regime previsto no CCP.

O CCP não configura as PPP's como um novo tipo contratual, mas antes, assume a abordagem PPP como uma opção de contratação, susceptível de se reconduzir a diversos tipos contratuais e acolher diferentes modelos e estruturas contratuais. As PPP's podem, dessa forma, ser reguladas por tipos contratuais especialmente consagrados no CCP, assim como, por contratos públicos inominados.

Quadro 3 - Características PPP versus definição PPP

Características PPP (Livro Verde)	Definição PPP (regime geral)
Associação duradoura entre os parceiros público e privado	O contrato ou a união de contratos por via dos quais entidades privadas se obrigam, de forma duradoura , perante um parceiro público, a assegurar, mediante contrapartida, o desenvolvimento de uma atividade tendente à satisfação de uma necessidade coletiva ...
Recurso ao financiamento privado	..., em que a responsabilidade pelo investimento, financiamento, exploração, e riscos associados, incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado.
Envolvimento do parceiro privado nas várias fases do ciclo do projeto ou serviço	..., em que a responsabilidade pelo investimento, financiamento, exploração, e riscos associados, incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado.
Transferência e partilha de riscos entre o parceiro público e o parceiro privado	...em que a responsabilidade pelo investimento, financiamento, exploração, e riscos associados, incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado.

¹³ Livro Verde sobre as parcerias público-privadas e o direito comunitário em matéria de contratos públicos e concessões, Bruxelas, 30-04-2004, COM (2004) 327 final.

Para efeitos do Registo Central de PPP's e Concessões Municipais, criado em 2016 e do presente relatório, adoptou-se um conceito amplo de parceria público-privada, procurando-se identificar e caracterizar as operações a nível municipal que, pelos seus elementos característicos, podem configurar parcerias em que se verifica o recurso ao financiamento e gestão privados, num quadro de optimização da afetação dos riscos entre os parceiros.

Assim, as responsabilidades e riscos associados ao investimento, financiamento e exploração podem incumbir, em parte, ao parceiro privado, configurando uma determinada matriz de transferência e partilha de risco ou, no todo, traduzindo uma outra matriz de transferência de risco.

Na linha do enquadramento europeu e do normativo nacional, considera-se que as PPP's são prosseguidas através de contratos de execução duradoura, celebrados entre uma entidade pública e uma entidade privada, em que esta disponibiliza um bem ou presta um serviço diretamente ao público ou à entidade pública, sendo a remuneração da entidade privada assegurada pelos utentes e/ou pela própria entidade pública.

2. Sinopse do panorama PPP, a nível municipal

De há cerca de duas décadas a esta parte, os municípios passaram a recorrer progressivamente ao financiamento e gestão privados, como forma de aumentarem a capacidade de realização de infraestruturas e de prestação de serviços locais.

A experiência PPP, a nível municipal, é diversificada e dinâmica, estando em evolução e envolvendo hoje, um leque variado de modelos de parcerias de natureza contratual e institucional (sob a forma de sociedades em parceria).

O presente capítulo, evidencia a carteira de operações PPP identificada no âmbito do registo central obrigatório, nos termos do n.º 5 do artigo 78.º da Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (diploma que veio alterar a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Lei das Finanças Locais).

Tendo por base um conceito amplo de parceria público-privada, foram identificadas e encontram-se em acompanhamento diversas operações de tipo PPP, realizadas por iniciativa de **75 municípios** (Tabela 2 e Anexo 1), **correspondendo a 94 parcerias contratuais e 35 parcerias sob a forma de sociedades em parceria.**

De recordar que certas concessões municipais, como as que se verificam no domínio da distribuição da energia, não foram incluídas enquanto operações PPP, uma vez que foram celebradas num enquadramento jurídico específico e numa época de pré-participação do setor privado no financiamento e gestão de infraestruturas e serviços públicos¹⁴.

A título histórico, os municípios começaram a recorrer ao estabelecimento de parcerias contratuais na segunda metade da década de 90, com a abertura do setor da água e resíduos à iniciativa privada¹⁵. As parcerias institucionais emergiram apenas na segunda metade da década passada, nomeadamente, como forma de captação de financiamento privado, para a realização de infraestruturas e equipamentos municipais. O pico do recurso a operações PPP's situou-se no triénio 2006-2009, tendo-se, entretanto, observado uma forte travagem no lançamento de novas parcerias, a partir do início da década.

¹⁴ Decreto-Lei n.º 344-B/1982, de 1 de setembro que, na altura, estabeleceu os princípios gerais da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, bem como, as condições a que deveriam obedecer os contratos de concessão a favor da EDP.

¹⁵ Decreto-Lei n.º 372/1993, de 29 de outubro e Decreto-Lei n.º 379/1993, de 5 de novembro, que alterou a lei de delimitação de setores no que se refere, respetivamente, ao acesso e ao regime de exploração de gestão, pelas entidades privadas ou outras entidades da mesma natureza, às atividades económicas de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento de efluentes e de resíduos sólidos.

Assim, a celebração ou constituição de novas parcerias tem sido relativamente diminuta. De acordo com os dados reportados através da aplicação *RPC – Registo PPP e Concessões*, em 2020, apenas os municípios de Ílhavo e Viseu celebraram parcerias contratuais sendo que, no primeiro caso, trata-se de um contrato de prestação de serviços, no âmbito da recolha de resíduos urbanos, limpeza pública e gestão do Ecocentro e, no outro, de um contrato de conceção, construção, gestão e fiscalização de parques de estacionamento e de lugares de estacionamento pagos na via pública.

Entretanto, constata-se ainda que, por diferentes razões, certas operações PPP's têm vindo a ser objeto de reconfiguração ou a serem descontinuadas, encontrando-se outras em processo judicial (Anexo 2).

Em termos futuros, é expectável que no decurso dos próximos anos, se desenvolva um novo ciclo de lançamento de operações municipais, em parceria com operadores privados, nomeadamente, no âmbito do serviço público de transporte de passageiros e distribuição de eletricidade em baixa tensão (BT).

Refira-se a este propósito que, no âmbito do novo regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros, os municípios, enquanto autoridades de transportes, teriam de contratualizar, até dezembro de 2019, as respetivas redes e serviços de transporte coletivo público de passageiros, designadamente, mediante contratos de concessão de serviço público. De acordo com a informação aos “*stakeholders*” da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), importa, na preparação dos procedimentos concursais, ter em conta, entre outros, os princípios e normas aplicáveis, relativos à conceção, preparação, lançamento, adjudicação e alteração de parcerias público-privadas (Decreto-Lei n.º 111/2012), sendo de destacar, a análise custo-benefício da operação e organização institucional, o nível de risco a incorrer, a partilha do “*value for money*” com o erário público e a comportabilidade orçamental da despesa associada.

Na sequência do novo regime jurídico, foi criado o fundo para o serviço público de transportes, por forma a auxiliar o financiamento das autoridades de transportes, cabendo a respetiva gestão ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP (IMT)¹⁶. De acordo com o respetivo regulamento, o financiamento regular do fundo cobre o incentivo à organização das autoridades de transportes em entidades de nível intermunicipal, as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e os municípios não incluídos nas duas áreas metropolitanas.

¹⁶ Nos termos da Portaria n.º 359-A/2017, de 20 de novembro.

Finalmente, no âmbito do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, foram encetados novos procedimentos, relativos à implementação/contratualização de serviços essenciais, no âmbito da Pandemia Covid-19, que implicaram a modificação de contratos em vigor ou implementação de novos contratos, quanto a operadores autorizados a operar no mercado.

Paralelamente, e antecipando o termo dos contratos municipais de concessão de distribuição de eletricidade em BT, atribuídos à EDP na década de 80¹⁷, a Lei n.º 31/2017, de 31 de maio, aprovou os princípios e regras gerais, relativos à organização dos procedimentos de concurso público para a atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade em BT.

De acordo com o legalmente estabelecido, os procedimentos concursais para atribuição de concessões municipais da atividade de distribuição de energia elétrica em BT no território continental, deveriam ter sido lançados de forma sincronizada, em 2019, abrangendo todos os municípios ou entidades intermunicipais que não optassem pela gestão direta da atividade.

Por outro lado, Portugal, através da sua participação no Acordo de Paris (2016) e com vista ao combate às alterações climáticas, assumiu o compromisso de transitar para uma economia neutra em carbono até 2050. Nesse sentido, foi delineado o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), principal instrumento de política energética e climática para o período 2021-2030. Neste âmbito, uma das prioridades passa por um crescente recurso a fontes de energia renovável, com destaque para a de origem solar.

Dando seguimento ao PNEC 2030, a realização dos referidos procedimentos concursais acabou por ser adiada, estando prevista, no seu lugar, a implementação de um mecanismo de leilões de energia solar para decidir que entidades irão, futuramente, ficar responsáveis pelas redes em B.T.

De referir que o primeiro leilão teve lugar em julho de 2019, o segundo em agosto de 2020, estando previsto que o mesmo venha a repetir-se em 2021.

A tabela seguinte apresenta a distribuição das atuais 129 parcerias contratuais (PPP's) e institucionais (Sociedades em parceria) pelos 75 municípios que as celebraram:

¹⁷ A primeira concessão terminou em 2016, seguindo-se algumas outras em 2017, sendo que a grande maioria termina em 2021 e 2022.

Tabela 2 - Parcerias contratuais e institucionais, a nível municipal

Município	Parcerias contratuais (n.º)	Parcerias institucionais (n.º)	Total (n.º)
Abrantes	1	-	1
Albufeira	1	-	1
Alcobaça	1	1	2
Alenquer	1	-	1
Amadora	2	-	2
Angra do Heroísmo	1	-	1
Armamar	-	1	1
Aveiro	2	1	3
Azambuja	1	-	1
Barcelos	1	-	1
Batalha	1	-	1
Braga	-	1	1
Câmara de Lobos	1	-	1
Cabeceiras de Basto	-	1	1
Caminha	-	1	1
Campo Maior	1	1	2
Carraceda de Ansiães	1	-	1
Cartaxo	1	-	1
Cascais	5	-	5
Coimbra	2	-	2
Covilhã	1	1	2
Elvas	2	-	2
Entroncamento	1	-	1
Esposende	1	-	1
Évora	1	-	1
Fafe	1	-	1
Figueira da Foz	2	4	6
Figueiró dos Vinhos	1	-	1
Fundão	2	-	2
Gondomar	2	-	2
Gouveia	-	1	1
Guimarães	1	-	1
Ílhavo	3	-	3
Lagos	-	2	2
Leiria	4	-	4
Loulé	-	3	3
Mafra	-	2	2
Matosinhos	3	-	3
Moimenta da Beira	-	1	1
Oliveira de Azeméis	1	-	1
Ourém	2	-	2

Município	Parcerias contratuais (n.º)	Parcerias institucionais (n.º)	Total (n.º)
Paços de Ferreira	1	-	1
Paredes	1	-	1
Penamacor	-	1	1
Pombal	-	1	1
Porto	6	-	6
Porto de Mós	1	-	1
Póvoa de Varzim	2	-	2
Povoação	-	1	1
Rio Maior	-	1	1
Santa Comba Dão	-	1	1
Santa Maria da Feira	1	-	1
Santarém	1	-	1
Santo Tirso	2	-	2
Sernancelhe	-	2	2
Sesimbra	2	-	2
Setúbal	1	-	1
Tabuaço	-	1	1
Tarouca	1	-	1
Tavira	2	-	2
Tondela	-	1	1
Trancoso	1	1	2
Vale de Cambra	1	-	1
Valongo	3	-	3
Vendas Novas	-	1	1
Viana do Castelo	1	-	1
Vila do Conde	1	-	1
Vila Franca do Campo	-	1	1
Vila Nova de Famalicão	2	-	2
Vila Nova de Gaia	2	-	2
Vila Pouca de Aguiar	-	1	1
Vila Real	1	-	1
Vila Real de Santo António	5	-	5
Vila Verde	-	1	1
Viseu	5	-	5
Total (75 municípios)	94	35	129

Fonte: Aplicação RPC – Registo PPP e Concessões.

3. Identificação das parcerias contratuais e institucionais (sociedades em parceria)

O panorama PPP, a nível municipal, caracteriza-se por uma diversidade de modelos, cobrindo vários domínios de atuação, com preponderância para as parcerias contratuais na área do ambiente e saneamento básico (Tabela 3 e Anexos 3, 4 e 5). As parcerias institucionais têm maior expressão no âmbito da promoção do desenvolvimento, domínio em que as sociedades em parceria criadas apresentam, em geral, um campo alargado de intervenção, cobrindo várias áreas de atuação municipal. Uma boa parte destas sociedades em parceria encontram-se em processos de reconversão ou transformação e, em alguns casos, foram, entretanto, descontinuadas.

As parcerias contratuais são prosseguidas com base numa relação contratual, tendo como instrumento regulador central, um contrato de longa duração entre os parceiros, enquanto as parcerias de natureza institucional são ancoradas numa sociedade comum, criada e detida em parceria pelos parceiros¹⁸.

As parcerias contratuais, na sua generalidade, são estabelecidas através de contratos de concessão de serviço público ou de obra pública. O regime geral das parcerias público-privadas, contempla um elenco indicativo dos contratos que podem constituir instrumentos de regulação. Nas parcerias contratuais, o parceiro público, tipicamente, não participa no capital da sociedade concessionária (ou contratante) que configura o parceiro privado, embora essa participação seja uma hipótese admissível.

No segmento das parcerias contratuais, no domínio do ambiente e saneamento básico, foram ainda considerados os contratos de prestação de serviços de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos sólidos, com uma duração superior a 3 anos, atendendo que comportam compromissos plurianuais.

Por sua vez, as parcerias institucionais são ancoradas na criação de uma sociedade detida em comum (sociedade em parceria). Frequentemente, a montagem deste tipo de parcerias envolve, não só a criação de uma *sociedade-veículo* detida pelos parceiros, mas também, a celebração de vários acordos e contratos, inclusive de longa duração, como sejam contratos de arrendamento para fins não habitacionais, de cessão de exploração ou de locação comercial (ou sub-locação). Por norma, à sociedade em parceria cabe financiar, construir e operar infraestruturas, equipamentos e serviços que, mediante contrato e contrapartida, são disponibilizados ao município.

¹⁸ Conforme Livro Verde sobre as parcerias público-privadas e o direito comunitário em matéria de contratos públicos e concessões, Bruxelas, 30-04-2004, COM (2004) 327 final. Para efeitos de registo central das sociedades em parceria, foram consideradas as participações sociais de municípios e empresas locais iguais ou superiores a 20%, sendo as participações inferiores tidas como meras participações sociais, que não configuram uma sociedade em parceria.

A Tabela 4 evidencia que, as parcerias contratuais foram implementadas, predominantemente, através de contratos de concessão de serviço público e que, nas parcerias institucionais, a prevalência recai na constituição de sociedades em parceria em que a entidade local participante (município ou empresa local de natureza municipal), assume uma posição minoritária no capital social (na montagem típica PPP, em regra, 49%). Todavia, de acordo com as disposições da Lei n.º 50/2012, uma boa parte das sociedades em parceria criadas, encontram-se a ser reconvertidas ou descontinuadas, encontrando-se vários processos ainda em curso.

De notar, que algumas PPP municipais estão sujeitas a regulação setorial, por parte de entidade administrativa independente, dotada de funções de regulação e supervisão. Tal ocorre com as parcerias contratuais na área do ambiente e relativas aos serviços de águas e resíduos e sucederá com as futuras contratações a operadores privados, no domínio dos transportes de passageiros e distribuição de electricidade em baixa tensão¹⁹.

Tabela 3 - Parcerias contratuais e institucionais, por domínio de atuação

Domínios de atuação	Parcerias contratuais (n.º)	Parcerias institucionais (n.º)	Total (n.º)
Ação Social	-	1	1
Ambiente e saneamento básico	38	1	39
Educação e formação	-	7	7
Equipamento rural e urbano	42	5	47
Habituação	-	1	1
Património, cultura e ciência	1	-	1
Promoção do desenvolvimento e turismo	2	15	17
Saúde	1	-	1
Tempos livres e desporto	1	5	6
Transportes e comunicações	9	-	9
Total	94	35	129

Fonte: Aplicação RPC – Registo PPP e Concessões.

O detalhe, por município, de cada uma das parcerias (contratuais e institucionais), e por domínio de atuação, consta, respetivamente, nos Anexos 4 e 5.

¹⁹ A ERSAR tem por missão, a regulação e a supervisão dos setores dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, incluindo o exercício de funções de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano; a AMT tem por missão, regular e fiscalizar, entre outros, o setor da mobilidade e dos transportes terrestres; a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) tem por missão, a regulação dos setores da electricidade e do gás natural.

Tabela 4 - Sinopse do universo PPP em análise

Categoria de parcerias	Domínios de atuação (n.º parcerias)	Contratos de parceria					Sociedades em parceria			
		Concessão de serviço público (n.º)	Concessão de obra pública (n.º)	Prestação de serviços (n.º)	Cedência de direitos de superfície (n.º)	Outro (n.º)	Com posição dominante da ELP		Com posição minoritária da ELP	
							Município (n.º)	Entidade empresarial municipal (n.º)	Município (n.º)	Entidade empresarial municipal (n.º)
Parcerias contratuais	Ambiente e saneamento básico (38)	29	-	8	-	Cedência de infraestrutura (1)	-	-	-	-
	Equipamento rural e urbano (42)	25	7	-	9	Gestão (1)	-	-	-	-
	Património, cultura e ciência (1)	-	-	-	-	Cessão de exploração (1)	-	-	-	-
	Promoção do desenvolvimento e turismo (2)	1	-	-	-	Arrendamento (1)	-	-	-	-
	Saúde (1)	-	-	-	-	Gestão (1)	-	-	-	-
	Tempos livres e desporto (1)	-	1	-	-	-	-	-	-	-
	Transportes e comunicações (9)	9	-	-	-	-	-	-	-	-
Parcerias institucionais	Ação Social (1)	-	-	-	-	-	ND	ND	ND	ND
	Ambiente e saneamento básico (1)	-	-	-	-	-	-	1	-	-
	Educação e formação (7)	-	-	-	-	-	-	-	6	1
	Equipamento rural e urbano (5)	-	-	-	-	-	1	-	3	1
	Habituação (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	Promoção do desenvolvimento e turismo (15)	-	-	-	-	-	3	-	8	4
	Tempos livres e desporto (5)	-	-	-	-	-	-	-	3	2
Total		64	8	8	9	5	4	1	20	9

Nota: ND – Não Disponível. Fonte: Aplicação RPC – Registo PPP e Concessões.

4. Modelo de afetação das responsabilidades de investimento

A abordagem PPP baseia-se no recurso ao financiamento privado, sendo a responsabilidade, pelo financiamento prévio dos investimentos, por regra, do parceiro privado. Por sua vez, este é ressarcido e remunerado, por via da cobrança do serviço prestado aos utentes, e/ou por meio de pagamentos regulares, de carácter plurianual do parceiro público.

Todavia, por vezes, em certas montagens PPP, parte da responsabilidade pelo financiamento e execução dos investimentos é retida no parceiro público, partilhando com o parceiro privado essa responsabilidade e os riscos inerentes. Em outros casos, essa responsabilidade não é transferida para o parceiro privado.

Desse modo, basicamente, é possível equacionar três modelos distintos de afetação de responsabilidades, em matéria de financiamento e execução de investimentos, nomeadamente:

- **Modelo I:** A responsabilidade do financiamento e realização dos investimentos é inteiramente passada para a entidade privada contratante ou sociedade em parceria. No entanto, sem responsabilidades nesta matéria, a entidade local contratante (ou participante) pode “subvencionar” os investimentos cometidos ao parceiro privado (ou sociedade em parceria), contribuindo para sua execução com cofinanciamentos;
- **Modelo II:** A responsabilidade é partilhada, sendo parte do financiamento e execução direta dos investimentos assegurada pela entidade local contratante ou participante e, outra parte, pela entidade privada contratante ou sociedade em parceria. De modo semelhante, a entidade local contratante (ou participante) pode, adicionalmente, contribuir com o cofinanciamento dos investimentos da incumbência do operador privado;
- **Modelo III:** A totalidade da responsabilidade dos investimentos é retida na entidade local contratante (ou participante), ficando a seu cargo o respetivo financiamento e realização. Neste desenho, o operador privado é encarregado da prestação dos serviços associados, mas não do financiamento e realização de obras que incumbem ao parceiro público.

Por outro lado, nesta matéria, em termos de afetação de responsabilidades, a entidade local envolvida pode, ainda, assumir encargos públicos com investimentos complementares, ou que ficam fora do perímetro de responsabilidades do parceiro privado e do pacote de investimentos, que recaem na sua esfera (como é o caso dos acessos, por exemplo).

Considerando o universo em análise, o Modelo I é, naturalmente, predominante nas parcerias contratuais e nas sociedades em parceria (Tabela 5). O Modelo III, tendo tido uma utilização pontual, caiu praticamente em desuso.

Nas parcerias contratuais, no domínio do abastecimento de água e saneamento, o Modelo I tem sido, na generalidade, adotado, sendo que, tem havido recurso aos outros dois modelos, com destaque para o modelo de responsabilidade partilhada. Neste setor de atuação, é de salientar não só a coabitação de modelos, como a evolução de modelos. Algumas parcerias inicialmente desenhadas com base no Modelo III (primeira geração), no espaço de uma década, passaram a ser reconfiguradas nos outros dois modelos, no quadro de alterações aos contratos originais²⁰.

A informação detalhada, neste âmbito, integra os Anexos 6 e 7.

²⁰ Sobre esta evolução, ver designadamente, o *Relatório n.º 03/2014 - 2.ª Seção do Tribunal de Contas*, sobre regulação de PPP no setor das águas (sistemas em baixa).

Tabela 5 - Sinopse dos modelos de afetação das responsabilidades de investimento

Categoria de parcerias	Domínios de atuação	Parcerias (n.º)	Modelo I (Responsabilidade do parceiro privado) (n.º)	Modelo II (Responsabilidade partilhada) (n.º)	Modelo III (Responsabilidade do parceiro público) (n.º)	ND (n.º)
Parcerias contratuais	Ambiente e saneamento básico	38	28	8	2	–
	Equipamento rural e urbano	42	42	–	–	–
	Património, cultura e ciência	1	1	–	–	–
	Promoção do desenvolvimento e turismo	2	1	1	–	–
	Saúde	1	1	–	–	–
	Tempos livres e desporto	1	1	–	–	–
	Transportes e comunicações	9	8	–	1	–
	<i>Subtotal</i>	<i>94</i>	<i>82</i>	<i>9</i>	<i>3</i>	<i>–</i>
Parcerias institucionais	Ação Social	1	–	–	–	1
	Ambiente e saneamento básico	1	1	–	–	–
	Educação e formação	7	7	–	–	–
	Equipamento rural e urbano	5	5	–	–	–
	Habituação	1	–	–	–	1
	Promoção do desenvolvimento e turismo	15	9	–	–	6
	Tempos livres e desporto	5	5	–	–	–
<i>Subtotal</i>	<i>35</i>	<i>27</i>	<i>–</i>	<i>–</i>	<i>8</i>	
Total		129	109	9	3	8

Nota: ND – Não Disponível. Fonte: Aplicação *RPC – Registo PPP e Concessões*.

5. Relevância orçamental das parcerias

A abordagem PPP contempla uma diversidade de modelos e estruturas contratuais. Repousando no financiamento prévio e na gestão privados, são várias as configurações que podem envolver encargos de natureza plurianual, para as entidades locais contratantes ou participantes.

A montagem de uma parceria pressupõe uma remuneração adequada do parceiro privado, tendo em conta, os montantes a investir e o tipo e grau de riscos em que incorre. Assim, o parceiro privado há-de ser ressarcido e remunerado, mediante uma contrapartida que pode ser desenhada de diferentes modos, mas que pode implicar o envolvimento financeiro do parceiro público ou a cobrança de serviços aos utentes, ou ainda, uma combinação dos dois mecanismos.

Nesse sentido, na óptica da despesa, a montagem de uma operação PPP pode ter uma incidência orçamental direta para o erário público. Ou seja, as parcerias podem não comportar quaisquer encargos orçamentais para a entidade local contratante (ou participante), podem comportar encargos para a entidade local contratante (ou participante), mas, apenas em parte, ou podem, ainda, ser integralmente suportadas pela entidade local contratante (ou participante).

Portanto, **na vertente da despesa, considerando a incidência orçamental direta, são de equacionar as seguintes categorias de parcerias:**

- **Parcerias financeiramente autossustentáveis**, sem encargos orçamentais para a entidade local contratante (ou participante), sendo o operador privado ressarcido e remunerado, através da cobrança do serviço aos utentes ou utilizadores;
- **Parcerias parcialmente a cargo da entidade local contratante (ou participante)**, sendo o operador privado remunerado, em parte, mediante a cobrança do serviço aos utentes ou utilizadores dos serviços e, em outra parte, através de pagamentos regulares, cofinanciamentos ou contribuições da entidade pública contratante (ou participante);
- **Parcerias a cargo da entidade local contratante (ou participante)**, em que o operador privado é ressarcido e remunerado por pagamentos regulares da entidade local contratante (ou participante), em contrapartida da disponibilização de infraestruturas e equipamentos e da prestação de serviços, não havendo lugar à respetiva cobrança aos utentes ou utilizadores finais²¹.

²¹ Nesta categoria de parcerias, os mecanismos de pagamento ao parceiro privado ou à sociedade em parceria, podem ser baseados em desembolsos pela disponibilidade de bens e serviços, em desembolsos em função da procura, ou ainda, em desembolsos mistos.

Atendendo ao universo de parcerias selecionado, a Tabela 1 ilustra o panorama PPP, do ponto de vista da relevância orçamental direta. No tocante às parcerias contratuais, em geral, prosseguidas com base no *modelo concessório*, constata-se que estas configuram, predominantemente, parcerias autossustentáveis, contemplando, ainda, uma retribuição para a entidade local contratante. Estas operações PPP envolvem, frequentemente, infraestruturas e serviços tarifáveis (geradores de receita) que são autofinanciáveis, constituindo, por vezes, parcerias geradoras de receita para a entidade local contratante (exemplo: o abastecimento de água e saneamento).

Outras parcerias contratuais, como as relativas à contratação de serviços de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana, configuram parcerias a cargo da entidade local contratante. No entanto, no âmbito destes serviços, a generalidade dos municípios aplica taxas aos munícipes e utilizadores, de acordo com o princípio do utilizador-pagador (Anexo 8).

Relativamente às parcerias institucionais, sob a forma de sociedades em parceria, são relevantes as parcerias a cargo do município ou da entidade local participante, em que se verifica a assunção de compromissos plurianuais, decorrentes de contratos que contemplam uma contrapartida pela disponibilização das infraestruturas e serviços desenvolvidos pela sociedade detida em comum. Em alguns casos, estas operações prevêem uma contrapartida a favor do município ou da entidade local participante, designadamente, quando envolvem a aquisição de direitos de superfície.

Nas parcerias institucionais que comportam encargos plurianuais, nos casos em que o município é a entidade local participante, os encargos são diretamente assumidos pelo município, mediante a celebração, com a sociedade em parceria, de contratos de arrendamento para fins não habitacionais, de cessão de exploração ou de locação financeira imobiliária (ou sub-locação) das infraestruturas e equipamentos, por esta disponibilizada. Nos casos em que a entidade local participante é uma empresa local de natureza municipal, os encargos plurianuais são suportados pela própria empresa municipal ou pelo município (Anexo 9).

No respeitante ao segmento de parcerias com encargos de natureza plurianual, encontram-se, presentemente, em acompanhamento 39 operações com características PPP²², cujos encargos e compromissos plurianuais encontram-se reflectidos nos Anexos 14 e 15. Estes encargos, resultam de pagamentos e compromissos à entidade privada contratante ou à sociedade em parceria, a título da prestação de serviços contratados, de disponibilização e utilização de infraestruturas e equipamentos (rendas), de cofinanciamento de investimentos e de compensações financeiras e subvenções.

²² Correspondentes a 21 parcerias contratuais e 18 parcerias institucionais (sociedades em parceria).

6. Parcerias contratuais - Alterações e aditamentos aos contratos

O estabelecimento de uma parceria, de natureza contratual, repousa num relacionamento de carácter duradouro, entre o parceiro público e o parceiro privado, representando um processo de contratação exigente e complexo para as entidades envolvidas, em que, frequentemente, não é possível antecipar a evolução de um variado conjunto de fatores e aspetos relevantes.

Neste sentido, a contratação de parcerias com um horizonte temporal a longo prazo reconduz-se, de algum modo, à celebração de “contratos incompletos” que hão-de ser ajustados, mediante os mecanismos previstos nos próprios contratos. No entanto, quando se verificam alterações frequentes e substanciais logo nos primeiros anos da vida da parceria - incluindo, por exemplo, a alteração do modelo original ou o reequilíbrio financeiro -, então, podemos estar perante casos de experimentalismo e deficiente preparação do respetivo lançamento e contratação.

Assim, durante a vigência de uma parceria podem ocorrer alterações ou aditamentos ao contrato original, com base em motivação diversa e diferente fundamentação, por iniciativa de uma ou ambas as partes, as quais revestem-se de particular acuidade, quando requerem a reposição do equilíbrio financeiro do operador ou parceiro privado, podendo comportar implicações financeiras para a entidade pública contratante.

Conforme a Tabela 6 demonstra, um significativo número das parcerias contratuais em análise sofreu alterações e aditamentos aos contratos iniciais, merecendo particular destaque as concessões no domínio do abastecimento de água e saneamento²³. Em termos globais, 40 contratos de parceria conheceram alterações e aditamentos e 20 foram objecto de reposições do equilíbrio financeiro. Nas parcerias contratuais, relativas ao abastecimento de água e saneamento, foram vários os contratos que conheceram alterações e aditamentos (23 em 38), assim como, foram objecto de reposições do equilíbrio financeiro (17 em 38). De notar que, num curto espaço de tempo, algumas parcerias contratuais já experimentaram várias alterações ou aditamentos, bem como, mais do que uma operação de reequilíbrio financeiro (Anexo 10). Uma alteração, igualmente recorrente, é a prorrogação do prazo da duração do contrato. Com efeito, uma boa parte das parcerias em análise foram objeto de extensão da duração do contrato. Outras alterações compreendem, *inter alia*, a reformulação do modelo de afetação das responsabilidades de financiamento e execução dos investimentos entre os parceiros, a redefinição do conteúdo e programação dos investimentos, a adaptação dos tarifários em vigor (quando aplicável) e o redesenho do mecanismo de retribuição (quando existe).

²³ Em larga medida, as alterações verificadas decorreram da adaptação ao novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água (Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto).

Tabela 6 - Parcerias contratuais - Sinopse das alterações e aditamentos aos contratos

Categoria de parcerias	Domínios de atuação	Parcerias (n.º)	Contratos de parceria	
			Com alterações e aditamentos registados (n.º)	Com reposição do equilíbrio financeiro (n.º)
Parcerias contratuais	Ambiente e saneamento básico	38	23	17
	Equipamento rural e urbano	42	12	3
	Património, cultura e ciência	1	–	–
	Promoção do desenvolvimento e turismo	2	–	–
	Saúde	1	–	–
	Tempos livres e desporto	1	–	–
	Transportes e comunicações	9	5	–
Total		94	40	20

Fonte: Aplicação *RPC – Registo PPP e Concessões*.

7. Sociedades em parceria e contratos conexos de longa duração

A nível municipal, as parcerias institucionais têm assumido vários desenhos. Algumas parcerias configuram empresas locais (6) - empresas locais, de natureza municipal, com uma participação social privada minoritária - e outras constituem meras participações sociais (16), nos termos do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).

Uma terceira espécie foi prosseguida através da criação de sociedades em parceria, congregando participações sociais municipais e privadas numa sociedade comum, com um objeto enquadrável nas atribuições e domínios de atuação municipais. Estas sociedades foram constituídas, envolvendo uma participação social significativa de, pelo menos, uma entidade local (município ou empresa local)²⁴ e de um, ou mais, operadores privados (frequentemente selecionados sob a forma de consórcio), em posição maioritária.

Estas sociedades em parceria foram desenhadas como *sociedades-veículo*, com vista ao financiamento e construção de infraestruturas e equipamentos, de interesse municipal, sendo os mesmos disponibilizados ao município, mediante a celebração de contratos de longa duração (contratos de arrendamento, de cessão de exploração ou de sublocação comercial), implicando a assunção de compromissos e encargos plurianuais, por parte do município ou de empresa local participante. Este modelo foi prosseguido, em alguns casos, através de participação social direta do município, e noutros, por via de participação indireta, envolvendo uma empresa local²⁵.

Das 35 sociedades em parceria que se encontram em acompanhamento, pelo menos²⁶ 15 sociedades correspondem ao figurino de *sociedade-veículo*, tendo recorrido à celebração de contratos de longa duração conexos com a montagem da parceria (Tabela 7).

Para regular a montagem em parceria, a estrutura contratual entre o município e a sociedade-veículo pode envolver, consoante os casos, a celebração de contratos de cedência de direitos de superfície, de arrendamento, de cessão de exploração, de sublocação comercial e, ainda, de acordos parassociais e de

²⁴ Para efeitos da aplicação *Registo PPP e Concessões*, considerou-se que a participação social do município (na forma direta ou indireta) deverá ser igual ou superior a 20%, correspondente ao limiar inferior indicado para as denominadas “empresas associadas”, podendo a participação social privada ser maioritária ou minoritária.

²⁵ O regime jurídico da atividade empresarial local, e das participações locais (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), veio vedar o recurso a participações sociais indiretas, por parte dos municípios e impor a sua transformação.

²⁶ Recordar-se que apesar do município de Cabeceiras de Basto ter efetuado o registo, em 2019, via aplicação RPC – PPP e Concessões, da (já existente) sociedade em parceria Basto Vida - Serviços de ação social e cuidados de saúde cooperativa I.P.R., os dados referentes à caracterização da sociedade encontram-se por reportar, não sendo, dessa forma, possível identificar qual a entidade local participante envolvida nesta operação (município ou empresa municipal) nem, tão pouco, se houve lugar à celebração de contratos de longa duração.

cooperação técnica económica e financeira entre os acionistas. Nesta linha, é tipicamente gerado um relacionamento financeiro entre a sociedade-veículo e o município (ou empresa local participante).

O financiamento da construção das infraestruturas e equipamentos, a disponibilizar aos municípios, pela sociedade-veículo, passa, por norma, pela contratação de empréstimos bancários de (muito) longo prazo, em que as condições/garantias podem compreender, por exemplo, uma carta de conforto do município, uma hipoteca do direito de superfície e a consignação de receitas de contratos de arrendamento. Para maior detalhe sobre este ponto, ver Anexos 11 e 12.

Tabela 7 - Sociedades em parceria tipo *sociedade-veículo*

Domínios de atuação	Participação do município		Total (n.º)
	Com participação direta (n.º)	Com participação indireta (n.º)	
Educação e formação	1	1	2
Equipamento rural e urbano	3	4	4
Promoção do desenvolvimento e turismo	3	–	3
Tempos livres e desporto	2	1	3
Total	9	6	15

Fonte: Aplicação RPC – Registo PPP e Concessões.

8. Responsabilidades financeiras das sociedades em parceria

As parcerias institucionais envolvem a participação do município ou de uma empresa local, de natureza municipal no capital de uma empresa ou sociedade com operadores privados. Neste cenário, distinguem-se, basicamente, os seguintes 3 modelos:

- Sociedades em comum com operadores privados (*sociedades-veículo*);
- Empresas locais, de natureza municipal, com participação privada, em que o município detém a maioria do capital social;
- Participações sociais relevantes em sociedades de direito privado.

As sociedades em parceria, sob a forma de sociedades-veículo, permitiram mobilizar e alavancar financiamentos bancários significativos, com níveis baixos de capital social. Algumas destas sociedades já foram descontinuadas e outras encontram-se em vias de dissolução e transformação²⁷.

Neste modelo, a parceria é ancorada na criação de uma sociedade comum, envolvendo o município (ou uma empresa local, de natureza municipal) e um operador privado, por norma, sob a forma de consórcio. O parceiro privado é selecionado, através de um procedimento em que são definidos o objeto e os termos de atuação da sociedade comum, sendo cometida a esta a responsabilidade da realização, financiamento e operação de uma ou mais infraestruturas e equipamentos municipais. Este modelo pode ser sintetizado na fórmula sociedade-veículo de investimento e financiamento + contratos pela disponibilidade, a cargo do município (ou empresa local).

Estabelecidos o objeto social e o quadro de funcionamento, cabe à *sociedade-veículo* assegurar os meios financeiros para prosseguir a respetiva missão e financiar os projetos municipais prioritizados. Assim, o recurso a este figurino representa a criação de um veículo que permite, ao município, acrescer a sua capacidade de realização de investimentos, com base na mobilização de financiamento privado.

Tipicamente, o consórcio privado assume uma posição maioritária (51%), sendo a sociedade constituída com um capital social de 50.000 ou 100.000 euros. A montagem do financiamento privado repousa, por norma, em duas fontes: nos capitais próprios da sociedade, com uma participação acionista significativa ou maioritária, por parte do consórcio privado e em empréstimos bancários de longo prazo, com modalidades de garantia apropriadas.

²⁷ Recordar-se que, em 2020, o município de Oeiras procedeu ao envio do comprovativo de pagamento, efetuado no início do ano anterior, de uma indemnização, no valor de 9 milhões de euros, na sequência da dissolução e liquidação, por decisão judicial, da sociedade em parceria *OeirasExpo, SA*.

Considerando o universo em análise, a duração predominante dos empréstimos situa-se entre os 20-25 anos, representando a principal fonte de financiamento dos projectos implementados.

O Anexo 13 procura refletir as responsabilidades financeiras assumidas, nos últimos anos, pelas parcerias institucionais identificadas, distinguindo os empréstimos de médio e longo prazo das outras dívidas a terceiros.

Anexo 1 - Parcerias contratuais e institucionais, por município

Município	Parcerias contratuais		Parcerias institucionais (Sociedades em parceria)	
	Designação	Observações	Designação	Observações
Abrantes	Concessão do serviço de águas residuais urbanas			
Albufeira	Concessão da exploração dos parques de estacionamento P5 e P6 e de estacionamento à superfície			
Alcobaça	Prestação do serviço de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos		Cister - Equipamentos Educativos, SA	A reconverter nos termos da Lei 50/2012 A participação social do município assumiu a forma de participação indireta através da Terra de Paixão, EEM (49%), tendo esta participação sido adquirida a título gratuito pelo município, em 2013, no âmbito da extinção desta empresa municipal. Os contratos de arrendamento e cessão de exploração entretanto celebrados vieram a ter recusa de visto pelo Tribunal de Contas, tendo o município a intenção de adquirir a participação privada (51%) e proceder à internalização das actividades da empresa
Alenquer	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e drenagem de águas residuais			
Amadora	Contrato de constituição de direito de superfície e de concessão (parque de estacionamento subterrâneo) Contrato de constituição direito de superfície e de concessão (estacionamento à superfície)			
Angra do Heroísmo	Concessão de exploração de solo do domínio público municipal para instalação e exploração de parquímetros			
Armamar			Armamar Viva, SA	
Aveiro	Constituição de direito de superfície em subsolo, para construção e exploração de parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas		PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA	

Município	Parcerias contratuais		Parcerias institucionais (Sociedades em parceria)	
	Designação	Observações	Designação	Observações
	Concessão do serviço público de transporte colectivo rodoviário e fluvial de passageiros, das oficinas e centro coordenador de transportes			
Azambuja	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de e distribuição de água e de drenagem de águas residuais			
Barcelos	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de saneamento	Em 29-06-2010 a concessionária instaurou um litígio arbitral. O acórdão arbitral de 18-01-2012, estabeleceu uma indemnização a pagar à concessionária. O município impugnou o acórdão arbitral junto do Tribunal Central Administrativo do Norte, tendo julgado improcedente a acção de anulação. O município recorreu para o Supremo Tribunal Administrativo.		
Batalha	Prestação de serviços de limpeza, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos			
Braga			SGEB - Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, SA	O município anunciou publicamente que pretende extinguir e sociedade em parceria, que apresenta um levado grau de endividamento
Cabeceiras de Basto			Basto Vida - Serviços de Acção Social e Cuidados de Saúde Cooperativa I.P.R.,Lda.	Caracterização sumária da sociedade em parceria e reporte de dados financeiros encontram-se por reportar.
Câmara de Lobos	Concessão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento e recolha de resíduos sólidos			
Caminha			Caminhaequi, SA	
Campo Maior	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e recolha de afluentes		Campiscinas - Desenvolvimento e Implementação de Piscinas, SA	A reconverter nos termos da Lei 50/2012. A participação do município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da Campomayor XXI-Empresa Municipal (49%), estando esta empresa em dissolução. O município pretende internalizar nos seus serviços a Campiscinas, SA
Carraceda de Ansiães	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento			

Município	Parcerias contratuais		Parcerias institucionais (Sociedades em parceria)	
	Designação	Observações	Designação	Observações
Cartaxo	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais			
Cascais	Cedência em direito de superfície em subsolo, tendo por objeto a construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras			
	Cedência em direito de superfície de uma parcela de terreno municipal para construção de um parque de estacionamento subterrâneo			
	Cedência em direito de superfície de uma parcela de terreno municipal para construção de um parque de estacionamento e de equipamentos complementares			
	Concessão da conceção, construção e exploração de forno crematório no complexo funerário de Cascais			
Coimbra	Concessão da concepção, construção e exploração do complexo funerário municipal			
	Aquisição de serviços de recolha e transporte de resíduos e de limpeza urbana - 2018	Contrato celebrado no 2.º Trimestre de 2018		
Covilhã			ADC – Águas da Covilhã, EM, SA	A reverter nos termos da Lei 50/2012. A participação do município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da ICOVI - Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EM (51%)
	Concessão do serviço municipal de saneamento em alta			
Elvas	Concessão da construção e exploração do forno crematório e complexo funerário e concessão da exploração do cemitério			
	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes			

Município	Parcerias contratuais		Parcerias institucionais (Sociedades em parceria)	
	Designação	Observações	Designação	Observações
Entroncamento	Concessão da instalação, exploração e manutenção de lugares de estacionamento			
Esposende	Concessão dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos a destino final, distribuição, manutenção e substituição de contentores e limpeza urbana			
Évora	Gestão do serviço público de transportes coletivos de passageiros			
Fafe	Concessão da exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água em baixa			
Figueira da Foz	Concessão da conceção, construção e exploração do complexo funerário, crematório e forno pirolítico do cemitério oriental		CENFORFF - Centro de Formação Profissional da Figueira da Foz, Lda	
	Concessão dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e de recolha, rejeição e tratamento de efluentes		SODENFOR - Sociedade Difusora de Ensino da Figueira da Foz, Lda	
			Paço de Maiorca - Promoção e Gestão de Equipamentos Hoteleiros, SA	A reconverter nos termos da Lei 50/2012. A sociedade encontra-se sem actividade, não apresentando documentos financeiros desde 2012. A participação do município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da Figueira Grande Turismo, EEM (49,97%) que entrou em liquidação (extinção com integração em serviço municipalizado), conforme deliberação de 28-02-2013
Figueira da Foz			Estruturas e Investimentos do Mondego, Agência de Desenvolvimento Regional, SA	
Figueiró dos Vinhos	Atribuição do direito de exploração do parque de campismo e caravanismo da Foz de Alge			
Fundão	Concessão da exploração do silo auto, incluindo estacionamento à superfície			
	Concessão de exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e de drenagem de águas residuais			
Gondomar	Concessão da exploração e gestão dos sistemas públicos de abastecimento de água e saneamento			

Município	Parcerias contratuais		Parcerias institucionais (Sociedades em parceria)	
	Designação	Observações	Designação	Observações
	Prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos e higiene urbana			
Gouveia			Gouveinova, SA	A sociedade encontra-se em processo de liquidação
Guimarães	Concessão de exploração do serviço público de transportes coletivos urbanos			
Ílhavo	Concessão/cedência de exploração do parque de estacionamento subterrâneo e estacionamento à superfície			
	Cessão de exploração do Museu da Vista Alegre			
	Concessão dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos a destino final e limpeza urbano	Novo contrato. Data de início do contrato: 01-09-2020. Substitui contrato com o mesmo domínio de atuação terminado em 16-01-2020		
Lagos			EL - Estacionamentos de Lagos, SA	A reverter nos termos da Lei 50/2012. A participação do município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da FUTURLAGOS – Empresa Local para o Desenvolvimento, EM, SA (49%). Em junho 2015, o município deliberou dissolver a FUTURLAGOS e proceder à respectiva liquidação, bem como iniciar o processo de alienação da participação social que a sociedade detinha na EL, SA
			Neofutur - Promoção e Conservação de Imóveis, SA	A reverter nos termos da Lei 50/2012. A participação do município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da futurlagos – Empresa Local para o Desenvolvimento, EM, SA (49%). Em junho 2015, o município deliberou dissolver a Futurlagos e proceder à respectiva liquidação, bem como iniciar o processo de alienação da participação social que a sociedade detinha na Neofutur, SA

Município	Parcerias contratuais		Parcerias institucionais (Sociedades em parceria)	
	Designação	Observações	Designação	Observações
Leiria	Cedência de direito de superfície, abrangendo a conceção, construção e exploração do parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras (Lizestacionamento)			
	Cedência de direito de superfície, abrangendo a conceção, construção e exploração do parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras (ESLI)			
	Concessão do serviço público de transportes coletivos urbanos na área da sede do concelho			
	Limpeza, recolha, transporte e tratamento dos resíduos sólidos	Contrato inicialmente terminado em 2018. Na sequência da elaboração do presente relatório, foi confirmado que o contrato foi alargado, através de ajuste direto, até ao 2.º semestre de 2021.		
Loulé			Infraquinta - Empresa de Infraestruturas da Quinta do Lago, EM, SA	
			Infralobo - Empresa de Infraestruturas de Vale do Lobo, EM, SA	
			Inframoura - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, EM, SA	
Mafra			Mafreduca, SA	A reconverter nos termos da Lei 50/2012 .Estão em curso os procedimentos com vista à alienação da participação financeira detida
			Matadouro Regional de Mafra, SA	

Município	Parcerias contratuais		Parcerias institucionais (Sociedades em parceria)	
	Designação	Observações	Designação	Observações
Matosinhos	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de águas e recolha, tratamento e drenagem de águas residuais			
	Concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública e de dois parques públicos de estacionamento para viaturas ligeiras			
	Constituição do direito de superfície e construção e exploração de três parques públicos de estacionamento para viaturas ligeiras e concessão de exploração de lugares de estacionamento pago na via pública			
Moimenta da Beira			EFORE - Beiras - Empresa de Formação e Ensino de Moimenta da Beira, Lda	
Oliveira de Azeméis	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e da recolha, tratamento e rejeição de águas residuais			
Ourém	Concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público			
	Prestação de serviços de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos sólidos			
Paços de Ferreira	Concessão de exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes			
Paredes	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e recolha, tratamento e rejeição de efluentes			
Penamacor			Malcatur Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, SA	
Pombal			Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda	

Município	Parcerias contratuais		Parcerias institucionais (Sociedades em parceria)	
	Designação	Observações	Designação	Observações
	Concessão de serviço público para gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares públicos de estacionamento pagos na via pública			
Porto	Parque de estacionamento subterrâneo da frente marítima do Parque da Cidade	Contrato celebrado no 4.º Trimestre de 2005		
	Parque de estacionamento subterrâneo na praça D. João I	Contrato celebrado no 3.º Trimestre de 2001		
	Parque de estacionamento subterrâneo na Praça de Lisboa	Contrato celebrado no 4.º Trimestre de 1988		
	Parque de estacionamento subterrâneo na Praça do Infante D. Henrique	Contrato celebrado no 4.º Trimestre de 2001		
	Parque de estacionamento subterrâneo na Praceta Adelino Amaro Costa	Contrato celebrado no 2.º Trimestre de 2001		
Porto de Mós	Prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana			
Póvoa de Varzim	Constituição de direito de superfície tendo por objecto a construção e manutenção de um edifício destinado a parque público de estacionamento			
	Concessão da concepção/construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo	Em 30-12-2016, a posição contratual de concessionária foi transmitida para a sociedade CPE – Companhia de Parques de Estacionamento, SA		
Povoação			POVOADESP - Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos da Povoação, SA	Contrato celebrado no 3.º Trimestre de 2005
Rio Maior			Depomor - Desenvolvimento e Progresso de Rio Maior, SA	
Santa Comba Dão			Dãogest - Gestão e Investimentos, SA	A reconverter nos termos da Lei 50/2012. A participação do município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da Combanima - Espaços Municipais, EM (49%), que entretanto entrou em dissolução
Santa Maria da Feira	Concessão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento			

Município	Parcerias contratuais		Parcerias institucionais (Sociedades em parceria)	
	Designação	Observações	Designação	Observações
Santarém	Concessão da conceção, construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras, na zona do Campo Sá da Bandeira e de exploração dos lugares de estacionamento tarifado na via pública, através de parcómetros			
Santo Tirso	Concessão de serviço público de transportes coletivos urbanos de passageiros			
	Concessão do serviço público municipal de abastecimento de água de Santo Tirso e da Trofa			
Sernancelhe			Aquisern, SA	
			Esproser - Escola Profissional, SA	
Sesimbra	Concessão da exploração e gestão, em regime de concessão de serviço público, de lugares e parques de estacionamento pago na via pública			
Sesimbra	Concessão da construção e de exploração do complexo funerário e forno crematório do cemitério municipal			
Setúbal	Concessão da exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público			
Tabuaço			Beleza do Monte - Desenvolvimento Turístico e Imobiliário, SA	
Tarouca	Contrato de cedência de infraestruturas relativas ao saneamento de águas residuais urbanas entre o município e a Águas de Trás-os-Montes, SA	Contrato celebrado no 2.º Trimestre de 2010 (comunicação efetuada no início de 2019)		
Tavira	Contrato para a concessão de circuitos de transportes públicos urbanos na cidade de Tavira - 4-CPu/18	Contrato celebrado no 2º Trimestre de 2019		
	Concessão de exploração e fiscalização de zonas de estacionamento			
Tondela			Tondelviva - Investimentos Urbanos, SA	

Município	Parcerias contratuais		Parcerias institucionais (Sociedades em parceria)	
	Designação	Observações	Designação	Observações
Trancoso	Contrato de concessão da exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes		Paceteg, SA	A reconverter nos termos da Lei 50/2012. A participação do município na sociedade em parceria assumiu a forma de participação indireta através da TEGEC, EEM (49%), que entrou em processo de dissolução
Vale de Cambra	Contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza pública			
Valongo	Contrato de concessão do fornecimento, instalação e exploração de parcometros coletivos nas zonas de estacionamento na freguesia de Valongo			
	Contrato de concessão de fornecimento, instalação e exploração de parcometros coletivos nas zonas de estacionamento de duração limitada na freguesia de Ermesinde			
	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes			
Vendas Novas			SISAV - Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas, Lda	Em processo de liquidação, após declaração de insolvência, por sentença do Tribunal proferida em 19-01-2015
Viana do Castelo	Concessão de parque de estacionamento subterrâneo			
Vila do Conde	Contrato de concessão de exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes			
Vila Franca do Campo			SDVF - Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social de Vila Franca do Campo S.A.	Contrato celebrado no 3.º Trimestre de 2005
Vila Nova Famalicão	Concessão da construção e exploração de um parque de estacionamento subterrâneo para viaturas			
	Concessão da instalação e exploração de parcometros na cidade			

Município	Parcerias contratuais		Parcerias institucionais (Sociedades em parceria)	
	Designação	Observações	Designação	Observações
Vila Nova de Gaia	Concessão da conceção, construção e exploração de teleférico e da exploração de lugares de estacionamento			
	Concessão da exploração de lugares de estacionamento pago na via pública, através de parcómetros coletivos			
Vila Pouca de Aguiar			Inovaguiar - Desenvolvimento, Desporto e Cultura, SA	
Vila Real	Concessão da exploração e manutenção da rede de transportes coletivos urbanos de passageiros da cidade	Contrato de concessão suspenso, conforme notificação do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela (19-08-2016)		
Vila Real de Santo António	Concessão da gestão e exploração de serviços públicos tarifados na via pública no núcleo urbano de Vila Real de Santo António e Monte Gordo e nos parques de estacionamento de Monte Gordo			
	Concessão da exploração e gestão de um centro médico no complexo desportivo			
	Concessão da conceção, construção e exploração para renovação dos polidesportivos do complexo desportivo			
	Concessão da gestão e exploração dos serviços de distribuição de água e drenagem de águas residuais	Contrato celebrado no 2.º Trimestre de 2018		
	Arrendamento urbano para fim não habitacional com prazo certo - alojamento a céu aberto	Contrato celebrado no 2.º Trimestre de 2017		
Vila Verde			Pro - Vilaverde, SA	Sem atividade e em processo de liquidação

Município	Parcerias contratuais		Parcerias institucionais (Sociedades em parceria)	
	Designação	Observações	Designação	Observações
Viseu	Concessão de serviço público para duas linhas de transporte coletivo urbano e local			
	Concessão da construção e exploração de crematório no cemitério			
	Direito de superfície destinado à construção e exploração de um parque de estacionamento subterrâneo e concessão de exploração de parques coletivos e parcómetros à superfície			
	Concessão de Serviço Público de Transporte de Passageiros Municipal - Mobilidade Urbana de Viseu – MUV	Contrato celebrado no 2.º Trimestre de 2017. Data do início do contrato: 02-04-2019		
	Contrato de conceção, construção, exploração, gestão, manutenção e fiscalização, em regime de concessão de obra pública e de serviço público dos atuais e futuros parques de estacionamento e dos lugares de estacionamento pagos na via pública	Novo contrato Data de início do contrato: 09-07-2020		

Fonte: Aplicação RPC – Registo PPP e Concessões.

Anexo 2 - Parcerias contratuais e institucionais descontinuadas, por município

Município	Parcerias contratuais		Parcerias institucionais	
	Designação	Observações	Designação	Observações
Albufeira	Concessão de sistema de transporte público de interesse turístico em comboio rodoviário articulado	Data do termo do contrato: 06-12-2020		
Batalha	Concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água	Data do termo do contrato: 23-01-2020		
Chaves	Concessão, em regime de serviço público, da rede de transportes colectivos urbanos de passageiros	Data do termo do contrato: 12-02-2020		
Coimbra	Concessão da exploração do parque municipal de campismo	Data do termo do contrato: 17-08-2020		
Ílhavo	Concessão dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos a destino final e limpeza urbano	Data do termo do contrato: 16-01-2020		
Oeiras			Oeirasexpo, SA	Em 2020, o município procedeu ao envio do comprovativo de pagamento, efetuado no início do ano anterior, de uma indemnização, no valor de 9 milhões de euros, na sequência da sua dissolução e liquidação, por decisão judicial
	Contrato de arrendamento de fogos com prazo certo e opção de compra – Freguesia da Matriz	O município procedeu à comunicação, no sentido de esclarecer que estes contratos deixaram de ser parcerias contratuais, no âmbito das PPPs, assim que a empresa municipal		
Ribeira Grande	Contrato de arrendamento de fogos com prazo certo e opção de compra – Vila Rabo de Peixe	Ribeira Grande, E.M. alienou a sua participação na SDRG - Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social da Ribeira Grande, SA. em		
	Contrato de arrendamento de fogos com prazo certo e opção de compra – Freguesia da Ribeirinha	2014, não obstante ter continuado a reportar a respetiva informação financeira até 2020.		

Município	Parcerias contratuais		Parcerias institucionais	
	Designação	Observações	Designação	Observações
São João da Madeira			Águas de São João, EM, SA	O município procedeu à comunicação, no sentido de esclarecer que, através de escritura pública outorgada em 2009 o município transformou a empresa em empresa municipal de capitais maioritariamente públicos, constituída sob a forma de sociedade anónima, tendo transmitido uma participação de 49% do capital da empresa ao parceiro privado que, não tendo este qualquer responsabilidade pelo investimento, financiamento, exploração e riscos associados à sua participação na parceria, não obstante ter continuado a reportar a respetiva informação financeira até ao final de 2019.
Vila Nova de Gaia			Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	O município procedeu à confirmação, com recurso a suporte documental, do pagamento, em 2018, de encargos que se encontravam em dívida, bem como da cessão da posição contratual que detinha na sociedade em parceria.
	Concessão da Instalação e exploração de parque aventura no complexo desportivo	Data do termo do contrato: 18-11-2020		
Vila Real de Santo António	Concessão da conceção, construção, exploração e gestão de equipamento hoteleiro no complexo desportivo	O município procedeu à confirmação, com recurso a suporte documental, que o contrato, cujo início estava previsto para 01.01.2020, foi objeto de resolução por incumprimento do parceiro privado, na sequência da deliberação da Assembleia Municipal de VRSA, no final de 2019.		

Fonte: Aplicação RPC – Registo PPP e Concessões.

Anexo 3 - Parcerias municipais

Domínio de atuação: Ação social

Município	Parcerias contratuais (n.º)	Parcerias institucionais (n.º)	Total (n.º)
Cabeceiras de Basto	–	1	1
Total	–	1	1

Domínio de atuação: Ambiente e saneamento básico

Município	Parcerias contratuais (n.º)	Parcerias institucionais (n.º)	Total (n.º)
Abrantes	1	–	1
Alcobaça	1	–	1
Alenquer	1	–	1
Azambuja	1	–	1
Barcelos	1	–	1
Batalha	1	–	1
Câmara de Lobos	1	–	1
Campo Maior	1	–	1
Carraceda de Ansiães	1	–	1
Cartaxo	1	–	1
Cascais	1	–	1
Coimbra	1	–	1
Covilhã	1	1	2
Elvas	1	–	1
Esposende	1	–	1
Fafe	1	–	1
Figueira da Foz	1	–	1
Fundão	1	–	1
Gondomar	2	–	2
Ílhavo	1	–	1
Leiria	1	–	1
Matosinhos	1	–	1
Oliveira de Azeméis	1	–	1
Ourém	2	–	2
Paços de Ferreira	1	–	1
Paredes	1	–	1
Porto de Mós	1	–	1
Santa Maria da Feira	1	–	1
Santo Tirso	1	–	1
Setúbal	1	–	1
Tarouca	1	–	1
Trancoso	1	–	1
Vale de Cambra	1	–	1

Município	Parcerias contratuais (n.º)	Parcerias institucionais (n.º)	Total (n.º)
Valongo	1	–	1
Vila do Conde	1	–	1
Vila Real de Santo António	1	–	1
Total	38	1	39

Domínio de atuação: Educação e formação

Município	Parcerias contratuais (n.º)	Parcerias institucionais (n.º)	Total (n.º)
Alcobaça	–	1	1
Figueira da Foz	–	2	2
Mafra	–	1	1
Moimenta da Beira	–	1	1
Pombal	–	1	1
Sernancelhe	–	1	1
Total	–	7	7

Domínio de atuação: Equipamento rural e urbano

Município	Parcerias contratuais (n.º)	Parcerias institucionais (n.º)	Total (n.º)
Albufeira	1	–	1
Amadora	2	–	2
Angra do Heroísmo	1	–	1
Armamar	–	1	1
Aveiro	1	–	1
Braga	–	1	1
Caminha	–	1	1
Cascais	4	–	4
Coimbra	1	–	1
Elvas	1	–	1
Entroncamento	1	–	1
Figueira da Foz	1	–	1
Fundão	1	–	1
Ílhavo	1	–	1
Lagos	–	1	1
Leiria	2	–	2
Mafra	–	1	1
Matosinhos	2	–	2
Porto	6	–	6
Póvoa de Varzim	2	–	2
Santarém	1	–	1
Sesimbra	2	–	2
Tavira	1	–	1

Município	Parcerias contratuais (n.º)	Parcerias institucionais (n.º)	Total (n.º)
Valongo	2	–	2
Viana do Castelo	1	–	1
Vila Nova Famalicão	2	–	2
Vila Nova de Gaia	2	–	2
Vila Real de Santo António	1	–	1
Viseu	3	–	3
Total	42	5	47

Domínio de atuação: Habitação

Município	Parcerias contratuais (n.º)	Parcerias institucionais (n.º)	Total (n.º)
Vila Franca do Campo	–	1	1
Total	0	1	1

Domínio de atuação: Património, cultura e ciência

Município	Parcerias contratuais (n.º)	Parcerias institucionais (n.º)	Total (n.º)
Ílhavo	1	–	1
Total	1	–	1

Domínio de atuação: Promoção do desenvolvimento e turismo

Município	Parcerias contratuais (n.º)	Parcerias institucionais (n.º)	Total (n.º)
Figueira da Foz	–	2	2
Figueiró dos Vinhos	1	–	1
Gouveia	–	1	1
Lagos	–	1	1
Loulé	–	3	3
Penamacor	–	1	1
Rio Maior	–	1	1
Santa Comba Dão	–	1	1
Tabuaço	–	1	1
Tondela	–	1	1
Trancoso	–	1	1
Vendas Novas	–	1	1
Vila Real de Santo António	1	–	2
Vila Verde	–	1	1
Total	2	15	17

Domínio de atuação: Saúde

Município	Parcerias contratuais (n.º)	Parcerias institucionais (n.º)	Total (n.º)
Vila Real de Santo António	1	–	1
Total	1	–	1

Domínio de atuação: Tempos livres e desporto

Município	Parcerias contratuais (n.º)	Parcerias institucionais (n.º)	Total (n.º)
Aveiro	–	1	1
Campo Maior	–	1	1
Povoação	–	1	1
Sernancelhe	–	1	1
Vila Pouca de Aguiar	–	1	1
Vila Real de Santo António	1	–	1
Total	1	5	6

Domínio de atuação: Transportes e comunicações

Município	Parcerias contratuais (n.º)	Parcerias institucionais (n.º)	Total (n.º)
Aveiro	1	–	1
Évora	1	–	1
Guimarães	1	–	1
Leiria	1	–	1
Santo Tirso	1	–	1
Tavira	1	–	1
Vila Real	1	–	1
Viseu	2	–	2
Total	9	–	9

Fonte: Aplicação RPC – Registo PPP e Concessões.

Anexo 4 - Parcerias municipais de natureza contratual

Domínio de atuação: Ambiente e saneamento básico

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Contrato	Atividades	Tipo de contrato	Ano (início)	Duração	
							Inicial	Atual
Abrantes	Município	Abrantáqua – Serviço de Águas Residuais Urbanas do município de Abrantes, SA	Concessão do serviço de águas residuais urbanas	Saneamento de águas residuais (AR)	Concessão de serviço público	2008	25	30
Alcobaça	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Prestação do serviço de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Prestação de serviços	2000	8	24
Alenquer	Município	Águas de Alenquer, SA	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2004	30	30
Azambuja	Município	Águas da Azambuja, SA	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2009	30	30
Barcelos	Município	Águas de Barcelos, SA	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de saneamento	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2005	30	30
Batalha	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Prestação do serviço de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Prestação de serviços	2007	10	15
Câmara de Lobos	Município	ARM - Águas e Resíduos da Madeira, SA	Concessão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento e recolha de resíduos sólidos	Abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos (AA + AR+RU)	Concessão de serviço público	2011	30	20
Campo Maior	Município	Aquamaior – Águas de Campo Maior, SA	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e recolha de afluentes	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2007	30	30
Carrzeda de Ansiães	Município	Águas de Carrzeda, SA	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2001	30	30
Cartaxo	Município	Cartágua - Águas do Cartaxo, SA	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2010	35	35

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Contrato	Atividades	Tipo de contrato	Ano (início)	Duração	
							Inicial	Atual
Cascais	Município	ADC – Águas de Cascais, SA	Concessão da exploração do sistema municipal de distribuição de água e de drenagem de águas residuais	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2001	25	30
Coimbra	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Prestação do serviço de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Prestação de serviços	2018	5	5
Covilhã	Município	ADS - Águas da Serra, SA	Concessão do serviço municipal de saneamento em alta	Saneamento de águas residuais (AR)	Concessão de serviço público	2005	30	30
Elvas	Município	Aquaelvas - Águas de Elvas, SA	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2009	30	30
Esposende	Município	SUMA (Esposende) – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda	Concessão dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos a destino final, distribuição, manutenção e substituição de contentores e limpeza	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Concessão de serviço público	1997	15	26
Fafe	Município	Indáqua Fafe - Gestão Águas de Fafe, SA	Concessão da exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água em baixa	Abastecimento de água (AA)	Concessão de serviço público	1996	25	25
Figueira da Foz	Município	Águas da Figueira, SA	Concessão dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e de recolha, rejeição e tratamento de efluentes	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	1999	30	30
Fundão	Município	Aquafundália - Águas do Fundão, SA	Concessão de exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e de drenagem de águas residuais	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2011	30	30
Gondomar	Município	Águas de Gondomar, SA	Concessão da exploração e gestão dos sistemas públicos de abastecimento de água e saneamento	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2001	25	30
	Município	Rede Ambiente - Engenharia e Serviços, SA	Prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos e higiene urbana	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Prestação de serviços	2013	10	10
Ílhavo	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Concessão dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos a destino final e limpeza urbano	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Prestação de serviços	2020	8	8
Leiria	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Concessão dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos a destino final e limpeza urbano	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Prestação de serviços	1993	25	28

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Contrato	Atividades	Tipo de contrato	Ano (início)	Duração	
							Inicial	Atual
Matosinhos	Município	Indaqua Matosinhos - Gestão de Águas de Matosinhos, SA	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de águas e recolha, tratamento e drenagem de águas residuais	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2008	25	25
Oliveira de Azeméis	Município	Indáqua - Oliveira de Azeméis, SA	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de recolha, tratamento e rejeição de águas residuais	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2014	30	30
Ourém (*)	Município	Be Water, SA	Concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público	Abastecimento de água (AA)	Concessão de serviço público	1996	25	30
	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Prestação de serviços de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos sólidos	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Concessão de serviço público	1995	5	26
Paços de Ferreira	Município	AGS Paços de Ferreira - Sociedade Concessionária dos Sistemas de Abastecimento de Água e Saneamento, SA	Concessão de exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2004	35	35
Paredes	Município	Veolia - Águas de Paredes, SA	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e recolha, tratamento e rejeição de efluentes	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2001	35	35
Porto de Mós	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Prestação de serviços	2003	20	20
Santa Maria da Feira	Município	Indáqua Feira - Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, SA	Concessão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	1999	35	50
Santo Tirso	Município	Indáqua Santo Tirso/Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, SA	Concessão do serviço público municipal de abastecimento de água de Santo Tirso e da Trofa	Abastecimento de água (AA)	Concessão de serviço público	1999	25	35
Setúbal	Município	Águas do Sado - Concessionária dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Saneamento, SA	Concessão de exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	1997	25	25
Tarouca	Município	Águas de Trás os Montes e Alto Douro, SA e Águas do Norte, S.A.	Contrato de cedência de infraestruturas relativas ao saneamento de águas residuais urbanas entre o município e a Águas de Trás-os-Montes, SA	Saneamento de águas residuais (AR)	Contrato de cedência	2010	30	24

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Contrato	Atividades	Tipo de contrato	Ano (início)	Duração	
							Inicial	Atual
Trancoso	Município	Águas da Teja - Sociedade Concessionária do Sistema Abastecimento Distribuição de Águas, SA	Concessão da exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	1998	25	25
Vale de Cambra	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza pública	Gestão de resíduos urbanos (RU)	Prestação de serviços	2016	5	5
Valongo	Município	Águas de Valongo, SA	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2000	30	36
Vila do Conde	Município	Indáqua Vila Conde - Gestão de Águas de Vila do Conde, SA	Concessão de exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2009	40	40
Vila Real de Santo António	Município	AdVRSA - Águas de Vila Real de Santo António, SA	Concessão da gestão e exploração dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais do município de Vila Real de Santo António	Abastecimento de água e saneamento de águas residuais (AA + AR)	Concessão de serviço público	2019	30	30

(*) Fonte: Aplicação *Levantamento PPP*.

Domínio de atuação: Equipamento rural e urbano

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Contrato	Atividades	Tipo de contrato	Ano (início)	Duração	
							Inicial	Atual
Albufeira	Município	Círculo Digital, SA	Concessão de exploração dos parques de estacionamento P5 e P6 e de estacionamento à superfície	Estacionamento público urbano	Concessão de obra pública	2012	30	30
Amadora	Município	PARQA, Parques de estacionamento da Amadora, SA	Constituição de direito de superfície e de concessão (parque de estacionamento subterrâneo)	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2001	50	50
	Município	PARQA, Parques de estacionamento da Amadora, SA	Constituição direito de superfície e de concessão (estacionamento à superfície)	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2004	20	20
Angra do Heroísmo	Município	DataRede, SA	Concessão de exploração de solo do domínio público municipal, para instalação e exploração de parquímetros	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2012	10	10
Aveiro	Município	CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, SA	Constituição de direito de superfície em subsolo, para construção e exploração de parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas	Estacionamento público urbano	Cedência de direito de superfície	2003	50	50
Cascais	Município	Parques da Estação - Empreendimentos e Exploração de Estacionamentos, SA	Cedência em direito de superfície em subsolo, tendo por objeto a construção e a exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras	Estacionamento público urbano	Cedência do direito de superfície	1997	50	50
	Município	Marcascais - Sociedade Concessionária da Marina de Cascais, SA	Cedência em direito de superfície, de uma parcela de terreno municipal, destinada à construção de um parque de estacionamento subterrâneo	Estacionamento público urbano	Cedência de direito de superfície	2007	50	50
	Município	Marcascais - Sociedade Concessionária da Marina de Cascais, SA	Cedência em direito de superfície de uma parcela de terreno municipal destinada à construção de um parque de estacionamento e de equipamentos complementares	Estacionamento público urbano	Cedência de direito de superfície	2007	50	50
	Município	Servilusa - Centro Funerário de Cascais, Lda	Concepção, construção e concessão da exploração de forno crematório, no complexo funerário de Cascais	Complexo funerário	Concessão de serviço público	2015	30	30
Coimbra	Município	Ambinecro Coimbra - Crematórios, SA	Concepção, construção e concessão da exploração do complexo funerário municipal	Complexo funerário	Gestão	2016	30	30
Elvas	Município	Funelvas - Concessionária de Espaços Cemiteriais, Lda	Construção e concessão da exploração do forno crematório e complexo funerário de Elvas e concessão da exploração do cemitério	Complexo funerário	Concessão de serviço público	2008	20	20

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Contrato	Atividades	Tipo de contrato	Ano (início)	Duração	
							Inicial	Atual
Entroncamento	Município	Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, SA	Concessão da instalação, exploração e manutenção de lugares de estacionamento	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2008	18	18
Figueira da Foz	Município	Funfoz, Lda	Concessão da concepção, construção e exploração do complexo funerário, crematório e forno pirolítico do cemitério oriental	Complexo funerário	Concessão de obra pública	2007	20	20
Fundão	Município	EMSA - Consequi, Exploração de Estacionamentos, ACE	Concessão da exploração do silo auto, incluindo estacionamento à superfície	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2007	25	25
Ílhavo	Município	Illipark - Parques de Estacionamento, Lda	Concessão/cedência de exploração do parque de estacionamento subterrâneo e estacionamento à superfície	Estacionamento público urbano	Cedência de direito de superfície	2007	50	50
Leiria	Município	Lizestacionamento - Desenvolvimento, Exploração e Construção de Parques de Estacionamento, SA	Cedência de direito de superfície, abrangendo a concepção, construção e exploração do parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras	Estacionamento público urbano	Cedência de direito de superfície	2003	50	50
	Município	ESLI - Parques de Estacionamento, SA	Cedência de direito de superfície, abrangendo a concepção, construção e exploração do parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras	Estacionamento público urbano	Cedência de direito de superfície	2001	50	50
Matosinhos	Município	DataRede, SA	Concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública e de dois parques públicos de estacionamento para viaturas ligeiras	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2016	10	10
Matosinhos	Município	Sabaportugal - Parques de Estacionamento, SA	Constituição do direito de superfície, construção e exploração de três parques públicos de estacionamento, para viaturas ligeiras e concessão de exploração de lugares de estacionamento pago na via pública	Estacionamento público urbano	Cedência de direito de superfície e Concessão de exploração	2001	50	50
Porto	Município	EPORTO - Estacionamentos Públicos do Porto, SA	Concessão de serviço público para gestão, exploração, manutenção e fiscalização dos atuais e futuros lugares públicos de estacionamento pagos na via pública	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2016	12	12
	Município	Bragaparkes - Estacionamento, SA	Contrato de concessão da construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2008	20	20
Porto	Município	CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, SA	Contrato de concessão da exploração do parque de estacionamento subterrâneo	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2005	22	22

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Contrato	Atividades	Tipo de contrato	Ano (início)	Duração	
							Inicial	Atual
	Município	Parquegil - Planeamento e Gestão de Estacionamento, SA	Contrato de concessão da construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2001	20	20
	Município	Sabaportugal - Parques de Estacionamento, SA	Contrato de concessão da construção e exploração de um parque público de estacionamento	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	1988	20	34
	Município	Sabaportugal - Parques de Estacionamento, SA	Contrato de concessão da construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2001	20	20
Póvoa de Varzim	Município	Manuel Gomes Ferreira	Constituição de direito de superfície com vista à construção, manutenção e exploração de parque público de estacionamento para viaturas	Estacionamento público urbano	Cedência de direito de superfície	2004	30	30
	Município	CPE – Companhia de Parques de Estacionamento, SA (Anteriormente: Elevation Group, SGPS, SA; <i>Monte Adriano - Engenharia e Construção, SA</i>)	Concessão da concepção/construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas	Estacionamento público urbano	Concessão de obra pública	2006	40	40
Santarém	Município	Abispark, SA	Concessão da concepção, construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras e de exploração dos lugares de estacionamento tarifado na via pública da cidade através de parcómetros	Estacionamento público urbano	Concessão de obra pública	2011	50	50
Sesimbra	Município	Dornier – Portugal, SA	Concessão da exploração e gestão, em regime de concessão de serviço público, de lugares e parques de estacionamento pago na via pública	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2013	10	14
	Município	Ambinecro - Crematórios, SA	Concessão da construção e de exploração do complexo funerário e forno crematório do cemitério municipal	Complexo funerário	Concessão de serviço público	2010	20	20
Tavira	Município	Hidurbe, SA	Concessão de exploração e fiscalização de zonas de estacionamento	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2017	15	15
Valongo	Município	Parque VE - Gestão de Parques de Estacionamento, SA	Concessão do fornecimento, instalação e exploração de parcómetros coletivos nas zonas de estacionamento de duração limitada na freguesia de Valongo	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2003	20	20

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Contrato	Atividades	Tipo de contrato	Ano (início)	Duração	
							Inicial	Atual
	Município	Parque VE - Gestão de Parques de Estacionamento, SA	Concessão de fornecimento, instalação e exploração de parácometros coletivos nas zonas de estacionamento de duração limitada na freguesia de Ermesinde	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2004	20	20
Viana do Castelo	Município	Painhas Parques, S.A.	Concessão de parque de estacionamento subterrâneo	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2000	30	30
Vila Nova Famalicão	Município	PARQF - Parques de Estacionamento de Famalicão, SA	Concessão da construção e exploração de um parque de estacionamento subterrâneo para viaturas	Estacionamento público urbano	Concessão de obra pública	2001	20	20
	Município	PARQF - Parques de Estacionamento de Famalicão, SA	Concessão da instalação e exploração de parácometros na cidade	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2005	20	30
Vila Nova de Gaia	Município	TELEF - Transportes por Cabo e Concessões, SA	Concessão da conceção, construção e exploração de teleférico e da exploração de lugares de estacionamento	Teleférico Estacionamento público urbano	Concessão de obra pública	2010	20	20
	Município	Parquegil - Planeamento e Gestão de Estacionamento, SA	Concessão da exploração de lugares de estacionamento pago na via pública, através de parácometros coletivos	Estacionamento público urbano	Concessão de obra pública	2010	20	22
Vila Real de Santo António	Município	ESSE - Estacionamento à Superfície e Subterrâneo, SA	Concessão da gestão e exploração de serviços públicos tarifados dispersos na via pública nos núcleos urbanos de Vila Real de Santo António e Monte Gordo e nos parques de estacionamento de Monte Gordo	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	2015	30	30
Viseu	Município	Beira Cruz, Lda	Concessão da construção e exploração de crematório no cemitério	Centro crematório	Concessão de serviço público	2012	30	30
	Município	Sabaportugal - Parques de Estacionamento, SA	Direito de superfície para construção e exploração de parque de estacionamento subterrâneo e concessão de exploração de parques coletivos e parácometros à superfície	Estacionamento público urbano	Concessão de serviço público	1998	50	50
	Município	Semovepark Viseu - Estacionamento, SA	Contrato de conceção, construção, exploração, gestão e fiscalização, dos atuais e futuros parques de estacionamento e dos lugares de estacionamento pagos na via pública	Estacionamento público urbano	Concessão de obra pública	2020	30	30

Domínio de atuação: Património, cultura e ciência

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Contrato	Atividades	Tipo de contrato	Ano (início)	Duração	
							Inicial	Atual
Ílhavo	Município	Vista Alegre Atlantis, SA	Cessão de exploração do Museu da Vista Alegre	Museu	Cessão de exploração	2015	10	10

Domínio de atuação: Promoção de desenvolvimento e turismo

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Contrato	Atividades	Tipo de contrato	Ano (início)	Duração	
							Inicial	Atual
Figueiró dos Vinhos	Município	Cordastrong Unipessoal, Lda	Atribuição do direito de exploração do parque de campismo e caravanismo da Foz de Alge	Parque de campismo	Concessão de serviço público	2014	8	8
Vila Real de Santo António	Município e VRSA – Soc. de Gestão Urbana, EM, SA	Pestana Pousadas - Investimentos Turísticos, SA	Contrato de arrendamento urbano para fim não habitacional com prazo certo - Alojamento a Céu Aberto	Instalações hoteleiras	Contrato de arrendamento	2018	30	30

Domínio de atuação: Saúde

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Contrato	Atividades	Tipo de contrato	Ano (início)	Duração	
							Inicial	Atual
Vila Real de Santo António	VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM, SA	Hospital Particular do Algarve, SA	Concessão da exploração e gestão de um centro médico no complexo desportivo	Centro médico	Gestão	2014	15	15

Domínio de atuação: Tempos livres e desporto

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Contrato	Atividades	Tipo de contrato	Ano (início)	Duração	
							Inicial	Atual
Vila Real de Santo António	Município e VRSA – Soc. de Gestão Urbana, EM, SA	Neureifen – Empreendimentos, SA	Concessão da concepção, construção e exploração para renovação dos polidesportivos do complexo desportivo	Polidesportivos	Concessão de obra pública	2017	30	30

Domínio de atuação: Transportes e comunicações

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Contrato	Atividades	Tipo de contrato	Ano (início)	Duração	
							Inicial	Atual
Aveiro	Município e Moveaveiro - Empresa Municipal de Mobilidade, EEM	ETAC - Empresa de Transportes António Cunha, SA	Concessão do serviço público de transporte coletivo rodoviário e fluvial de passageiros, das oficinas e centro coordenador de transportes	Transporte coletivo de passageiros	Concessão de serviço público	2017	15	15
Évora	Município	TREVO - Transportes Rodoviários de Évora, SA	Gestão do serviço público de transportes coletivos de passageiros	Transporte coletivo de passageiros	Concessão de serviço público	2010	10	11
Guimarães	Município	Transurbanos de Guimarães - Transportes Públicos, Lda	Concessão de exploração do serviço público de transportes coletivos urbanos	Transporte coletivo de passageiros	Concessão de serviço público	2001	10	20
Leiria	Município	Rodoviária do Tejo, SA	Concessão do serviço público de transportes coletivos urbanos	Transporte coletivo de passageiros	Concessão de serviço público	1967	19	54
Santo Tirso	Município	TUST - Transportes Urbanos de Santo Tirso, Lda	Concessão de serviço público de transportes coletivos urbanos de passageiros	Transporte coletivo de passageiros	Concessão de serviço público	1997	10	22
Tavira	Município	EVA – Transportes, SA	Concessão de um circuito de transportes públicos urbanos	Transporte coletivo de passageiros	Concessão de serviço público	2019	10	10
Vila Real	Município	TUVR - Urbanos de Vila Real, Unipessoal, Lda	Concessão da exploração e manutenção da rede de transportes coletivos urbanos de passageiros	Transporte coletivo de passageiros	Concessão de serviço público	2016	10	10

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Contrato	Atividades	Tipo de contrato	Ano (início)	Duração	
							Inicial	Atual
Viseu	Município	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda	Concessão de serviço público para duas linhas de transporte coletivo urbano e local	Transporte coletivo de passageiros	Concessão de serviço público	2013	30	30
	Município	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda	Concessão de Serviço Público de Transporte de Passageiros Municipal - Mobilidade Urbana de Viseu - MUV	Transporte coletivo de passageiros	Concessão de serviço público	2019	10	10

Fonte: Aplicação *RPC – Registo PPP e Concessões*.

Anexo 5 - Parcerias municipais de natureza institucional (sociedades em parceria)

Domínio de atuação: Ação social

Município	Entidade local participante	Parceiro privado	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Participação social ELP (€)	Objeto social	Atividades	Ano de criação
Cabeceiras de Basto	ND	ND	Basto Vida - Serviços de Ação Social e Cuidados de Saúde Cooperativa I.P.R.,Lda	ND	ND	Promoção do desenvolvimento das comunidades locais, integrado e sustentado, prevenindo situações de risco social, equilibrando os tipos de intervenção da ação social; Criação de estruturas e prestação de serviços de saúde e apoio a idosos, crianças ou cidadãos desfavorecidos.	Ação social	ND

Nota: ND – Não Disponível

Domínio de atuação: Ambiente e saneamento básico

Município	Entidade local participante	Parceiro privado	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Participação social ELP (€)	Objeto social	Atividades	Ano de criação
Covilhã	ICOVI - Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EM (51%)	AGS - Hidurbe - Serviços Ambientais, SA (49%)	ADC - Águas da Covilhã, EM, SA	9 000 000	4 590 000	Gestão e exploração dos serviços municipais do ambiente, nomeadamente, abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, limpeza pública, da recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos e dos parques e jardins	Abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos urbanos (AA + AR + RU)	2006

(*) Fonte: Aplicação *Levantamento PPP*.

Domínio de atuação: Educação e formação

Município	Entidade local participante	Parceiro privado	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Participação social ELP (€)	Objeto social	Atividades	Ano de criação
Alcobaça	Município (49%)	Manuel Rodrigues Gouveia, SA (51%)	Cister - Equipamentos Educativos, SA (<i>Em extinção</i>)	50 000	24 500	Concepção, implementação, desenvolvimento de construção, ampliação, requalificação, instalação, e conservação de complexos escolares, infraestruturas complementares e pavilhões multiusos	Edifício escolar e pavilhão desportivo	2008
Figueira da Foz	Município (20%)	ACIFF - Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz (6%) SOENPROL - Sociedade de Ensino Profissional, Lda (74%)	SODENFOR - Sociedade Difusora de Ensino da Figueira da Foz, Lda	50 000	10 000	Promoção do ensino secundário e técnico - profissional	Ensino secundário Formação técnica - profissional	1999
	Município (20%)	ACIFF - Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz (6%) SOENPROL - Sociedade de Ensino Profissional, Lda (74%)	CENFORFF - Centro de Formação Profissional da Figueira da Foz, Lda	5 000	1 000	Ensino técnico profissional	Formação técnica - profissional	2005
Mafra	GIATUL - Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA (49%)	Manuel Rodrigues Gouveia, SA (51%)	Mafreduca, SA (<i>Em reconfiguração</i>)	100 000	49 000	Desenvolvimento, construção, apetrechamento e conservação de estabelecimentos de educação pré-escolar, ensino básico e infraestruturas e atividades acessórias ou subsidiárias	Ensino básico e pré-escolar	2007
Moimenta da Beira	Município (30%)	Fundação Rodrigues da Silveira (70%)	EFORE - Beiras - Empresa de Formação e Ensino de Moimenta da Beira, Lda	5 000	1 500	Ensino e formação profissional	Ensino e formação profissional	1999
Pombal	Município (25%)	ADILPOM - Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais de Pombal (19%) POMBAL PROF - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda (7,25%) COPOMBAL - Cooperativa Agrícola do concelho de Pombal, CRL (2,5%) Outros – vários (46,25%)	Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda	400 000	100 000	Realização de atividades de formação profissional inicial e contínua, atividades de inserção na vida ativa e a promoção do desenvolvimento cultural, social e económico	Formação e inserção profissional	1999

Município	Entidade local participante	Parceiro privado	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Participação social ELP (€)	Objeto social	Atividades	Ano de criação
Sernancelhe	Município (49,5%)	Liga dos Amigos da Esproser (40%) Outros (10,5%)	Esproser - Escola Profissional, SA	50 000	24 750	Promoção da qualificação e formação profissional através da exploração do estabelecimento de ensino	Formação profissional	1999

Domínio de atuação: Equipamento rural e urbano

Município	Entidade local participante	Parceiro privado	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Participação social ELP (€)	Objeto social	Atividades	Ano de criação
Armamar	Município (49%)	Manuel Rodrigues Gouveia, SA (51%)	Armamar Viva, SA	50 000	24 500	Concepção, construção, manutenção e conservação do acesso à zona industrial, auditório e armazém municipal e respetivas envolventes urbanas e prestação de serviços conexos	Equipamentos e envolventes urbanas: Auditório Armazém municipal Acesso à zona industrial	2008
Braga	Município (49%)	Arlindo Correia & Filhos, Lda (20,4%) Construções Europa Arlindo, SA (20,4%) Europa Ar - Lindo - Parques, SA (5,1%) Europa Ar-Lindo II - Imobiliária, Lda (5,1%)	SGEB - Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, SA (<i>Em processo judicial</i>)	150 000	73 500	Criação, construção, desenvolvimento, instalação, requalificação, apetrechamento, manutenção e conservação de equipamentos desportivos e de lazer e infraestruturas municipais	Infraestruturas municipais Equipamentos desportivos e de lazer	2008
Caminha	Município (49%)	Alexandre Barbosa Borges, SA (20%) Domingos da Silva Teixeira, SA (20%) INVESTHOME - Construção e Imobiliária, SA (5,5%) Irmãos Borges – Imobiliária, Lda (5,5%)	Caminhaequi, SA	50 000	24 500	Concepção, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, equipamento, conservação e manutenção dos parques de estacionamento e das piscinas municipais	Estacionamento público urbano Piscinas municipais	2008
Lagos	Futurlagos - Empresa Local para o Desenvolvimento, EM, SA (49%) (<i>Em liquidação</i>)	FDO Construções, SA (15,3%) FDO Projectos, Lda (2,04%) Irmãos Cavaco, SA (16,83%) MECI - Montagens Eléctricas, Cívicas e Industriais, SA (16,83%)	EL - Estacionamentos de Lagos, SA (<i>Em dissolução</i>)	50 000	24 500	Concepção, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, equipamento, conservação e manutenção de parques de estacionamento de interesse municipal	Estacionamento público urbano	2008

Município	Entidade local participante	Parceiro privado	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Participação social ELP (€)	Objeto social	Atividades	Ano de criação
Mafra	Município (93,32%)	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra (4%) Outros – Vários (2,68%)	Matadouro Regional de Mafra, SA	750 000	699 900	Atividade de abate de gado para o abastecimento público em carnes verdes, na região e industrialização e comercialização de carnes, seus produtos e derivados	Matadouro	2001

Domínio de atuação: Promoção do desenvolvimento e turismo

Município	Entidade local participante	Parceiro privado	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Participação social ELP (€)	Objeto social	Atividades	Ano de criação
Figueira da Foz	Município (32,68%)	ACIFF - Associação comercial e Industrial da Figueira da Foz (66,01%) Casa do Paço - Serviços de Apoio à Atividade Empresarial, Unipessoal, Lda (0,65%) Santa Casa da Misericórdia - Obra da Figueira (0,65%)	Estruturas e Investimentos do Mondego, Agência de Desenvolvimento Regional, SA	865 126	282 752	Promoção e desenvolvimento de infraestruturas e equipamentos coletivos, designadamente centros de feira, congressos e incubadora de empresas e fomento de iniciativas empresariais	Infraestruturas e equipamentos coletivos Incubadora de empresas Iniciativas empresariais	2005
	Figueira Grande Turismo, EEM (49,97%) <i>(Em liquidação)</i>	Quinta das Lágrimas - Atividades Hoteleiras, SA (50%) Quinta das Lágrimas - Sociedade Imobiliária e de Construção, SA (0,03%)	Paço de Maiorca - Promoção e Gestão de Equipamentos Hoteleiros, SA <i>(Em liquidação)</i>	50 000	24 985	Promoção e gestão de equipamentos hoteleiros e formação de pessoal	Hotelaria Formação Profissional	2005
Gouveia (*)	Município (49%)	Manuel Rodrigues Gouveia, SA (37%) IMOESTRELA - Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, Lda (10%) EQUIPAV - Gestão de Equipamentos, Lda (3%) ARSER- Areias da Serra da Estrela, Lda	Gouveinova, SA <i>(Em liquidação)</i>	50 000	24 500	Concepção, requalificação, conservação e comercialização do Mercado Municipal e zona adjacente da zona dos Belinos e infraestruturização da Zona Industrial das Amarantes	Infraestruturas municipais	2009
Lagos	Futurlagos - Empresa Local para o Desenvolvimento, EM, SA (49%) <i>(Em liquidação)</i>	MSF - Concessões, SGPS, SA (51%)	Neofutur - Promoção e Conservação de Imóveis, SA <i>(Em dissolução)</i>	100 000	49 000	Construção, realização, gestão, conservação, manutenção de infraestruturas, edifícios e requalificação urbana, promoção imobiliária	Edifício multifuncional Requalificação urbana Promoção imobiliária	2007

Município	Entidade local participante	Parceiro privado	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Participação social ELP (€)	Objeto social	Atividades	Ano de criação
Loulé	Município (51%)	Quinta do Lago, SA (49%)	Infraquinta - Empresa de Infraestruturas da Quinta do Lago, EM, SA	250 000	127 500	Exploração de atividades de interesse geral e promoção do desenvolvimento local: gestão dos sistemas de adução e distribuição de água, de saneamento básico, de recolha de resíduos sólidos urbanos e resíduos verdes; construção, gestão e manutenção de infraestruturas públicas municipais	Diversos serviços e infraestruturas e municipais	1999
Loulé	Município (51%)	Vale do Lobo, SA (49%)	Infralobo - Empresa de Infraestruturas de Vale do Lobo, EM, SA	240 000	122 400	Exploração de atividades de interesse geral e promoção do desenvolvimento local: gestão dos sistemas de adução e distribuição de água, de saneamento básico, de recolha de resíduos sólidos urbanos e resíduos verdes; construção, gestão e manutenção de infraestruturas públicas municipais	Diversos serviços e infraestruturas e municipais	1999
Loulé	Município (51%)	Lusotur - Empreendimentos Imobiliários e Turísticos, SA (49%)	Inframoura - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, EM, SA	250 000	127 500	Exploração de atividades de interesse geral e promoção do desenvolvimento local: gestão dos sistemas de adução e distribuição de água, de saneamento básico, de recolha de resíduos sólidos urbanos e resíduos verdes; construção, gestão e manutenção de infraestruturas públicas municipais	Diversos serviços e infraestruturas e municipais	2006
Penamacor	Município (23,84%)	Vários – ações ao portador (76,16%)	Malcatur - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, SA	925 000	220 499	Concepção, construção e exploração de estabelecimentos hoteleiros e empreendimentos turísticos	Hotelaria e Empreendimentos turísticos	2004
Rio Maior	Município (26,4%)	Lena SGPS, SA (41,39%) IMOCOM SGPS, SA (11,81%) NERVENTURE SGPS Unipessoal, SA (11,81%) Outros (8,59%)	Depomor - Desenvolvimento e Progresso de Rio Maior, SA	1 000 000	264 000	Gestão e exploração do parque de negócios	Parque de negócios	2002

Município	Entidade local participante	Parceiro privado	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Participação social ELP (€)	Objeto social	Atividades	Ano de criação
Santa Comba Dão	Combanima - Espaços municipais, EM (49%) <i>(Em liquidação)</i>	EMBEIRAL - Empreiteiros das Beiras, SA (20%) SCOPROLUMBA - Sociedade de Construções e Projetos, SA (20%) COP - DÃO - Propriedades, Construções e Obras Publicas do Dão, Lda (5,5%) INERBEIRAL - Inertes das Beiras, Lda (5,5%)	Dãoigest - Gestão e Investimentos, SA <i>(Em dissolução)</i>	100 000	49 000	Construção, gestão, exploração e conservação de equipamentos culturais, educativos, de serviços desportivos e recreativos, bem como na construção e gestão de infraestruturas turísticas e urbanísticas	Diversos	2007
Tabuaço	Município (20%)	Viaplano - SGPS, SA (68,58%) Outros (11,42%)	Beleza do Monte - Desenvolvimento Turístico e Imobiliário, SA	50 000	10 000	Atividades hoteleiras, turísticas, restaurantes, fornecimento de obras públicas, execução de projectos para a construção civil, compra e venda de imóveis e exploração de atividades conexas	Hotelaria Empreendimentos turísticos	2011
Tondela	Município (49%)	Embeiral - Empreiteiros das Beiras, SA (16,6%) IBERFER - Equipamentos e Construções Técnicas, SA (17%) SCOPROLUMBA - Sociedade de Construções e Projetos, SA (17%) INERBEIRAL - Inertes das Beiras, Lda (0,4%)	Tondelviva – Investimentos Urbanos, SA	50 000	24 500	Criação, desenvolvimento, construção, gestão e exploração de áreas de desenvolvimento urbanos, infraestruturas rodoviárias, desportivas, educativas, culturais e de lazer, áreas de localização empresarial, parques industriais de negócios, tecnopólos e requalificação urbana	Diversas	2008
Trancoso	TEGEC - Trancoso Eventos, Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer, EEM (49%) <i>(Em liquidação)</i>	Manuel Rodrigues Gouveia, SA (51%)	Paceteg, SA <i>(Em processo judicial e dissolução)</i>	100 000	49 000	Criação, desenvolvimento, construção, promoção, comercialização, instalação, reabilitação e conservação de mercados, áreas comerciais, do campo da feira, centros culturais, museus e centros de transporte e prestação de serviços relacionados	Campo da feira Central de camionagem Centro cultural	2008

Município	Entidade local participante	Parceiro privado	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Participação social ELP (€)	Objeto social	Atividades	Ano de criação
Vendas Novas	Município (48,96%)	Londimo – SGPS, SA (34,46%) Baía do Tejo, SA (12,5%) Outros acionistas (4,08%)	SISAV - Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas, Lda (Em liquidação)	600 000	293 760	Aquisição de terrenos para instalação do parque industrial, loteamento industrial, construção de infraestruturas e urbanização, venda de lotes, gestão do parque industrial, formação profissional e empresarial e desenvolvimento de atividades geradoras de emprego	Diversas	1993
Vila Verde	Município (49%)	Manuel Rodrigues Gouveia, SA (37%) IMOESTRELA - Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, Lda (10%) EQUIPAV - Gestão de Equipamentos, Lda (3%) ARSER, SA (1%)	Pro - Vilaverde, SA (Em dissolução)	100 000	49 000	Concepção, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, equipamento, conservação e manutenção de um mercado municipal, equipamentos culturais, educativos, sociais, de lazer, desportivos e respetiva requalificação, incluindo prestação de serviços conexos	Diversas	2009

(*) Fonte: Aplicação *Levantamento PPP*.

Domínio de atuação: Habitação

Município	Entidade local participante	Parceiro privado	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Participação social ELP (€)	Objeto social	Atividades	Ano de criação
Vila Franca do Campo	ND	ND	SDVF - Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social de Vila Franca do Campo, SA	ND	ND	ND	Habitação social	2005

Domínio de atuação: Tempos livres e desporto

Município	Entidade local participante	Parceiro privado	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Participação social ELP (€)	Objeto social	Atividades	Ano de criação
Aveiro	Município (45,43%)	Grupo Visabeira, SGPS, SA (54,57%)	PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA	3 500 000	1 590 000	Coordenação e gestão de intervenções na área do parque desportivo de Aveiro	Parque desportivo	2005
Campo Maior	Campomayor XXI – EM (49%) <i>(Em liquidação)</i>	Manuel Rodrigues Gouveia, SA (37%) Imoestrela - Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, Lda (10%) EQUIPAV - Gestão de Equipamentos, Lda (3%) BR FC - Business Research & Financial Consulting, Lda (1%)	Campiscinas - Desenvolvimento e Implementação de Piscinas, SA <i>(Em dissolução)</i>	50 000	24 500	Implementação, construção e manutenção de infraestruturas e de equipamento sociais desportivos e de lazer e prestação de serviços relacionados	Complexo municipal de piscinas	2006
Sernancelhe	Município (49%)	Chupas & Morrão, SA (39%) Plentivouga, Lda (10%) Enerjoular, Lda (1%) Enersern, Lda (1%)	Aquisern, SA	50 000	24 500	Concepção, implementação, desenvolvimento, construção, requalificação, exploração, manutenção e conservação de equipamentos educativos, culturais e recreativos	Diversas	2008
Povoação	Espaço Povoação - Empresa municipal de atividades desportivas, recreativas e turísticas, EEM (49%)	ND	ND <i>(Em insolvência)</i>	100 000	49 000	Construção e gestão de equipamentos desportivos, recreativos e turísticos	Diversas	2005
Vila Pouca de Aguiar	Município (49%)	Irmãos Borges - Imobiliária, Lda (31%) ABB - Alexandre Barbosa Borges, SA (20%)	Inovaguiar - Desenvolvimento, Desporto e Cultura, SA	50 000	24 500	Concepção, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, equipamento, conservação e manutenção do pavilhão multiusos, de polidesportivos cobertos, do pavilhão desportivo e do complexo desportivo	Pavilhão multiusos	2010

Fonte: Aplicação RPC – Registo PPP e Concessões. Nota: ND – Não Disponível.

Anexo 6 - Parcerias contratuais – Afetação das responsabilidades de investimento

Domínio de atuação: Ambiente e saneamento básico

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local contratante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade do parceiro privado	Investimento estimado (€)
Abrantes	Município	Abrantáqua, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	10 981 942
Alcobaça	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	nd
Alenquer	Município	Águas de Alenquer, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	25 434 353
Azambuja	Município	Águas da Azambuja, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	7 038 723
Barcelos	Município	ADB - Águas de Barcelos, SA	Responsabilidade Partilhada (M _{ii})	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	3 346 883	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	116 363 461
Batalha	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	nd
Câmara de Lobos	Município	ARM - Águas e Resíduos da Madeira, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	15 000 000
Campo Maior	Município	Aquamaior – Águas de Campo Maior, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	4 031 820
Carrizada de Ansiães	Município	Águas de Carrizada, SA	Responsabilidade Partilhada (M _{ii})	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	160 611	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	4 631 103
Cartaxo	Município	Cartágua - Águas do Cartaxo, SA	Responsabilidade Partilhada (M _{ii})	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	3 087 504	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	8 130 586
Cascais	Município	ADC – Águas de Cascais, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	73 957 813

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local contratante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade do parceiro privado	Investimento estimado (€)
Coimbra	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Público (M _{III})	Com responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	8 268 001	Sem responsabilidade no financiamento e execução de investimentos	–
Covilhã	Município	ADS - Águas da Serra, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _I)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	19 105 160
Elvas	Município	Aquaelvas, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _I)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	5 783 648
Esposende	Município	SUMA (Esposende), Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _I)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	136 601
Fafe	Município	Indáqua Fafe - Gestão Águas de Fafe, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Público (M _{III})	Com responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	2 123 649	Sem responsabilidade no financiamento e execução de investimentos	–
Figueira da Foz	Município	Águas da Figueira, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _I)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	15 914 336
Fundão	Município	Aquafundália - Águas do Fundão, SA	Responsabilidade Partilhada (M _{II})	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	11 000 000	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	8 000 000
Gondomar	Município	Águas de Gondomar, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _I)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	1 745 792 (*)
	Município	Rede Ambiente - Engenharia e Serviços, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _I)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	ND
Ílhavo	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _I)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	ND
Leiria	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _I)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	ND
Matosinhos	Município	Indáqua - Matosinhos, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _I)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	15 000 000

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local contratante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade do parceiro privado	Investimento estimado (€)
Oliveira de Azeméis	Município	Indáqua - Oliveira de Azeméis, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	ND
Ourém (*)	Município	Be Water, SA	Responsabilidade Partilhada (M _{ii})	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	4 856 599	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	15 000 000
	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	107 000
Paços de Ferreira	Município	AGS - Paços de Ferreira, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	10 000 000
Paredes	Município	Veolia - Águas de Paredes, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	362 223
Porto de Mós	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	ND
Santa Maria da Feira	Município	Indáqua - Feira Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, SA	Responsabilidade Partilhada (M _{ii})	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	30 203 191	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	116 788 525
Santo Tirso	Município	Indáqua - Santo Tirso/Trofa, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	31 000 000 (*)
Setúbal	Município	Águas do Sado, SA	Responsabilidade Partilhada (M _{ii})	Com responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	83 400 000	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	ND
Tarouca	Município	Águas de Trás os Montes e Alto Douro, SA e Águas do Norte, S.A.	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	ND
Trancoso	Município	Águas da Teja, SA	Responsabilidade Partilhada (M _{ii})	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	6 686 672	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	2 880 558
Vale de Cambra	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	ND

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local contratante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade do parceiro privado	Investimento estimado (€)
Valongo	Município	Águas de Valongo, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	16 354 755
Vila do Conde	Município	Indáqua Vila do Conde - Águas de Vila do Conde, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	50 000 000
Vila Real de Santo António	Município	Águas de Vila Real de Santo António	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	46 155 000

Nota: ND - Não Disponível. (*) Fonte: Aplicação *Levantamento PPP*.

Domínio de Atuação: Equipamento rural e urbano

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local contratante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade do parceiro privado	Investimento estimado (€)
Albufeira	Município	Círculo Digital, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	3 508 538
Amadora	Município	PARQA,SA (<i>Parque de estacionamento subterrâneo</i>)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	ND
	Município	PARQA,SA (<i>Estacionamento à superfície</i>)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	ND
Angra do Heroísmo	Município	Datarede, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	ND
Aveiro	Município	CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	ND

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local contratante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade do parceiro privado	Investimento estimado (€)
Cascais	Município	Parques da Estação, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	ND
	Município	Marcascais, SA (Parque de estacionamento subterrâneo)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	ND
	Município	Marcascais, SA (Parque de estacionamento)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	ND
	Município	Servilusa - Centro Funerário de Cascais, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção do equipamento	ND
Coimbra	Município	Ambinecro Coimbra - Crematórios, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura, instalações e equipamentos	ND
Elvas	Município	Funelvas - Espaços Cemiteriais, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura, bens e equipamentos	1 576 157
Entroncamento	Município	Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento e execução de obras e da instalação de equipamentos	ND
Figueira da Foz	Município	Funfoz, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura, instalações e equipamentos	1 510 900
Fundão	Município	EMS - Consequi, Exploração de Estacionamentos, ACE	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento e execução de obras e da instalação de equipamentos	426 676
Ílhavo	Município	Illipark - Parques de Estacionamento, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	ND
Leiria	Município	Lizestacionamento - Desenvolvimento, Exploração e Construção de Parques de Estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	ND
	Município	ESLI - Parques de Estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	ND

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local contratante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade do parceiro privado	Investimento estimado (€)
Matosinhos	Município	Datarede, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	ND
	Município	Sabaportugal - Parques de Estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	6 452 437
Porto	Município	EPORTO - Estacionamentos Públicos do Porto, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, instalação e manutenção de bens e equipamentos	ND
	Município	CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	ND
	Município	Bragaparcques - Estacionamento, S.A	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	ND
	Município	Parquegil - Planeamento e gestão de estacionamento, s.a	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	ND
	Município	Sabaportugal - Parques de estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	ND
	Município	Sabaportugal - Parques de estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	ND
Póvoa de Varzim	Município	Manuel Gomes Ferreira	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	ND
	Município	Elevation Group, SGPS, SA (Antes: <i>Monteadriano - Engenharia e Construção, SA</i>)	Financiamento parcial e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento parcial, construção e manutenção da infraestrutura	13 452 920
Santarém	Município	Abispark, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura	10 372 334

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local contratante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade do parceiro privado	Investimento estimado (€)
Sesimbra	Município	Dornier – Portugal, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, instalação e manutenção de bens e equipamentos	273 918
	Município	Ambinecro - Crematórios, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura, instalações e equipamentos	ND
Tavira	Município	Hidurbe, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura, instalações e equipamentos	ND
Valongo	Município	Parque VE, SA (Valongo)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento e instalação de equipamentos	129 600
	Município	Parque VE, SA (Ermesinde)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento e instalação de equipamentos	ND
Viana do Castelo	Município	Painhas Parques, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Manutenção da infraestrutura	ND
Vila Nova de Famalicão	Município	PARQF - Parques de Estacionamento de Famalicão, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura, instalações e equipamentos	ND
	Município	PARQF - Parques de Estacionamento de Famalicão, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura, instalações e equipamentos	ND
Vila Nova de Gaia	Município	TELEF, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento e instalação de equipamentos	5 205 000
	Município	Parquegil, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento e instalação de equipamentos	2 454 514
Vila Real de Santo António	Município	ESSE - Estacionamento à Superfície e Subterrâneo, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento e instalação de equipamentos	514 879

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local contratante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade do parceiro privado	Investimento estimado (€)
Viseu	Município	Beira Cruz, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento e instalação de equipamentos	ND
	Município	Sabaportugal, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento e instalação de equipamentos	ND
	Município	Semovepark Viseu - Estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento e instalação de equipamentos	ND

Domínio de Atuação: Património, cultura e ciência

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local contratante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade do parceiro privado	Investimento estimado (€)
Ílhavo	Município	Vista Alegre Atlantis, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	ND

Domínio de Atuação: Promoção do desenvolvimento e turismo

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local contratante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade do parceiro privado	Investimento estimado (€)
Figueiró dos Vinhos	Município	Cordastrong, Unipessoal Lda	Responsabilidade Partilhada (M _{ii})	Com responsabilidade em parte do financiamento e execução direta de investimentos conexos	33 010 (orçamento 2016)	Financiamento, construção e manutenção de equipamentos	722 870
Vila Real de Santo António	Município e VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM SA	Pestana Pousadas - Investimentos Turísticos, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	ND

Domínio de Atuação: Saúde

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local contratante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade do parceiro privado	Investimento estimado (€)
Vila Real de Santo António	Município	Hospital Particular do Algarve, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M ₁)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de instalações e equipamentos	377 485

Domínio de Atuação: Tempos livres e desporto

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local contratante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade do parceiro privado	Investimento estimado (€)
Vila Real de Santo António	Município (Polidesportivos)	Neureifen – Empreendimentos, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M ₁)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de instalações e equipamentos	ND

Domínio de Atuação: Transportes e comunicações

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local contratante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade do parceiro privado	Investimento estimado (€)
Aveiro	Município Moveaveiro - Empresa Municipal de Mobilidade EEM	ETAC - Empresa de Transportes António Cunha, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M ₁)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção da infraestrutura, bens e equipamentos	ND
Évora	Município	TRE - Transportes Rodoviários de Évora	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M ₁)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	ND
Guimarães	Município	Transurbanos de Guimarães, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M ₁)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	ND

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local contratante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade do parceiro privado	Investimento estimado (€)
Leiria	Município	Rodoviária do Tejo, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	ND
Santo Tirso	Município	TUST - Transportes Urbanos de Santo Tirso, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	ND
Tavira	Município	EVA – Transportes, SA	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	ND
Vila Real	Município	TUVR - Urbanos de Vila Real, Unipessoal, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	2 862 000
Viseu	Município	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda (<i>Duas linhas de transporte colectivo</i>)	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	ND
	Município	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda	Financiamento e realização a cargo do Parceiro Privado (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento de bens e equipamentos	ND

Fonte: Aplicação RPC – Registo PPP e Concessões.

Anexo 7 - Parcerias institucionais – Afetação das responsabilidades de investimento

Domínio de atuação: Ação social

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local participante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade da sociedade em parceria	Investimento estimado (€)
Cabeceiras de Basto	ND	Basto Vida - Serviços de Acção Social e Cuidados de Saúde Cooperativa I.P.R.,Lda	ND	ND	ND	ND	ND

Nota: ND – Não Disponível

Domínio de atuação: Ambiente e saneamento básico

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local participante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade da sociedade em parceria	Investimento estimado (€)
Covilhã	ICOVI - Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EM (51%)	ADC - Águas da Covilhã, EM, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M ₁)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	17 319 641

(*) Fonte: Aplicação *Levantamento PPP*.

Domínio de atuação: Educação e formação

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local participante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade da sociedade em parceria	Investimento estimado (€)
Alcobaça	Município (49%)	Cister - Equipamentos Educativos, SA <i>(Em extinção)</i>	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de instalações e equipamentos	29 434 592
Figueira da Foz	Município (20%)	SODENFOR - Sociedade Difusora de Ensino da Figueira da Foz, Lda	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Manutenção de instalações e equipamentos	ND
	Município (20%)	CENFORFF - Centro de Formação Profissional da Figueira da Foz, Lda	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Manutenção de instalações e equipamentos	ND
Mafra	GIATUL - Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA (49%)	Mafreduca, SA <i>(Em reconfiguração)</i>	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de instalações e equipamentos	ND
Moimenta da Beira	Município (30%)	Efore - Beiras - Empresa de Formação e Ensino de Moimenta da Beira, Lda	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de instalações e equipamentos	ND
Pombal	Município (25%)	Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Manutenção de instalações e equipamentos	ND
Sernancelhe	Município (49,5%)	Esproser - Escola Profissional, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Manutenção de instalações e equipamentos	ND

Domínio de atuação: Equipamento rural e urbano

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local participante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade da sociedade em parceria	Investimento estimado (€)
Armamar	Município (49%)	Armamar Viva, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de equipamentos (armazém municipal)	3 663 209 (*)
Braga	Município (49%)	SGEB, SA (<i>Em extinção</i>)	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de equipamentos	49 280 249 (*)
Caminha	Município (49%)	Caminhaequi, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de equipamentos (piscinas municipais)	5 462 000
Lagos	Futurlagos, EM, SA (49%)	EL - Estacionamentos de Lagos, SA (<i>Em dissolução</i>)	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos conexos	–	Financiamento, construção e manutenção de equipamentos (parques de estacionamento)	14 861 806
Mafra	Município (93,32%)	Matadouro Regional de Mafra, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	ND

(*) Fonte: Aplicação *Levantamento PPP*.

Domínio de atuação: Habitação

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local participante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade da sociedade em parceria	Investimento estimado (€)
Vila Franca do Campo	ND	SDVF - Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social de Vila Franca do Campo S.A.	ND	ND	ND	ND	ND

Domínio de atuação: Promoção do desenvolvimento e turismo

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local participante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade da sociedade em parceria	Investimento estimado (€)
Figueira da Foz	Município (32,68%)	Estruturas e Investimentos do Mondego, Agência de Desenvolvimento Regional, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade em Parceria (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento e execução de investimentos	ND
	Figueira Grande Turismo, EEM (49,97 %)	Paço de Maiorca, SA (Em extinção)	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, reabilitação de instalações e manutenção de equipamentos	ND
Gouveia	Município (49%)	Gouveinova, SA (Em liquidação)	ND	ND	ND	ND	ND
Lagos	FUTURLAGOS, EM, SA (49%)	Neofutur, SA (Em dissolução)	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	19 311 341
Loulé	Município (51%)	Infraquinta - Empresa de Infraestruturas da Quinta do Lago, EM, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	ND
	Município (51%)	Infralobo - Empresa de Infraestruturas de Vale do Lobo, EM, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	ND
	Município (51%)	Infraquinta - Empresa de Infraestruturas da Quinta do Lago, EM, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	ND
Penamacor	Município (24%)	Malcatur – Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M _i)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção de hotel e equipamentos	ND
Rio Maior	Município (24,6%)	Depomor - Desenvolvimento e Progresso de Rio Maior, SA	ND	ND	ND	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	3 397 692 (2.ª fase)
Santa Comba Dão	Combanima - Espaços Municipais, EM (49%)	Dãogest - Gestão e Investimentos, SA (Em dissolução)	ND	ND	ND	ND	ND

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local participante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade da sociedade em parceria	Investimento estimado (€)
Tabuaço	Município (20%)	Beleza do Monte - Desenvolvimento Turístico e Imobiliário, SA	ND	ND	ND	ND	ND
Tondela	Município (49%)	Tondelviva, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M ₁)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	-	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	11 014 577
Trancoso	TEGEC, EEM (49%)	Paceteg, SA (<i>Em dissolução</i>)	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (M ₁)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	-	Financiamento, construção e manutenção de infraestruturas e equipamentos	8 984 167
Vendas Novas	Município (48,96%)	SISAV - Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas, Lda (<i>Em liquidação</i>)	ND	ND	ND	ND	ND
Vila Verde	Município (49%)	Pro - Vilaverde, SA (<i>Em liquidação</i>)	ND	ND	ND	ND	ND

Domínio de atuação: Tempos livres e desporto

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Modelo atual de investimento	Responsabilidade do investimento			
				Responsabilidade da entidade local participante	Investimento estimado (€)	Responsabilidade da sociedade em parceria	Investimento estimado (€)
Aveiro	Município (45%)	PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção de instalações e equipamentos	nd
Campo Maior	Campomayor XXI – EM (49%)	Campiscinas, SA (<i>Em dissolução</i>)	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção de equipamentos (complexo de piscinas)	3 450 000
Povoação	Espaço Povoação - Empresa municipal de actividades desportivas, recreativas e turísticas, EEM	POVOADESP - Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos da Povoação, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção de instalações e equipamentos	nd
Sernancelhe	Município (49%)	Aquisern, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção de equipamentos (centro de exposições)	6 173 549 (*)
Vila Pouca de Aguiar	Município (49%)	Inovaguiar, SA	Financiamento e realização a cargo da Sociedade da Parceria (Mi)	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	–	Financiamento, construção e manutenção de equipamentos (pavilhão e complexo desportivo)	7 500 000

Fonte: Aplicação RPC – Registo PPP e Concessões. (*) Fonte: Aplicação Levantamento PPP.

Anexo 8 - Parcerias contratuais – Incidência orçamental direta

Domínio de atuação: Ambiente e saneamento básico

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria		
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local contratante	Retribuição a favor da entidade local contratante
Abrantes	Município	Abrantáqua, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Sem retribuição ao município
Alcobaça	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria a cargo do município	Encargos plurianuais com serviços contratados	Sem retribuição ao município
Alenquer	Município	Águas de Alenquer, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda anual actualizada com base no IPC)
Azambuja	Município	Águas da Azambuja, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda anual actualizada com base no IPC)
Barcelos	Município	ADB – Águas de Barcelos, SA	Responsabilidade partilhada	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda anual actualizada com base no IPC)
Batalha	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria a cargo do município	Encargos plurianuais com serviços contratados	Sem retribuição ao município
Câmara de Lobos	Município	ARM - Águas e Resíduos da Madeira, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município
Campo Maior	Município	Aquamaior – Águas de Campo Maior, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição (em função do consumo de água e volume faturado e cobrado)
Carraceda de Ansiães	Município	Águas de Carraceda, SA	Responsabilidade partilhada	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição (renda anual de € 875 atualizável com IPC sem habitação)
Cartaxo	Município	Cartágua - Águas do Cartaxo, SA	Responsabilidade partilhada	Parceria parcialmente a cargo do município	Encargos com co-financiamento do investimento	Com retribuição (em função da faturação e cobrança da água e saneamento)

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria		
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local contratante	Retribuição a favor da entidade local contratante
Cascais	Município	ADC – Águas de Cascais, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria parcialmente a cargo do município	Encargos com co-financiamento do investimento	Com retribuição ao município (renda anual fixada)
Coimbra	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria a cargo do município	Encargos plurianais com serviços contratados	Sem retribuição ao município
Covilhã	Município	Águas da Serra, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (retribuição única no início do contrato de € 50 000)
Elvas	Município	AQUAELVAS – Águas de Elvas, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição (5% da faturação e cobrança da água e saneamento)
Esposende	Município	SUMA (Esposende), Lda	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria a cargo do município	Encargos plurianais com serviços contratados	Sem retribuição ao município
Fafe	Município	Indáqua Fafe - Gestão Águas de Fafe, SA	Financiamento e realização a cargo do município	Parceria parcialmente a cargo do município	Encargos com financiamento do investimento	Com retribuição ao município (valor fixado no contrato, atualizado anualmente em função do ipc)
Figueira da Foz	Município	Águas da Figueira, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria parcialmente a cargo do município	Encargos com co-financiamento do investimento	Com retribuição ao município
Fundão	Município	Aquafundália - Águas do Fundão, SA	Responsabilidade partilhada	Parceria parcialmente a cargo do município	Encargos com co-financiamento do investimento	Com retribuição (5% da faturação emitida de água e saneamento)
Gondomar	Município	Águas de Gondomar, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda anual)
	Município	Rede Ambiente -Engenharia e Serviços, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria a cargo do município	Encargos plurianais com serviços contratados	Sem retribuição ao município
Ílhavo	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria a cargo do município	Encargos plurianais com serviços contratados	Sem retribuição ao município
Leiria	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria a cargo do município	Encargos plurianais com serviços contratados	Sem retribuição ao município

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria		
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local contratante	Retribuição a favor da entidade local contratante
Matosinhos	Município	Indaqua Matosinhos, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda anual actualizada com base no ipc)
Oliveira de Azeméis	Município	Indaqua - Oliveira de Azeméis, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda anual de acordo com montantes fixados)
Ourém (*)	Município	Be Water, SA	Responsabilidade Partilhada	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (pagamento inicial das rendas de 10 anos)
	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria a cargo do município	Encargos plurianuais com serviços contratados	Sem retribuição ao município
Paços de Ferreira	Município	AGS Paços de Ferreira, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (€ 1 000 000 nos primeiros 5 anos)
Paredes	Município	Águas de Paredes, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Sem retribuição ao município
Porto de Mós	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria a cargo do município	Encargos plurianuais com serviços contratados	Sem retribuição ao município
Santa Maria da Feira	Município	Indáqua - Feira Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, SA	Responsabilidade Partilhada	Parceria parcialmente a cargo do município	Encargos com compensações financeiras (€ 2 590 996)	Com retribuição ao município (renda anual)
Santo Tirso	Município	Indáqua Santo Tirso/Trofa, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Sem retribuição ao município
Setúbal	Município	Águas do Sado, SA	Responsabilidade Partilhada	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda anual)
Tarouca	Município	Águas de Trás os Montes e Alto Douro, SA e Águas do Norte, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda anual)
Trancoso	Município	Águas da Teja, SA	Responsabilidade Partilhada	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município
Vale de Cambra	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria A cargo do município	Encargos plurianuais com serviços contratados	Sem retribuição ao município

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria		
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local contratante	Retribuição a favor da entidade local contratante
Valongo	Município	Águas de Valongo, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda anual em função da água vendida)
Vila do Conde	Município	Indáqua Vila do Conde - Águas de Vila do Conde, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda anual em função do consumo de água)
Vila Real de Santo António	Município	Águas de Vila Real de Santo António	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Sem retribuição ao município

(*) Fonte: Aplicação *Levantamento PPP*.

Domínio de atuação: Equipamento rural e urbano

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria		
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local contratante	Retribuição a favor da entidade local contratante
Albufeira	Município	Círculo Digital, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (5% valor total das receitas brutas exploração)
Amadora	Município	PARQA, SA (Parque de estacionamento subterrâneo)	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda anual € 5, actualizada com ipc)
	Município	PARQA, SA (Estacionamento à superfície)	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda mensal de 15% da receita bruta)
Angra do Heroísmo	Município	Datarede, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda)
Aveiro	Município	CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda anual actualizada com ipc do ano anterior)

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria		
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local contratante	Retribuição a favor da entidade local contratante
Cascais	Município	Parques da Estação, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (€ 2 195/ano, actualizada à taxa de inflação do ano anterior)
	Município	Marcascais, SA (Parque de estacionamento subterrâneo)	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição (renda anual de € 2 195, à data da escritura, com actualização anual com base na taxa de inflação do ano anterior)
	Município	Marcascais, SA (Parque de estacionamento)	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição (pagamento único, à cabeça, de € 689 500 pelo direito de superfície)
	Município	Servilusa - Centro Funerário de Cascais, Lda	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição (13% da receita anual gerada pelos serviços prestados)
Coimbra	Município	Ambinecro Coimbra - Crematórios, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição (mensal mínima: € 100, acrescendo, nos primeiros 10 anos de exploração, 5% da facturação, nos segundos 10 anos, 6% da facturação, nos últimos 10 anos, 7% da facturação)
Elvas	Município	Funelvas - Espaços Cemiteriais, Lda	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (retribuição mensal: 5% sobre receitas de aluguer de salas e serviços de marmorista, florista e outros; 3% sobre receita das cremações)
Entroncamento	Município	Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município
Figueira da Foz	Município	Funfoz, Lda	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (5% sobre a faturação total, com dois pagamentos semestrais)
Fundão	Município	EMS - Consequi, Exploração de Estacionamentos, ACE	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (parque: retribuição semestral € 6 000 (componente fixa) e 10% receitas de exploração (componente variável); parquímetros à superfície: € 1 500 e 25% receitas exploração)
Ílhavo	Município	Illipark - Parques de Estacionamento, Lda	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Sem retribuição ao município

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria		
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local contratante	Retribuição a favor da entidade local contratante
Leiria	Município	Lizestacionamento - Desenvolvimento, Exploração e Construção de Parques de Estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda anual atualizada com ipc, sem habitação)
	Município	ESLI - Parques de Estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda anual atualizada com ipc, sem habitação e participação em despesas com trabalhos, até ao montante de € 49 879, relativas à beneficiação da rotunda do mercado municipal)
Matosinhos	Município	Datarede, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda fixa acrescida de percentagem sobre a receita bruta efectiva)
	Município	Sabaportugal - Parques de Estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda anual atualizada com ipc)
Porto	Município	EPORTO - Estacionamento Públicos do Porto, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (pagamento inicial de € 8 000 000 e pagamentos trimestrais de 54,15% da receita bruta efetiva do trimestre)
	Município	CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda mensal)
	Município	Bragaparcas - Estacionamento, S.A	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda mensal)
	Município	Parquegil - Planeamento e gestão de estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda mensal)
	Município	Sabaportugal - Parques de estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda mensal)
	Município	Sabaportugal - Parques de estacionamento, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda mensal)

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria		
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local contratante	Retribuição a favor da entidade local contratante
Póvoa de Varzim	Município	Manuel Gomes Ferreira	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (pagamento único, à cabeça, de € 1 200 000 pelo direito de superfície)
	Município	Elevation Group, SGPS, SA (Antes: Monteadriano - Engenharia e Construção, SA)	Financiamento parcial e realização a cargo do parceiro privado	Parceria parcialmente a cargo do município	Encargos com co-financiamento do investimento (2008-2009: € 5 027 720)	Sem retribuição ao município
Santarém	Município	Abispark, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (pagamento de rendas anuais, atualizadas à taxa de inflação, relativas ao parque de estacionamento subterrâneo e estacionamento à superfície)
Sesimbra	Município	Dornier – Portugal, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (40% sobre as receitas brutas -livres de iva - mensais de facturação da concessão)
	Município	Ambinecro - Crematórios, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (retribuição anual correspondente a uma percentagem - não inferior a 2% nos primeiros 5 anos e 5% no período restante de 15 anos - da receita pelos serviços prestados)
Tavira	Município	Hidurbe, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (70,11% das receitas brutas mensais)
Valongo	Município	Parque VE, SA (Valongo)	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (7% da receita bruta de exploração/ano)
	Município	Parque VE, SA (Ermesinde)	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (4% da receita bruta de exploração/ano)
Viana do Castelo	Município	Estaçãoshopping – Imobiliária, SA	ND	ND	ND	ND
Vila Nova de Famalicão	Município (Parque Estacionamento Subterrâneo)	PARQF, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	ND
	Município (Estacionamento Público)	ND	ND	ND	ND	ND

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria		
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local contratante	Retribuição a favor da entidade local contratante
Vila Nova de Gaia	Município (Teleférico)	Telef, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda anual)
	Município (Estacionamento Público)	Parquegil, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (renda anual correspondente a € 10 por lugar de estacionamento)
Vila Real de Santo António	Município	ESSE - Estacionamento à Superfície e Subterrâneo, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (retribuição inicial e retribuição mensal)
Viseu	Município	Beira Cruz, Lda	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (retribuição mensal de 3% da receita bruta a partir do 4.º ano)
	Município	Sabaportugal, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (retribuição inicial)
	Município	Semovepark Viseu – Estacionamentos, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (retribuição inicial de € 3 250 000 e renda trimestral))

Nota: ND – Não Disponível.

Domínio de atuação: Património, cultura e ciência

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria		
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local contratante	Retribuição a favor da entidade local contratante
Ílhavo	Município	Vista Alegre Atlantis, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (adiantamento e rendas semestrais)

Domínio de atuação: Promoção do desenvolvimento e turismo

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria		
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local contratante	Retribuição a favor da entidade local contratante
Figueiró dos Vinhos	Município	Cordastrong, Unipessoal, Lda	Responsabilidade Partilhada	Parceria parcialmente a cargo do município	Encargos com prestação de serviços e utilização de equipamentos	Com retribuição ao município (pagamento mensal: € 200)
Vila Real de Santo António	Município e VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM SA	Pestana Pousadas - Investimentos Turísticos, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Com retribuição ao município (retribuição inicial)

Domínio de atuação: Saúde

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria		
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local contratante	Retribuição a favor da entidade local contratante
Vila Real de Santo António	VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM, SA (<i>Centro Médico</i>)	Hospital Particular do Algarve, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais Para o município	Com retribuição a favor da vrsa, sa

Domínio de atuação: Tempos livres e desporto

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria		
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local contratante	Retribuição a favor da entidade local contratante
Vila Real de Santo António	Município (<i>Polidesportivos</i>)	Neureifen – Empreendimentos, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais Para o município	Com retribuição a favor da vrsa, sa (retribuição inicial de € 1.300.000)

Domínio de atuação: Transportes e comunicações

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria		
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local contratante	Retribuição a favor da entidade local contratante
Aveiro	Município Moveaveiro - Empresa Municipal de Mobilidade, EEM	ETAC - Empresa de Transportes António Cunha, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria parcialmente a cargo do município	Encargos com compensações financeiras	Com retribuição ao município (contrapartida económico-financeira a liquidar em 3 prestações semestrais sucessivas)
Covilhã	Município	Covibus- Transportes Urbanos, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria parcialmente a cargo do município	Encargos com compensações financeiras	Sem retribuição ao município
Évora	Município	TRE - Transportes Rodoviários de Évora	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria parcialmente a cargo do município	Encargos com compensações financeiras	Sem retribuição ao município
Guimarães	Município	Transurbanos de Guimarães, Lda	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Sem retribuição ao município
Leiria	Município	Rodoviária do Tejo, Lda	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria parcialmente a cargo do município	Encargos com compensações financeiras	Sem retribuição ao município
Santo Tirso	Município	TUST - Transportes Urbanos de Santo Tirso, Lda	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	ND	ND	Sem retribuição ao município
Tavira	Município	EVA – Transportes, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria parcialmente a cargo do município	Encargos com serviços contratados	Com retribuição ao município (parte das receitas)
Vila Real	Município	TUVR - Urbanos de Vila Real, Unipessoal, Lda	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria parcialmente a cargo do município	Encargos com serviços contratados	Sem retribuição ao município
Viseu	Município	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Sem retribuição ao município
	Município	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda (2 linhas de transporte coletivo urbano e local)	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos plurianuais para o município	Sem retribuição ao município

Nota: ND – Não Disponível. Fonte: Aplicação RPC – Registo PPP e Concessões.

Anexo 9 - Parcerias institucionais – Incidência orçamental direta

Domínio de atuação: Ação Social

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria			
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local participante	Encargos do município	Retribuição a favor da entidade local participante
Cabeceiras de Basto	ND	Basto Vida - Serviços de Acção Social e Cuidados de Saúde Cooperativa I.P.R.,Lda	ND	ND	ND	ND	ND

Nota: ND – Não Disponível.

Domínio de atuação: Ambiente e saneamento básico

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria			
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local participante	Encargos do município	Retribuição a favor da entidade local participante
Covilhã	ICOVI - Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EM (51%)	ADC - Águas da Covilhã, EM, SA	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria parcialmente a cargo da ELP	Encargos com participação na despesa de funcionamento da ETAR	ND	Com retribuição (renda trimestral pela utilização de infraestruturas)

(*) Fonte: Aplicação *Levantamento PPP*.

Domínio de atuação: Educação e formação

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria			
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local participante	Encargos do município	Retribuição a favor da entidade local participante
Alcobaça	Município (49%)	Cister - Equipamentos Educativos, SA <i>(Em extinção)</i>	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria a cargo do município	Encargos (rendas) com a disponibilidade de equipamentos (ELP é o município)		Sem retribuição
Figueira da Foz	Município (20%)	SODENFOR - Sociedade Difusora de Ensino da Figueira da Foz, Lda	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos para o município (ELP é o município)		Sem retribuição
	Município (20%)	CENFORFF - Centro de Formação Profissional da Figueira da Foz, Lda	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos para o município (ELP é o município)		Com retribuição (preço de cessão é de € 3.000/ano pagáveis em duodécimos)
Mafra	GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA (49%)	Mafreduca, SA <i>(Em reconfiguração)</i>	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria a cargo do município	–	Encargos com a disponibilidade de equipamentos e serviços contratados	Sem retribuição
Moimenta da Beira	Município (30%)	EFORE - Beiras - Empresa de Formação e Ensino de Moimenta da Beira, Lda	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos para o município (ELP é o município)		Sem retribuição
Pombal	Município (25%)	Pombal prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos para o município (ELP é o município)		Sem retribuição
Sernancelhe	Município (49,5%)	ESPROSER - Escola Profissional, SA	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos para o município (ELP é o município)		Sem retribuição

Domínio de atuação: Equipamento rural e urbano

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria			
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local participante	Encargos do município	Retribuição a favor da entidade local participante
Armamar	Município (49%)	Armamar Viva, SA	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria a cargo do município	Encargos com a disponibilidade de equipamentos e serviços contratados (ELP é o município)		Com retribuição (cedência de direito de superfície)
Braga	Município (49%)	SGEB, SA (<i>Em extinção</i>)	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria a cargo do município	Encargos (rendas) com a disponibilidade de equipamentos (ELP é o município)		Sem retribuição
Caminha	Município (49%)	Caminhaequi, SA	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria a cargo do município	Encargos com a disponibilidade de equipamentos e serviços contratados (ELP é o município)		Sem retribuição ao município
Lagos	Futurlagos, EM, SA (49%)	EL - Estacionamientos de Lagos, SA (<i>Em dissolução</i>)	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria a cargo do município	Encargos com a disponibilidade de equipamentos e serviços contratados	Encargos com a disponibilidade de equipamentos e serviços contratados	Sem retribuição Pagamento de € 315.400 à ELP pela cedência de direito de superfície
Mafra	Município (93,32%)	Matadouro Regional de Mafra, SA	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos para a elp (ELP é o município)		sem retribuição, com dividendos

Domínio de atuação: Habitação

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria			
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local participante	Encargos do município	Retribuição a favor da entidade local participante
Vila Franca do Campo	ND	SDVF - Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social de Vila Franca do Campo SA	ND	ND	ND	ND	ND

Domínio de atuação: Promoção do desenvolvimento e turismo

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria			
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local participante	Encargos do município	Retribuição a favor da entidade local participante
Figueira da Foz	Município (32,68%)	Estruturas e Investimentos do Mondego, Agência de Desenvolvimento Regional, SA	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos para o município (ELP é o município)		Sem retribuição
	Município (49,97 %)	Paço de Maiorca - Promoção e Gestão de Equipamentos Hoteleiros, SA (Em extinção)	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos para o município (ELP é o município)		Sem retribuição
Gouveia	Município (49%)	Gouveinova, SA (Em liquidação)	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	ND	ND	ND	ND
Lagos	Futurlagos, EM, SA (49%)	Neofutur, SA (Em dissolução)	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria a cargo do município	Encargos (rendas) com a disponibilidade de equipamentos		Sem retribuição pagamento à Futurlagos, EM, SA de contrapartida financeira pela cedência do direito de superfície. (€ 1.811.788)
Loulé	Município (51%)	Infraquinta - Empresa de Infraestruturas da Quinta do Lago, EM, SA	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria parcialmente a cargo da ELP (município)	Encargos com compensações financeiras (ELP é o município)		Sem retribuição
	Município (51%)	Infralobo - Empresa de Infraestruturas de Vale do Lobo, EM, SA	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria parcialmente a cargo da ELP (município)	Encargos com investimentos e compensações financeiras (ELP é o município)		Sem retribuição
	Município (51%)	Inframoura - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, EM, SA	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria parcialmente a cargo da ELP (município)	Encargos com investimentos e compensações financeiras (ELP é o município)		Sem retribuição
Penamacor	Município (24%)	Malcatur – Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, SA	Financiamento e realização a cargo do parceiro privado	Parceria parcialmente a cargo da ELP (município)	Encargos com financiamento de investimentos (€ 150 000) (ELP é o município)		Sem retribuição

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria			
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local participante	Encargos do município	Retribuição a favor da entidade local participante
Rio Maior	Município (24,6%)	Depomor, SA	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria financeiramente Auto-sustentável	Sem encargos para a elp (elp é o município)		Sem retribuição
Santa Comba Dão	Combanima, EM (49%)	Dãogest - Gestão e Investimentos, SA <i>(Em dissolução)</i>	ND	ND	ND	ND	ND
Tabuaço	Município (20%)	Beleza do Monte - Desenvolvimento Turístico e Imobiliário, SA	ND	ND	ND	ND	ND
Tondela	Município (49%)	Tondelviva, SA	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria a cargo do município	Encargos (rendas) com a disponibilidade de equipamentos (elp é o município)		Sem retribuição
Trancoso	TEGEC, EEM (49%)	Paceteg, SA <i>(Em dissolução)</i>	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria parcialmente a cargo da elp	Encargos (rendas) com a disponibilidade de equipamentos	ND	Sem retribuição
Vendas Novas	Município (48,96%)	SISAV - Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas, Lda <i>(Em liquidação)</i>	ND	ND	ND		ND
Vila Verde	Município (49%)	Pro - Vilaverde, SA <i>(Em liquidação)</i>	ND	ND	ND		ND

Domínio de atuação: Tempos livres e desporto

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Modelo atual de investimento	Incidência orçamental direta da parceria			
				Tipo de parceria na óptica da despesa	Encargos da entidade local participante	Encargos do município	Retribuição a favor da entidade local participante
Aveiro	Município (45%)	PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria financeiramente auto-sustentável	Sem encargos para o município (ELP é o município)		Sem retribuição
Campo Maior	Campomayor XXI, EM (49%)	Campiscinas, SA	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria a a cargo da ELP	Encargos (rendas) com a disponibilidade de equipamentos	Encargos com transferências para a Campomayor XXI, EM	Sem retribuição
Povoação	Espaço Povoação - Empresa municipal de actividades desportivas, recreativas e turísticas, EEM	Povoadesp - Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos da Povoação, SA	Financiamento e realização a cargo da sociedade da parceria	Sem responsabilidade no financiamento e execução direta de investimentos	ND	ND	ND
Sernancelhe	Município (49%)	Aquisern, SA	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria a cargo do município	Encargos (rendas) com a disponibilidade de equipamentos (elp é o município)		Sem retribuição
Vila Pouca de Aguiar	Município (49%)	Inovaguiar, SA	Financiamento e realização a cargo da sociedade em parceria	Parceria a cargo do município	Encargos (rendas) com a disponibilidade de equipamentos (elp é o município)		Sem retribuição

Fonte: Aplicação RPC – Registo PPP e Concessões.

Anexo 10 - Parcerias contratuais – Alterações e aditamentos aos contratos

Domínio de atuação: Ambiente e saneamento básico

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Ano de celebração	Contrato	Alterações e aditamentos ao contrato		Reposição do Equilíbrio Financeiro (REF)
Abrantes	Município	Abrantáqua, SA	2007	Concessão do serviço de águas residuais urbanas	20-12-2012	1.ª Alteração	Com REF
Alcobaça	Município	SUMA, SA	2000	Prestação do serviço de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos	24-09-2007 30-10-2015	1.º Aditamento 2.º Aditamento	– –
Alenquer	Município	Águas de Alenquer, SA	2003	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de águas e de drenagem de águas residuais	12-03-2008 16-11-2011	1.º Aditamento 2.º Aditamento	Com REF Com REF
Azambuja	Município	Águas da Azambuja, SA	2009	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de e distribuição de água e de drenagem de águas residuais	30-07-2015	1.º Aditamento	Com REF
Barcelos	Município	ADB – Águas de Barcelos, SA	2004	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de saneamento	12-06-2008 10-07-2009 17-04-2018	1.ª Alteração 2.ª Alteração 3.ª Alteração	– Com REF –
Batalha	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	2007	Prestação de serviços de limpeza, recolha e transporte a destino final de resíduos sólidos urbanos	–	–	–
Câmara de Lobos	Município	ARM - Águas e Resíduos da Madeira, SA	2011	Concessão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento e recolha de resíduos sólidos	–	–	–
Campo Maior	Município	Aquamaior, SA	2007	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e recolha de afluentes	01-04-2010 01-07-2011	1.º Aditamento 2.º Aditamento	Com REF Com REF
Carraceda de Ansiães	Município	Águas de Carraceda, SA	2001	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento	–	–	–
Cartaxo	Município	Águas do Cartaxo, SA	2010	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais	28-04-2011 12-03-2013	1.ª Alteração 1.º Aditamento	Com REF –
Cascais	Município	ADC – Águas de Cascais, SA	2000	Concessão da exploração do sistema municipal de distribuição de água e de drenagem de águas residuais	31-03-2010 18-04-2012 24-09-2012 31-03-2015	1.º Aditamento 2.º Aditamento 3.º Aditamento 4.º Aditamento	Com REF Com REF – –
Coimbra	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	2018	Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos e de Limpeza Urbana - 2018	–	–	–
Covilhã	Município	Águas da Serra, SA	2005	Concessão do serviço de saneamento em alta	–	–	–

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Ano de celebração	Contrato	Alterações e aditamentos ao contrato		Reposição do Equilíbrio Financeiro (REF)
Elvas	Município	Aquália - Gestion Integral del Agua, SA	2008	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes	16-05-2012	1.ª Alteração	–
Esposende	Município	SUMA (Esposende), Lda	1997	Concessão dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos a destino final, distribuição, manutenção e substituição de contentores e limpeza urbana	29-03-2018	1.º Aditamento	–
Fafe	Município	Indáqua Fafe - Gestão Águas de Fafe, SA	1996	Concessão da exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água em baixa	16-03-2012	1.ª Alteração	Com REF
Figueira da Foz	Município	Águas da Figueira, SA	1999	Concessão dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e de recolha, rejeição e tratamento de efluentes	04-12-2001 07-12-2004 20-08-2012	1.ª Alteração 2.ª Alteração 3.ª Alteração	– Com REF –
Fundão	Município	Aquafundália, Águas do Fundão, SA	2011	Concessão de exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e de drenagem de águas residuais	–	–	–
Gondomar	Município	Águas de Gondomar, SA	2001	Concessão da exploração e gestão dos sistemas públicos de abastecimento de água e saneamento	– 22-07-2014	1.ª Alteração (*) 2.ª Alteração (*)	– –
	Município	Rede Ambiente - Engenharia e Serviços, SA	2012	Prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos e higiene urbana	–	–	–
Ílhavo	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	2020	Concessão dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos a destino final e limpeza urbano	–	–	–
Leiria	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	1993	Concessão dos serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos a destino final e limpeza urbano	05-06-2013	1.ª Alteração	–
Matosinhos	Município	Indáqua - Matosinhos, SA	2007	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de águas e recolha, tratamento e drenagem de águas residuais	–	–	–
Oliveira de Azeméis	Município	Indáqua - Oliveira de Azeméis, SA	2013	Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e da recolha, tratamento e rejeição de águas residuais	–	–	–
Ourém (*)	Município	Be Water, SA	1996	Concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público	04-07-2005 20-11-2015	1.º Aditamento 1.ª Alteração	– Com REF
	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	1995	Prestação de serviços de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos sólidos	03-11-2001 23-11-2004	1.ª Alteração 2.ª Alteração	– –
Paços de Ferreira	Município	AGS - Paços de Ferreira, SA	2004	Concessão de exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	31-10-2006 19-11-2014	1.º Aditamento 2.º Aditamento	Com REF Com REF

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Ano de celebração	Contrato	Alterações e aditamentos ao contrato		Reposição do Equilíbrio Financeiro (REF)
Paredes	Município	Águas de Paredes, SA	2001	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e recolha, tratamento e rejeição de efluentes	16-07-2008	1.º Aditamento	Com REF
Porto de Mós	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	2003	Prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana	-	-	-
Santa Maria da Feira	Município	Indáqua - Feira, SA	1999	Concessão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento	17-07-2000 12-12-2006 10-02-2010	1.º Aditamento 2.º Aditamento 3.º Aditamento	- Com REF -
Santo Tirso	Município	Indáqua - Santo Tirso/Trofa, SA	1998	Concessão do serviço público municipal de abastecimento de água de Santo Tirso e da Trofa	25-11-2003 01-07-2011 03-07-2014	1.ª Alteração 2.ª Alteração 3.ª Alteração	Com REF - -
Setúbal	Município	Águas do Sado, SA	1997	Concessão da exploração dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	20-04-2012	1.ª Alteração	-
Tarouca	Município	Águas de Trás os Montes e Alto Douro, SA e Águas do Norte, S.A.	2010	Contrato de cedência de infraestruturas relativas ao saneamento de águas residuais urbanas entre o Município e a Águas de Trás-os-Montes, SA	-	-	-
Trancoso	Município	Águas da Teja, SA	1997	Concessão da exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	03-12-2008	1.ª Alteração	Com REF
Vale de Cambra	Município	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA	2016	Contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza pública	-	-	-
Valongo	Município	Águas de Valongo, SA	2000	Concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	24-05-2004 27-04-2017 09-11-2017 27-09-2018	1.º Aditamento 2.º Aditamento 3.º Aditamento 4.º Aditamento	Com REF Com REF - -
Vila do Conde	Município	Indáqua - Vila do Conde, SA	2008	Concessão de exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes	18-12-2008 26-07-2013	1.º Aditamento (*) 2.º Aditamento (*)	-
Vila Real de Santo António	Município	Águas de Vila Real de Santo António	2018	Concurso Público para a Concessão da Gestão e Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais	-	-	-

(*) Fonte: Aplicação *Levantamento PPP*.

Domínio de atuação: Equipamento rural e urbano

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Ano de celebração	Contrato	Alterações e aditamentos ao contrato		Reposição do Equilíbrio Financeiro (REF)
Albufeira	Município	Círculo Digital, SA	2012	Concessão da exploração dos parques de estacionamento P5 e P6 e de estacionamento à superfície	-	-	-
Amadora	Município	PARQA, SA	2001	Constituição de direito de superfície e de concessão (parque de estacionamento subterrâneo)	-	-	-
	Município	PARQA, SA	2001	Constituição direito de superfície e de concessão (estacionamento à superfície)	16-12-2013	1.ª Alteração	Com REF
Angra do Heroísmo	Município	Datarede, SA	2012	Concessão de exploração de solo do domínio público municipal para instalação e exploração de parquímetros	-	-	-
Aveiro	Município	CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, SA	1999	Constituição de direito de superfície em subsolo, para construção e exploração de parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas	11-04-2002	1.ª Alteração (*)	-
					05-05-2008	1.º Aditamento	-
Cascais	Município	Parques da Estação, SA	1996	Cedência em direito de superfície em subsolo, tendo por objeto a construção e a exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras	-	-	-
	Município	Marcascais, SA	2007	Cedência em direito de superfície de uma parcela de terreno municipal destinada à construção de um parque de estacionamento subterrâneo	21-06-2007	1.ª Alteração	-
	Município	Marcascais, SA	2007	Cedência em direito de superfície de uma parcela de terreno municipal destinada à construção de um parque de estacionamento e de equipamentos complementares	-	-	-
	Município	Servilusa - Centro Funerário de Cascais, Lda	2015	Conceção, construção e concessão da exploração de forno crematório no Complexo Funerário de Cascais	-	-	-
Coimbra	Município	Ambinecro Coimbra - Crematórios, SA	2012	Concessão da concepção, construção e exploração do complexo funerário municipal	-	-	-
Elvas	Município	Funelvas, Lda	2007	Construção e concessão da exploração do Forno Crematório e Complexo Funerário de Elvas e concessão da exploração do Cemitério de Elvas	-	-	-
Entroncamento	Município	Tecnovia - Sociedade de Empreitadas	2008	Concessão da instalação, exploração e manutenção de lugares de estacionamento	-	-	-
Figueira da Foz	Município	Funfoz, Lda	2007	Concessão da concepção, construção e exploração do complexo funerário, crematório e forno pirolítico do cemitério oriental	-	-	-

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Ano de celebração	Contrato	Alterações e aditamentos ao contrato	Reposição do Equilíbrio Financeiro (REF)
Fundão	Município	EMSA - Consequi, Exploração de Estacionamentos, ACE	2007	Concessão da exploração do silo auto, incluindo estacionamento à superfície	-	-
Ílhavo	Município	Illipark - Parques de Estacionamento, Lda	2007	Concessão/cedência de exploração do parque de estacionamento subterrâneo e estacionamento à superfície	-	-
Leiria	Município	Lizestacionamento - Desenvolvimento, Exploração e Construção de Parques de Estacionamento, SA	2003	Cedência de direito de superfície, abrangendo a conceção, construção e exploração do parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras	-	-
	Município	ESLI - Parques de Estacionamento, SA	2000	Cedência de direito de superfície, abrangendo a conceção, construção e exploração do parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras	-	-
Matosinhos	Município	Datarede, SA	2016	Concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública e de dois parques públicos de estacionamento para viaturas ligeiras	-	-
	Município	Sabaportugal - Parques de Estacionamento, SA	2001	Constituição do direito de superfície e construção e exploração de três parques públicos de estacionamento para viaturas ligeiras e concessão de exploração de lugares de estacionamento pago na via pública	-	-
Porto	Município	EPORTO - Estacionamentos Públicos do Porto, SA	2015	Concessão de serviço público para gestão, exploração, manutenção e fiscalização dos atuais e futuros lugares públicos de estacionamento pagos na via pública	-	-
	Município	CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, SA	2005	Parque de Estacionamento subterrâneo da Frente Marítima do Parque da Cidade	-	-
	Município	Bragaparcques - Estacionamento, S.A	2001	Parque de Estacionamento subterrâneo na Praceta Adelino Amaro Costa	-	-
	Município	Parquegil - Planeamento e gestão de estacionamento, SA	2001	Parque de Estacionamento subterrâneo na Praça D. João I	-	-
	Município	Sabaportugal - Parques de estacionamento, SA	1998	Parque de Estacionamento subterrâneo na Praça de Lisboa	-	-
	Município	Sabaportugal - Parques de estacionamento, SA	2001	Parque de Estacionamento subterrâneo na Praça do Infante D. Henrique	-	-

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Ano de celebração	Contrato	Alterações e aditamentos ao contrato		Reposição do Equilíbrio Financeiro (REF)
Póvoa de Varzim	Município	Manuel Gomes Ferreira	2004	Constituição de direito de superfície com vista à construção, manutenção e exploração de parque público de estacionamento para viaturas	29-06-2016	1.ª Alteração	–
	Município	CPE, SA	2006	Concessão da concepção/construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas	30-12-2016	1.ª Alteração	–
Santarém	Município	Abispark, SA	2008	Concessão da conceção, construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras, na zona do Campo Sá da Bandeira e de exploração dos lugares de estacionamento tarifado na via pública, através de parcómetros	27-07-2009	1.ª Alteração	–
					21-12-2010	2.ª Alteração	Com REF
Sesimbra	Município	Dornier – Portugal, SA	2013	Concessão da exploração e gestão, em regime de concessão de serviço público, de lugares e parques de estacionamento pago na via pública	07-12-2016	1.ª Alteração	–
					28-08-2017	2.ª Alteração	Com REF
					19-04-2018	3.ª Alteração	–
	Município	Ambinacro - Crematórios, SA	2009	Concessão da construção e de exploração do complexo funerário e forno crematório do cemitério municipal	–	–	–
Tavira	Município	Hidurbe, SA	2017	Concessão de exploração e fiscalização de zonas de estacionamento	–	–	–
Valongo	Município	Parque VE, SA	2003	Concessão do fornecimento, instalação e exploração de parcómetros coletivos nas zonas de estacionamento de duração limitada na freguesia de Valongo	02-03-2004	1.ª Alteração	–
					20-11-2007	2.ª Alteração	–
					22-12-2017	1.º Aditamento	–
	Município	Parque VE, SA	2004	Concessão de fornecimento, instalação e exploração de parcómetros coletivos nas zonas de estacionamento de duração limitada na freguesia de Ermesinde	20-09-2007	1.ª Alteração	–
					22-12-2017	1.º Aditamento	–
					18-02-2019	2.ª Alteração	–
					08-06-2019	3.ª Alteração	–
Viana do Castelo	Município	Estaçãoshopping – Imobiliária, SA	2000	Concessão de parque de estacionamento subterrâneo	–	–	–
Vila Nova Famalicão	Município	PARQF, SA	1999	Concessão da construção e exploração de um parque de estacionamento subterrâneo para viaturas	–	–	–
	Município	PARQF, SA	2005	Concessão da instalação e exploração de parcómetros na cidade	–	–	–

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Ano de celebração	Contrato	Alterações e aditamentos ao contrato		Reposição do Equilíbrio Financeiro (REF)
Vila Nova de Gaia	Município	TELEF, SA	2007	Concessão da conceção, construção e exploração de teleférico e da exploração de lugares de estacionamento	20-08-2009	1.ª Alteração	-
					20-08-2009	1.ª Aditamento	-
	Município	Parquegil, SA	2008	Concessão da exploração de lugares de estacionamento pago na via pública, através de parcómetros coletivos	27-01-2011	1.ª Alteração	-
Vila Real de Santo António	Município	ESSE - Estacionamento à Superfície e Subterrâneo, SA	2015	Concessão da gestão e exploração de serviços públicos tarifados no núcleo urbano de Vila Real de Santo António e Monte Gordo e nos parques de estacionamento de Monte Gordo	-	-	-
Viseu	Município	Beira Cruz, Lda	2012	Concessão da construção e exploração de crematório no cemitério	-	-	-
	Município	Sabaportugal, SA	1998	Direito de superfície para construção e exploração de parque de estacionamento subterrâneo e concessão de exploração de parques coletivos e parcómetros à superfície	-	-	-
	Município	Semovepark Viseu – Estacionamentos, SA	2020	Contrato de conceção, construção, exploração, gestão e fiscalização dos atuais e futuros parques de estacionamento e dos lugares de estacionamento pagos na via pública	-	-	-

(*) Fonte: DGAL, Levantamento PPP.

Domínio de Atuação: Património, cultura e ciência

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Ano de celebração	Contrato	Alterações e aditamentos ao contrato		Reposição do Equilíbrio Financeiro (REF)
Ílhavo	Município	Vista alegre atlantis, SA	2015	Cessão de exploração do Museu da Vista Alegre	-	-	-

Domínio de atuação: Promoção do desenvolvimento e turismo

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Ano de celebração	Contrato	Alterações e aditamentos ao contrato	Reposição do Equilíbrio Financeiro (REF)
Figueiró dos Vinhos	Município	Cordastrong, Unipessoal, Lda	2014	Atribuição do direito de exploração do parque de campismo e caravanismo da Foz de Alge	-	-
Vila Real de Santo António	Município VRSA – Sociedade de Gestão Urbana, EM SA	Pestana Pousadas – Investimentos Turísticos, SA	2017	Arrendamento urbano para fim não habitacional com prazo certo - Alojamento a Céu Aberto	-	-

Domínio de atuação: Saúde

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Ano de celebração	Contrato	Alterações e aditamentos ao contrato	Reposição do Equilíbrio Financeiro (REF)
Vila Real de Santo António	Município	Hospital Particular do Algarve, SA	2013	Concessão da exploração e gestão de um centro médico no complexo desportivo	-	-

Domínio de atuação: Tempos livres e desporto

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Ano de celebração	Contrato	Alterações e aditamentos ao contrato	Reposição do Equilíbrio Financeiro (REF)
Vila Real de Santo António	Município VRSA – Sociedade de Gestão Urbana, EM SA	Neureifen Empreendimentos, SA	2017	Concessão da conceção, construção e exploração para renovação dos polidesportivos do complexo desportivo	-	-

Domínio de atuação: Transportes e comunicações

Município	Entidade local contratante	Parceiro privado	Ano de celebração	Contrato	Alterações e aditamentos ao contrato		Reposição do Equilíbrio Financeiro (REF)
Aveiro	Município Moveaveiro - Empresa Municipal de Mobilidade, EEM	ETAC - Empresa de Transportes António Cunha, SA	2016	Concessão do serviço público de transporte colectivo rodoviário e fluvial de passageiros, das oficinas e centro coordenador de transportes	26-07-2016	1.ª Alteração	-
					19-09-2016	2.ª Alteração	-
					05-10-2018	3.ª Alteração	-
Évora	Município	Trevo - Transportes Rodoviários de Évora	2010	Gestão do serviço público de transportes coletivos regulares de passageiros	01-07-2014	1.ª Alteração	-
Guimarães	Município	Transurbanos de Guimarães, Lda	2001	Concessão de exploração do serviço público de transportes coletivos urbanos	26-07-2010	1.ª Alteração	-
					26-08-2015	2.ª Alteração	-
Leiria	Município	Rodoviária do Tejo, Lda	1966	Concessão do serviço público de transportes coletivos urbanos na área da sede do concelho	02-10-2015	1.º Aditamento	-
Santo Tirso	Município	TUST - Transportes Urbanos de Santo Tirso, Lda	1997	Concessão de serviço público de transportes coletivos urbanos de passageiros	11-10-2013	1.ª Alteração	-
					21-10-2017	2.ª Alteração	-
					23-11-2017	3.ª Alteração	-
					02-12-2019	4.ª Alteração	-
Tavira	Município	EVA - Transportes, SA	2019	Concessão de um circuito de transportes públicos urbanos	-	-	-
Vila Real	Município	TUVR - Urbanos de Vila Real, Unipessoal, Lda	2015	Concessão da exploração e manutenção da rede de transportes coletivos urbanos de passageiros	05-09-2016	Suspensão do Contrato (notificação do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela)	-
Viseu	Município	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda	2013	Concessão de serviço público para duas linhas de transporte coletivo urbano e local	-	-	-
	Município	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda	2019	Contrato para a concessão de circuitos de transportes públicos urbanos na cidade de Tavira - 4-CPu/18	-	-	-

Fonte: Aplicação RPC – Registo PPP e Concessões.

Anexo 11 - Sociedades em parceria com participação direta municipal – “Sociedades veículo” e contratos de longa duração conexos

Domínio de atuação: Educação e formação

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Contratos conexos				
			Com parceiros privados	Com a entidade local participante	Com o município	Com entidades financeiras	Com outras entidades
Alcobaça	Município (49%)	Cister - Equipamentos Educativos, SA (Em extinção)	ND	<i>Coincide com o município</i>	Contrato de arrendamento (Prazo: 25 anos) Contrato de cessão de exploração (Prazo: 25 anos) Contrato de aquisição de direitos de superfície (Prazo: 27 anos)	<u>Caixa Geral de Depósitos (CGD):</u> Contrato de empréstimo de Médio/ Longo Prazo (MLP) - Abertura de crédito para financiamento dos direitos de superfície e construção dos equipamentos educativos. Capital contratado: 32.734 mil euros (*) (Prazo: 26 anos)	-

Nota: ND – Não Disponível. (*) Fonte: CGD.

Domínio de atuação: Equipamento rural e urbano

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Contratos conexos				
			Com parceiros privados	Com a entidade local participante	Com o município	Com entidades financeiras	Com outras entidades
Armamar	Município (49%)	Armamar Viva, SA	ND	<i>Coincide com o município</i>	ND	<u>CGD:</u> Contrato de empréstimo MLP – Armazém Municipal (*) Capital contratado: 3.182 mil euros (Prazo: 21 anos)	-
Braga	Município (49%)	SGEB - Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, SA (Em extinção)	ND	<i>Coincide com o município</i>	30 Contratos de cedência de direito de superfície (Prazo: 25 anos) 30 Contratos de arrendamento (Prazo: 25 anos)	<u>CGD:</u> Contrato de empréstimo MLP – Complexos Desportivos (*) Capital contratado: 21.760 mil euros (Prazo: 20 anos)	-

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Contratos conexos				
			Com parceiros privados	Com a entidade local participante	Com o município	Com entidades financeiras	Com outras entidades
Caminha	Município (49%)	Caminhaequi, SA	ND	<i>Coincide com o município</i>	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais (Prazo: 23 anos)	CGD: Contrato de empréstimo MLP – Piscinas municipais de Vila Praia de Âncora Capital contratado: 5.462 mil euros (*) (Prazo: 23 anos)	-

(*) Fonte: CGD.

Domínio de atuação: Promoção do desenvolvimento e turismo

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Contratos conexos				
			Com parceiros privados	Com a entidade local participante	Com o município	Com entidades financeiras	Com outras entidades
Gouveia	Município (49%)	Gouveinova, SA (Em liquidação)	ND	<i>Coincide com o município</i>	ND	ND	-
Tondela	Município (49%)	Tondelviva, SA	ND	<i>Coincide com o município</i>	5 Contratos de sub-locação comercial (Prazos: 20 e 30 anos)	<u>Banco Espírito Santo (BES) e Besleasing:</u> 5 Contratos de locação financeira imobiliária (Prazos: 20 e 30 anos)	-
Vila Verde	Município (ND)	Pro - Vilaverde, SA (Sem actividade)	ND	<i>Coincide com o município</i>	ND	ND	-

Domínio de atuação: Tempos livres e desporto

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Contratos conexos				
			Com parceiros privados	Com a entidade local participante	Com o município	Com entidades financeiras	Com outras entidades
Sernancelhe	Município (49%)	Aquisern, SA	ND	<i>Coincide com o município</i>	Contrato de arrendamento de Centro de Exposições (Prazo: 25 anos)	<u>Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Távora e Douro, CRL:</u> Contrato de empréstimo MLP (Prazo: 25 anos)	-
Vila Pouca de Aguiar	Município (49%)	Inovaguiar, SA	Contrato de financiamento com a ABB, SA	<i>Coincide com o município</i>	2 contratos de arrendamento para fins não habitacionais - complexo desportivo VPA e pavilhão gimnodesportivo PS (Prazo: 25 anos)	Sem empréstimo bancário. O financiamento dos investimentos foi assegurado pela ABB,SA, enquanto acionista e empreiteiro	-

Fonte: Aplicação RPC – Registo PPP e Concessões.

Anexo 12 - Sociedades em parceria com participação indireta municipal – “Sociedades veículo” e contratos de longa duração conexos

Domínio de atuação: Educação e formação

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Contratos conexos				
			Com parceiros privados	Com a entidade local participante	Com o município	Com entidades financeiras	Com outras entidades
Mafra	GIATUL - Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA (49%)	Mafreduca, SA	ND	ND	10 Contratos de arrendamento relativos a estabelecimentos de educação pré-escolar, escolas do ensino básico (Prazo: 29 anos)	Caixa Geral de Depósitos (CGD): Contrato de empréstimo de Médio/Longo Prazo (MLP) – Alteração contratual Capital contratado: 76.323 mil euros (*) (Prazo: 22 anos)	-

Nota: ND - Não Disponível. (*) Fonte: CGD.

Domínio de atuação: Equipamento rural e urbano

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Contratos conexos				
			Com parceiros privados	Com a entidade local participante	Com o município	Com entidades financeiras	Com outras entidades
Lagos	Futurlagos, EM, SA (49%) (Em dissolução)	El - Estacionamentos de Lagos, SA (Em dissolução)	Acordo de accionistas de cooperação técnica, económica e financeira (Prazo: 25 anos)	Contrato de aquisição de direitos de superfície (Prazo: 27 anos)	Contrato de concessão da concessão, implementação, construção, desenvolvimento, manutenção e conservação do parque de estacionamento (Prazo: 40 anos) Contrato de arrendamento com fins não habitacionais para exploração de parque de estacionamento (Prazo: 25 anos)	CGD: Contrato de empréstimo MLP - Contrato de abertura de crédito com hipoteca e consignação de rendas e retribuições Capital contratado: 14.862 mil euros (*) (Prazo: 26 anos) CGD: Contrato de conta corrente com hipoteca e consignação de rendas e retribuições (Prazo: 6 anos)	-

(*) Fonte: CGD.

Domínio de atuação: Promoção do desenvolvimento e turismo

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Contratos conexos				
			Com parceiros privados	Com a entidade local participante	Com o município	Com entidades financeiras	Com outras entidades
Lagos	Futurlagos, EM, SA (49%) (Em dissolução)	Neofutur, SA (Em dissolução)	Acordo de accionistas de cooperação técnica, económica e financeira (Prazo: 20 anos)	Contrato de aquisição de direito de superfície (Prazo: 22 anos)	Contrato de arrendamento para fins não habitacionais de edifício multifuncional (Prazo: 20 anos)	CGD: Contrato de empréstimo MLP - Abertura de crédito com hipoteca e consignação de receitas Capital contratado: 18.200 mil euros (*) (Prazo: 20 anos) CGD: Contrato de limite de descoberto com hipoteca e consignação de receitas (Prazo: 12 anos)	2 Contratos de enquadramento da manutenção (Prazo: 20 anos)
Santa Comba Dão	Combanima – Espaços Municipais, EM (49%)	Dãogest - Gestão e Investimentos, SA (Em dissolução)	ND	ND	ND	ND	-
Trancoso	Tegec, EEM (49%) (Em liquidação)	Paceteg, SA (Em processo judicial e dissolução)	ND	3 Contratos de arrendamento para fins não habitacionais (**) (Prazo: 24 anos)	-	CGD: Contrato de empréstimo MLP – Capital contratado: 9.908 mil euros (*) (Prazo: 23 anos)	-

(*) Fonte: CGD. (**) Nota: Por cedência da posição contratual do município.

Domínio de atuação: Tempos livres e desporto

Município	Entidade local participante	Sociedade em parceria	Contratos conexos				
			Com parceiros privados	Com a entidade local participante	Com o município	Com entidades financeiras	Com outras entidades
Campo Maior	Campomayor XXI, EM (49%)	Campiscinas, SA (Em dissolução)	ND	Contrato de arrendamento destinado ao uso fruição e exploração do complexo de piscinas (Prazo: 20 anos)	ND	CGD: Contrato de empréstimo MLP – Abertura de crédito com hipoteca Capital contratado: 4.500 mil euros (*) (Prazo: 20 anos)	-

Fonte: Aplicação RPC – Registo PPP e Concessões. (*) Fonte: Caixa Geral de Depósitos (CGD).

Anexo 13 - Responsabilidades financeiras das sociedades em parceria

Domínio de atuação: Ambiente e saneamento básico

Município	Entidade local participante	Participação social municipal	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Responsabilidades financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras dívidas a terceiros	Total	Fonte
Covilhã	ICOVI - Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EM (51%)	Indireta	ADC - Águas da Covilhã, EM, SA	9 000 000	2014	6 158 790	10 800 842	16 959 632	RPC
					2015	5 116 132	8 943 232	14 059 364	RPC
					2016	6 673 860	7 569 195	14 243 055	RPC
					2017	9 697 058	3 045 998	12 743 056	RPC
					2018	8 391 549	3 251 965	11 643 514	RPC
					2019	6 848 721	3 746 061	10 594 782	RPC
					2020	5 937 690	4 625 609	10 563 299	RPC

Nota: ND – Não Disponível. Fontes: Aplicações Registo PPP e Concessões (RPC) e SIIAL. Notas: (*) Dados validados com base em inputs do Grupo Autárquico (SIIAL); (**) Dados validados com base em inputs da Prestação de Contas SEL (SIIAL).

Domínio de atuação: Educação e formação

Município	Entidade local participante	Participação social municipal	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Responsabilidades financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras dívidas a terceiros	Total	Fonte
Alcobaça	Município (49%)	Direta	Cister - Equipamentos Educativos, SA (Em extinção)	50 000	2014	30 388 380	8 844 207	39 232 587	(*)
					2015	0	41 355 950	41 355 950	(*)
					2016	0	42 897 609	42 897 609	(*)
					2017	28 279 669	14 677 401	42 957 070	(*)
					2018	ND	ND	ND	(**)
					2019	ND	ND	ND	(**)
					2020	ND	ND	ND	(**)
Figueira da Foz	Município (20%)	Direta	SODENFOR - Sociedade Difusora de Ensino da Figueira da Foz, Lda	50 000	2014	0	571 095	571 095	(*)
					2015	0	652 046	652 046	(*)
					2016	0	425 063	425 063	(*)
					2017	0	433 921	433 921	(*)
					2018	0	356 236	356 236	RPC
					2019	0	356 236	356 236	RPC
					2020	ND	ND	ND	(**)
Figueira da Foz	Município (20%)	Direta	CENFORFF - Centro de Formação Profissional da Figueira da Foz, Lda	5 000	2014	0	32 196	32 196	(*)
					2015	0	30 400	30 400	(*)
					2016	0	3 289	3 289	(*)
					2017	0	4 426	4 426	(*)
					2018	0	52 450	52 450	RPC
					2019	0	52 450	52 450	RPC
					2020	ND	ND	ND	(**)
Mafra	GIATUL - Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA (49%)	Indireta	Mafreduca, SA (Em reconfiguração)	100 000	2014	5 857 689	1 013 548	6 871 237	(*)
					2015	4 464 521	1 689 707	6 154 228	(*)
					2016	3 523 126	1 660 310	5 183 436	(*)
					2017	2 734 803	2 478 919	5 213 723	(*)
					2018	ND	ND	ND	(**)
					2019	ND	ND	ND	(**)
					2020	ND	ND	ND	(**)

Município	Entidade local participante	Participação social municipal	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Responsabilidades financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras dívidas a terceiros	Total	Fonte
Moimenta da Beira	Município (30%)	Direta	Efore – Beiras Empresa de Formação e Ensino de Moimenta da Beira, Lda	5 000	2014	104 322	303 318	407 640	(*)
					2015	151 900	457 517	609 417	(*)
					2016	178 800	432 876	611 676	(*)
					2017	202 050	526 460	728 510	RPC
					2018	202 315	266 810	469 125	RPC
					2019	194 415	99 281	293 696	RPC
					2020	ND	ND	ND	RPC
Pombal	Município (25%)	Direta	Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda	400 000	2014	0	708 197	708 197	(*)
					2015	0	634 227	634 227	(*)
					2016	0	725 912	725 912	(*)
					2017	0	341 214	341 214	(*)
					2018	0	286 316	286 316	RPC
					2019	0	202 725	202 725	RPC
					2020	ND	ND	ND	RPC
Sernancelhe	Município (49,5%)	Direta	ESPROSER - Escola Profissional, SA	50 000	2014	110 361	734 964	845 325	(*)
					2015	64 240	801 370	865 610	(*)
					2016	522 630	498 246	1 020 876	(*)
					2017	431 923	887 718	1 319 641	(*)
					2018	ND	ND	ND	(**)
					2019	ND	ND	ND	(**)
					2020	ND	ND	ND	(**)

Fontes: Aplicações Registo PPP e Concessões (RPC) e SIIAL. Notas: (*) Dados validados com base em inputs do Grupo Autárquico (SIIAL); (**) Dados validados com base em inputs da Prestação de Contas SEL (SIIAL).

Domínio de atuação: Equipamento rural e urbano

Município	Entidade local participante	Participação social municipal	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Responsabilidades financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras dívidas a terceiros	Total	Fonte
Armamar	Município (49%)	Direta	Armamar Viva, SA	50 000	2014	3 176 878	273 362	3 450 240	(*)
					2015	2 912 745	335 414	3 248 159	(*)
					2016	2 614 469	380 114	2 994 583	(*)
					2017	2 407 750	290 770	2 698 520	(*)
					2018	2 221 374	296 924	2 518 298	RPC
					2019	ND	ND	ND	RPC
					2020	ND	ND	ND	RPC
Braga	Município (49%)	Direta	SGEB - Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, SA (Em extinção)	150 000	2014	40 546 847	8 373 777	48 920 624	(*)
					2015	31 137 970	16 093 554	47 231 524	(*)
					2016	30 320 210	17 206 244	47 526 454	(*)
					2017	26 949 977	19 467 395	46 417 373	(*)
					2018	23 642 406	23 552 865	47 195 271	RPC
					2019	23 642 406	23 552 865	47 195 271	RPC
					2020	23 642 406	23 552 865	47 195 271	RPC
Caminha	Município (49%)	Direta	Caminhaequi, SA	50 000	2014	4 447 352	874 608	5 321 960	(*)
					2015	4 234 555	918 891	5 153 446	(*)
					2016	4 011 014	942 942	4 953 956	RPC
					2017	3 784 172	1 026 828	4 811 000	RPC
					2018	ND	ND	ND	RPC
					2019	ND	ND	ND	RPC
					2020	ND	ND	ND	RPC
Lagos	Futurlagos, EM, SA (49%) (Em liquidação)	Indireta	EL - Estacionamentos de Lagos, SA (Em dissolução)	50 000	2014	12 923 907	1 994 417	14 918 324	RPC
					2015	12 382 105	675 985	13 058 090	RPC
					2016	11 821 879	155 503	11 977 382	RPC
					2017	11 000 871	131 888	11 132 759	RPC
					2018	9 822 265	127 617	9 949 882	RPC
					2019	7 811 013	588 816	8 399 829	(**)
					2020	ND	ND	ND	(**)

Município	Entidade local participante	Participação social municipal	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Responsabilidades financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras dívidas a terceiros	Total	Fonte
Maфра	Município (93,32%)	Direta	Matadouro Regional de Maфра, SA	750 000	2014	0	344 884	344 884	(*)
					2015	0	358 001	358 001	(*)
					2016	0	531 798	531 798	(*)
					2017	0	682 972	682 972	(*)
					2018	0	548 347	548 347	RPC
					2019	0	539 657	539 657	RPC
					2020	ND	ND	ND	RPC

Fontes: Registo PPP e Concessões (RPC) e SIIAL. Notas: (*) Dados validados com base em *inputs* do Grupo Autárquico (SIIAL); (**) Dados validados com base em *inputs* da Prestação de Contas SEL (SIIAL).

Domínio de atuação: Habitação

Município	Entidade local participante	Participação social municipal	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Responsabilidades financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras dívidas a terceiros	Total	Fonte
Vila Franca do Campo	ND	ND	SDVF - Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social de Vila Franca do Campo SA	ND	2014	ND	ND	ND	(*)
					2015	ND	ND	ND	(*)
					2016	3 123 685	266 170	3 389 855	(**)
					2017	3 123 685	327 946	3 451 631	(**)
					2018	3 123 685	412 611	3 536 296	(**)
					2019	3 257 649	380 946	3 638 595	(**)
					2020	ND	ND	ND	(**)

Fontes: Aplicações Registo PPP e Concessões (RPC) e SIIAL. Notas: (*) Dados validados com base em *inputs* do Grupo Autárquico (SIIAL); (**) Dados validados com base em *inputs* da Prestação de Contas SEL (SIIAL).

Domínio de atuação: Promoção do desenvolvimento e turismo

Município	Entidade local participante	Participação social municipal	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Responsabilidades financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras dívidas a terceiros	Total	Fonte
Figueira da Foz	Município (32,68%)	Direta	Estruturas e Investimentos do Mondego, Agência de desenvolvimento Regional, SA	865 215	2014	0	1 900	1 900	(*)
					2015	0	11 798	11 798	(*)
					2016	0	1 812	1 812	(*)
					2017	0	37	37	(*)
					2018	0	773	773	RPC
					2019	0	773	773	RPC
					2020	0	0	0	RPC
	Figueira Grande Turismo, EEM (49,97%) (Em liquidação)	Indireta	Paço de Maiorca - Promoção e Gestão de Equipamentos Hoteleiros, SA (Em extinção)	50 000	2014	0	0	0	RPC
					2015	0	0	0	RPC
					2016	0	0	0	RPC
					2017	0	0	0	RPC
					2018	0	0	0	RPC
					2019	0	0	0	RPC
					2020	ND	ND	ND	RPC
Gouveia	Município (49%)	Direta	Gouveinova, SA	50 000	2014	ND	ND	ND	(*)
					2015	ND	ND	ND	(*)
					2016	ND	ND	ND	(**)
					2017	ND	ND	ND	(**)
					2018	ND	ND	ND	(**)
					2019	ND	ND	ND	(**)
					2020	ND	ND	ND	(**)
Lagos	Futurlagos, EM, SA (49%) (Em liquidação)	Indireta	Neofutur, SA (Em dissolução)	100 000	2014	12 964 384	834 668	13 799 052	RPC
					2015	11 967 123	633 513	12 600 636	RPC
					2016	10 969 863	465 545	11 435 408	RPC
					2017	9 972 603	478 589	10 451 192	RPC
					2018	8 975 342	506 321	9 481 663	RPC
					2019	7 978 082	375 603	8 353 685	RPC
					2020	ND	ND	ND	RPC

Município	Entidade local participante	Participação social municipal	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Responsabilidades financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras dívidas a terceiros	Total	Fonte
Loulé	Município (51%)	Direta	Infraquinta - Empresa de Infraestruturas da Quinta do Lago, EM, SA	250 000	2014	1085	1 254 528	1 255 613	(*)
					2015	0	1 668 461	1 668 461	(*)
					2016	0	1 899 919	1 899 919	(*)
					2017	0	1 860 637	1 860 637	(*)
					2018	185 725	1 707 308	1 893 033	(**)
					2019	173 359	2 182 266	2 355 625	RPC
					2020	ND	ND	ND	RPC
	Município (51%)	Direta	Infralobo - Empresa de Infraestruturas de Vale do Lobo, EM, SA	240 000	2014	0	1 063 444	1 063 444	(*)
					2015	0	1 504 766	1 504 766	(*)
					2016	0	2 086 332	2 086 332	(*)
					2017	0	2 192 884	2 192 884	(*)
					2018	0	2 115 838	2 115 838	(**)
					2019	0	2 632 665	2 632 665	(**)
					2020	17 880	2 645 984	2 663 864	(**)
	Município (51%)	Direta	Inframoura - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, EM, SA	250 000	2014	375 192	2 308 140	2 683 332	(*)
					2015	308 414	2 582 942	2 891 356	(*)
					2016	236 141	2 939 574	3 175 715	(*)
					2017	193 449	2 952 750	3 146 200	(*)
					2018	402 503	2 846 732	3 249 235	RPC
					2019	303 678	3 160 746	3 464 424	RPC
					2020	ND	ND	ND	RPC
Penamacor	Município (23,84%)	Direta	MALCATUR - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, SA	925 000	2014	0	2 084 690	2 084 690	(*)
					2015	1 989 393	36 407	2 025 800	(*)
					2016	1 748 256	280 349	2 028 605	(*)
					2017	815 832	478 906	1 294 738	(*)
					2018	ND	ND	ND	(**)
					2019	ND	ND	ND	(**)
				2020	ND	ND	ND	(**)	

Município	Entidade local participante	Participação social municipal	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Responsabilidades financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras dívidas a terceiros	Total	Fonte
Rio Maior	Município (26,4%)	Direta	Depomor - Desenvolvimento e Progresso de Rio Maior, SA	1 000 000	2014	6 380 610	3 450 575	9 831 185	(*)
					2015	7 562 665	2 587 030	10 149 695	(*)
					2016	7 562 665	2 626 933	10 189 598	(*)
					2017	7 934 586	2 912 144	10 846 731	(*)
					2018	7 437 927	2 420 631	9 858 558	RPC
					2019	7 263 793	2 398 758	9 662 551	RPC
					2020	ND	ND	ND	RPC
Santa Comba Dão	Combanima, EM (49%) (Em dissolução)	Indireta	Dãogest - Gestão e Investimentos, SA (Em dissolução)	100 000	2014	ND	ND	ND	RPC
					2015	ND	ND	ND	RPC
					2016	9 370 187	222 176	9 592 363	(**)
					2017	0	9 456 351	9 456 351	(**)
					2018	9 120 715	159 003	9 279 718	(**)
					2019	0	9 119 514	9 119 514	(**)
					2020	8 995 843	2 203	8 998 046	(**)
Tabuaço	Município (20%)	Direta	Beleza do monte - Desenvolvimento Turístico e Imobiliário, SA	nd	2014	3 006 194	22 436	3 028 630	RPC
					2015	2 278 142	19 233	2 297 375	RPC
					2016	2 225 587	279 007	2 504 594	RPC
					2017	1 014 694	324 461	1 339 155	RPC
					2018	ND	ND	ND	RPC
					2019	ND	ND	ND	RPC
					2020	ND	ND	ND	RPC
Tondela	Município (49%)	Direta	Tondelviva, SA	50 000	2014	7 545 581	627 538	8 173 119	(*)
					2015	7 251 520	380 713	7 632 233	(*)
					2016	6 953 444	356 438	7 309 882	(*)
					2017	6 643 991	422 265	7 066 256	(*)
					2018	6 748 029	58 707	6 806 736	RPC
					2019	ND	ND	ND	RPC
					2020	ND	ND	ND	RPC

Município	Entidade local participante	Participação social municipal	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Responsabilidades financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras dívidas a terceiros	Total	Fonte
Trancoso	TEGEC, EEM (49%) (Em dissolução)	Indireta	Paceteg, SA (Em dissolução)	100 000	2014	8 775 907	212 990	8 988 897	(*)
					2015	9 032 597	386 873	9 419 470	(*)
					2016	9 261 991	540 195	9 802 186	RPC
					2017	9 649 187	687 881	10 337 068	RPC
					2018	9 800 393	913 619	10 714 012	RPC
					2019	9 800 394	923 448	10 723 842	RPC
					2020	ND	ND	ND	RPC
Vendas Novas	Município (48,96%)	Direta	SISAV - Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas - Urbanização, Gestão e Formação, Lda (Em liquidação)	600 000	2014	ND	ND	ND	(*)
					2015	ND	ND	ND	(*)
					2016	ND	ND	ND	(*)
					2017	ND	ND	ND	(*)
					2018	ND	ND	ND	RPC
					2019	ND	ND	ND	RPC
					2020	ND	ND	ND	RPC
Vila Verde	Município (49%)	Direta	Pró-Vilaverde, SA (Em liquidação)	100 000	2014	0	865 382	865 382	(*)
					2015	0	867 842	867 842	(*)
					2016	0	867 842	867 842	(*)
					2017	0	867 842	867 842	(*)
					2018	ND	ND	ND	(**)
					2019	ND	ND	ND	(**)
					2020	ND	ND	ND	(**)

Fontes: Aplicações Registo PPP e Concessões (RPC) e SIIAL. Notas: (*) Dados validados com base em inputs do Grupo Autárquico (SIIAL); (**) Dados validados com base em inputs da Prestação de Contas SEL (SIIAL).

Domínio de atuação: Tempos livres e desporto

Município	Entidade local participante	Participação social municipal	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Responsabilidades financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras dívidas a terceiros	Total	Fonte
Aveiro	Município (45%)	Direta	PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA	3 500 000	2014	0	13 208 441	13 208 441	(*)
					2015	13 800 000	1 261 074	15 061 074	(*)
					2016	15 200 000	540 859	15 740 859	(*)
					2017	16 180 000	580 902	16 760 902	(*)
					2018	ND	ND	ND	(**)
					2019	ND	ND	ND	(**)
					2020	ND	ND	ND	(**)
Campo Maior	Campomayor XXI, EM (49%) (Em liquidação)	Indireta	Campiscinas, SA (Em dissolução)	50 000	2014	5 182 906	655 200	5 838 106	RPC
					2015	5 182 906	529 328	5 712 234	RPC
					2016	5 182 906	529 328	5 712 234	RPC
					2017	5 182 906	529 328	5 712 234	RPC
					2018	5 182 906	529 328	5 712 234	RPC
					2019	5 182 906	529 328	5 712 234	RPC
					2020	5 182 906	529 328	5 712 234	RPC
Povoação	Espaço Povoação - Empresa municipal de actividades desportivas, recreativas e turísticas, EEM (49%)	Indireta	Povoadesp - Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos da Povoação, SA	100 000	2014	ND	ND	ND	RPC
					2015	ND	ND	ND	RPC
					2016	ND	ND	ND	RPC
					2017	ND	ND	ND	RPC
					2018	ND	ND	ND	RPC
					2019	ND	ND	ND	RPC
					2020	ND	ND	ND	RPC

Município	Entidade local participante	Participação social municipal	Sociedade em parceria	Capital social (€)	Responsabilidades financeiras (€)				
					Ano	Empréstimos MLP	Outras dívidas a terceiros	Total	Fonte
Sernancelhe	Município (49%)	Direta	Aquisern, SA	50 000	2014	6 010 616	603 678	6 614 294	(*)
					2015	5 651 773	545 893	6 197 666	(*)
					2016	5 292 930	567 550	5 860 480	(*)
					2017	5 085 526	564 330	5 649 856	(*)
					2018	5 085 526	201 863	5 287 389	RPC
					2019	5 085 526	201 863	5 287 389	RPC
					2020	5 085 526	201 863	5 287 389	RPC
Vila Pouca de Aguiar	Município (49%)	Direta	Inovaguiar, SA	50 000	2014	0	6 404 182	6 404 182	RPC
					2015	0	6 263 511	6 263 511	RPC
					2016	0	6 059 889	6 059 889	RPC
					2017	0	4 831 648	4 831 648	RPC
					2018	0	4 755 185	4 755 185	RPC
					2019	0	4 531 736	4 531 736	RPC
					2020	0	3 794 029	3 794 029	RPC

Fontes: Aplicações Registo PPP e Concessões (RPC) e SIIAL. Notas: (*) Dados validados com base em inputs do Grupo Autárquico (SIIAL); (**) Dados validados com base em inputs da Prestação de Contas SEL (SIIAL).

Anexo 14 - Parcerias contratuais – Incidência orçamental - Encargos suportados - Despesa plurianual

Domínio de atuação: Ambiente e saneamento básico

Município/ ELC	Parceiro privado	Encargos suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alcobaça	SUMA, SA							1	1	590	974	1 553	839	999	754	870	1 516	2 012	3 267	6 036	1 696
Batalha	SUMA, SA														533	486	499	498	504	516	524
Cartaxo	Cartágua, SA																	0	0	0	0
Cascais	ADC – Águas de Cascais, SA								0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 151

Município/ ELC	Parceiro privado	Encargos Suportados								Compromissos/Encargos a suportar estimados (milhares de euros)												
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Alcobaça	SUMA, SA	2 717	1964	1 887	1 339	1 407	1 461	ND		1 887	1 887	1 887	1 887									
Batalha	SUMA, SA	531	530	531	536	558	575	616		594	503											
Cartaxo	Cartágua, SA	0	0	0	0	0	ND	ND		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cascais	ADC – Águas de Cascais, SA	1 042	0	1 951	2 339	2 361	2 574	2 339		1 092	1 092	1 092	1 092	1 092	1 092	1 092	1 092	1 092	1 092	220		

Fonte: Aplicações *Registo PPP e Concessões*.

Município/ ELC	Parceiro privado	Encargos suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Coimbra	SUMA, SA																				
Esposende	SUMA - Esposende, Lda				0	289	452	437	610	698	638	535	643	760	1 006	837	880	895	848	889	861
Figueira da Foz	Águas da Figueira, SA						0	311	923	2 026	567	286	159	277	1 219	1 099	233	185	326	95	0
Gondomar	Rede Ambiente, SA																				2 960
Ílhavo	SUMA, SA																				
Leria	SUMA, SA	0	0	1 940	2 264	2 318	2 063	2 145	1 410	765	1 860	2 862	801	2 171	3 160	486	4 526	2 019	4 737	3 329	3 353

Município/ ELC	Parceiro privado	Encargos suportados								Compromissos/Encargos a suportar estimados (milhares de euros)											
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Coimbra	SUMA, SA					420	1 911	1 679	1 679	1 679	979										
Esposende	SUMA – Esposende, Lda	894	869	842	849	940	824	940	940	940	100										
Figueira da Foz	Águas da Figueira, SA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gondomar	Rede Ambiente, SA	3 758	4 114	4 243	3 928	4 860	ND	4 800	4 800	4 800											
Ílhavo	SUMA, SA							557	1 736	1 736	1 736	1 736	1 736	1 736	1 736	1 157					
Leiria	SUMA, SA	2 815	2 779	2 778	2 800	1 082	2 769	2 796	ND												

Nota: ND – Não Disponível.

Município/ ELC	Parceiro privado	Encargos suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ourém (*)	SUMA, SA			0	0	780	1 703	935	990	819	940	1 082	732	1 181	986	810	2 197	825	900	818	2 589
Porto de Mós	SUMA, SA										142	634	457	615	686	568	629	591	696	644	610
Vale de Cambra	SUMA, SA																				

(*) Fonte: Aplicação *Levantamento PPP* (exceto 2016 a 2018).

Município/ ELC	Parceiro privado	Encargos suportados								Compromissos/Encargos a suportar estimados (milhares de euros)											
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Ourém (*)	SUMA, SA	1 199	1 269	ND	ND	ND	ND	ND													
Porto de Mós	SUMA, SA	625	626	624	629	655	660	681	667	667	772										
Vale de Cambra	SUMA, SA			0	391	370	ND	ND	391												

(*) Fonte: Aplicação *Levantamento PPP* (exceto 2016 a 2018).

Domínio de atuação: Equipamento rural e urbano

Município/ ELC	Parceiro privado	Encargos suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Póvoa de Varzim	CPE, SA													0	0	3 965	1 063	0	0	0	0

Município/ ELC	Parceiro privado	Encargos suportados								Compromissos/Encargos a suportar estimados (milhares de euros)											
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Póvoa de Varzim	CPE, SA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Domínio de atuação: Promoção do desenvolvimento e turismo

Município/ ELC	Parceiro privado	Encargos suportados								Compromissos/Encargos a suportar estimados (milhares de euros)											
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Figueiró dos Vinhos	Cordastrong, Unipessoal, Lda	12	67	14	8	10	11	ND	ND	ND											

Domínio de atuação: Transportes e comunicações

Município/ ELC	Parceiro privado	Encargos suportados (milhares de euros)																				
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Aveiro	ETAC, SA																					
Évora	TRE, SA																		518	959	857	817

Município/ ELC	Parceiro privado	Encargos suportados								Compromissos/Encargos a suportar estimados (milhares de euros)											
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Aveiro	ETAC, SA				728	1 250	1 998	ND	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073	1 073	
Évora	TRE, SA	779	480	480	480	550	530	631	480												

Município/ ELC	Parceiro privado	Encargos suportados (milhares de euros)																				
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Leiria	Rodoviária do Tejo, Lda																188	160	148	168	183	
Tavira	EVA, SA							77	86	76	80	89	92	97	105	107	115	118	119	173	205	208
Vila Real (*)	TUVR, Lda																					
Viseu	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda.																					

(*) Nota: Contrato suspenso por notificação do Tribunal.

Município/ ELC	Parceiro privado	Encargos suportados								Compromissos/Encargos a suportar estimados (milhares de euros)												
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	
Leiria	Rodoviária do Tejo, Lda	171	117	148	119	119	120	120	ND													
Tavira	EVA, SA						119	220	220	220	220	220	220	220	220	220	92					
Vila Real (*)	TUVR, Lda			150	ND	ND	ND	ND	200	200	200	200	200									
Viseu	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda.						412	ND	712	712	712	712	712	712	712	712	178					

Fonte: Aplicação RPC – Registo PPP e Concessões. (*) Nota: Contrato suspenso por notificação do Tribunal.

Anexo 15 - Parcerias institucionais – Incidência orçamental - Encargos suportados - Despesa plurianual

Domínio de atuação: Ambiente e saneamento básico

Município/ ELP	Sociedade em parceria	Encargos suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Covilhã	ADC – Águas da Covilhã, SA																				
ICOVI, SA (ELP: 51%)	ADC – Águas da Covilhã, SA													0	0	0	47	43	33	33	28

Município/ ELP	Sociedade em parceria	Encargos suportados								Compromissos/Encargos a suportar estimados (milhares de euro)											
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Covilhã	ADC – Águas da Covilhã, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ICOVI, SA (ELP: 51%)	ADC – Águas da Covilhã, SA	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29

Domínio de atuação: Educação e formação

Município/ ELP	Sociedade em parceria	Encargos suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alcobaça (*)	Cister, SA															0	0	0	0	0	0
Mafra (**)	Mafreduca, SA															0	0	2 050	1 950	4 328	4 328
GIATUL, SA (ELP: 49%)	Mafreduca, SA															-	-	-	-	-	-

(*) Fonte: Aplicação *Levantamento PPP* (2014 e 2015). Notas: Em reconversão e em vias de processo judicial. (**) Nota: Em processo judicial.

Município/ELP	Sociedade em parceria	Encargos suportados								Compromissos/Encargos a suportar estimados (milhares de euros)											
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Alcobaça (*)	Cister, SA	4 605	2 454	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mafra (**)	Mafreduca, SA	4 798	2 806	3 292	3 462	4 008	4 682	4 754	4 710	5 050	5 460	5 746	5 746	5 746	5 746	5 746	5 746	5 746	5 746	5 746	5 746
GIATUL, SA (ELP: 49%)	Mafreduca, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) Fonte: Aplicação *Levantamento PPP* (2014 e 2015). Nota: Em reconversão e em processo judicial. (**) Nota: Em processo judicial.

Domínio de atuação: Equipamento rural e urbano

Município/ELP	Sociedade em parceria	Encargos suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Armamar	Armamar Viva, SA															0	0	0	243	363	366
Braga	SGEB, SA															0	0	2 195	3 619	4 479	5 947
Caminha	Caminhaequi, SA															0	0	583	621	764	633

Município/ELP	Sociedade em parceria	Encargos suportados								Compromissos/Encargos a suportar estimados (milhares de euros)											
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Armamar	Armamar Viva, SA	366	366	366	366	333	300	300	330	330	330	330	330	330	330	330	330	330	330	330	330
Braga	SGEB, SA	5 952	5 525	5 786	4 794	6 232	6 624	3 975	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000
Caminha	Caminhaequi, SA	640	676	711	720	730	739	745	752	760	767	775	775	791	798	806	814	823	831	839	353

Nota: ND – Não Disponível.

Município/ ELP	Sociedade em parceria	Encargos suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Lagos	Estacionamentos de Lagos, SA															0	0	34	934	1 324	2 148
Futurlagos, SA (ELP: 49%)	Estacionamentos de Lagos, SA															-	-	-	-	-	-

(*) Fonte: Aplicação *Levantamento PPP* (2008 a 2015). Nota: Processo judicial suspenso para acordo entre as partes.

Município/ ELP	Sociedade em parceria	Encargos suportados								Compromissos/Encargos a suportar estimados (milhares de euros)											
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Lagos	Estacionamentos de Lagos, SA	1 880	1 824	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768	1 768
Futurlagos, SA (ELP: 49%)	Estacionamentos de Lagos, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) Fonte: Aplicação *Levantamento PPP* (2008 a 2015). Nota: Processo judicial suspenso para acordo entre as partes.

Domínio de atuação: Promoção do desenvolvimento e turismo

Município/ ELP	Sociedade em parceria	Encargos suportados (milhares de euros)																				
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Gouveia (*)	Gouveinova, SA																					
Lagos	Neofutur, SA															0	0	1 381	2 074	2 096	2 143	1 838
Futurlagos, EM, SA (ELP: 49%)	Neofutur, SA															-	-	-	-	-	-	-

(*) Nota: Em processo de liquidação.

Município/ ELP	Sociedade em parceria	Encargos suportados								Compromissos/Encargos a suportar estimados (milhares de euros)															
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033				
Gouveia (*)	Gouveinova, SA	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND																	
Lagos	Neofutur, SA	2 284	2 251	2 253	2 261	2 279	2 290	2 324	2 283	2 283	2 283	2 283	2 283	2 283											
Futurlagos, EM, SA (ELP: 49%)	Neofutur, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											

(*) Nota: Em processo de liquidação.

Município/ ELP	Sociedade em parceria	Encargos suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Loulé	Infraquinta, SA							0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Infralobo, SA							0	0	0	0	0	0	0	0	0	308	0	256	55	70
	Inframoura, SA													0	0	1 164	1 819	100	0	0	504

Município/ ELP	Sociedade em parceria	Encargos suportados								Compromissos/Encargos a suportar estimados (milhares de euros)														
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033			
Loulé	Infraquinta, SA	49	60	30	30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Infralobo, SA	213	90	90	90	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Inframoura, SA	444	394	394	432	479	479	479	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Município/ ELP	Sociedade em parceria	Encargos suportados (milhares de euros)																				
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Santa Comba Dão	Dão-Gest, SA															ND	ND	ND	ND	ND	ND	
Combanima, EM (ELP: 49%)	Dão-Gest, SA															-	-	-	-	-	-	
Tondela	Tondelviva, SA																0	0	535	1 020	935	787
Trancoso (*)	Paceteg, SA																0	0	610	914	502	360
TEGEC, EEM (ELP: 49%)	Paceteg, SA																-	-	-	-	-	-

(*) Nota: Em processo judicial.

Município/ ELP	Sociedade em parceria	Encargos suportados								Compromissos/Encargos a suportar estimados (milhares de euros)															
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033				
Santa Comba Dão	Dão-Gest, SA	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND																	
Combanima, EM (ELP: 49%)	Dão-Gest, SA	-	-	-	-	-	-	-																	
Tondela	Tondelviva, SA	910	856	885	788	773	ND	ND	766	764	767	770	773	776	779	782	785	788	267	267	267				
Trancoso (*)	Paceteg, SA	5	0	0	0	0	0	0	1 187	1 199	1 211	1 223	1 235	1 247	1 260	1 272	1 285	1 298	1 311	1 324	1 337				
TEGEC, EEM (ELP: 49%)	Paceteg, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

(*) Nota: Em processo judicial.

Domínio de atuação: Tempos livres e desporto

Município/ ELP	Sociedade em parceria	Encargos suportados (milhares de euros)																			
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Campo Maior (*)	Campiscinas, SA													0	0	0	219	168	270	300	300
Campomayor XXI (ELP: 49%)	Campiscinas, SA													-	-	-	-	-	-	-	-
Sernancelhe	Aquisern,SA															0	0	303	1 048	1 048	1 048
Vila Pouca de Aguiar (**)	Inovaguiar, SA																	0	1 118	709	712

(*) Nota: Em processo judicial. (**) Fonte: Aplicação *Levantamento PPP* (exceto 2016 a 2018).

Município/ ELP	Sociedade em parceria	Encargos suportados								Compromissos/Encargos a suportar estimados (milhares de euros)											
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Campo Maior	Campiscinas, SA	243	273	295	285	259	290	260	430	430	430	430	430								
Campomayor XXI (ELP: 49%)	Campiscinas, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-								
Sernancelhe	Aquisern,SA	1 048	1 048	1 040	997	936	936	936	999	999	999	999	999	999	999	999	999	999	999	989	
Vila Pouca de Aguiar (**)	Inovaguiar, SA	716	720	723	727	730	734	738	741	745	749	753	756	760	764	768	772	775	779	783	787

Fonte: Aplicação *RPC – Registo PPP e Concessões*. (*) Nota: Em processo judicial. (**) Fonte: Aplicação *Levantamento PPP* (2010 a 2015).